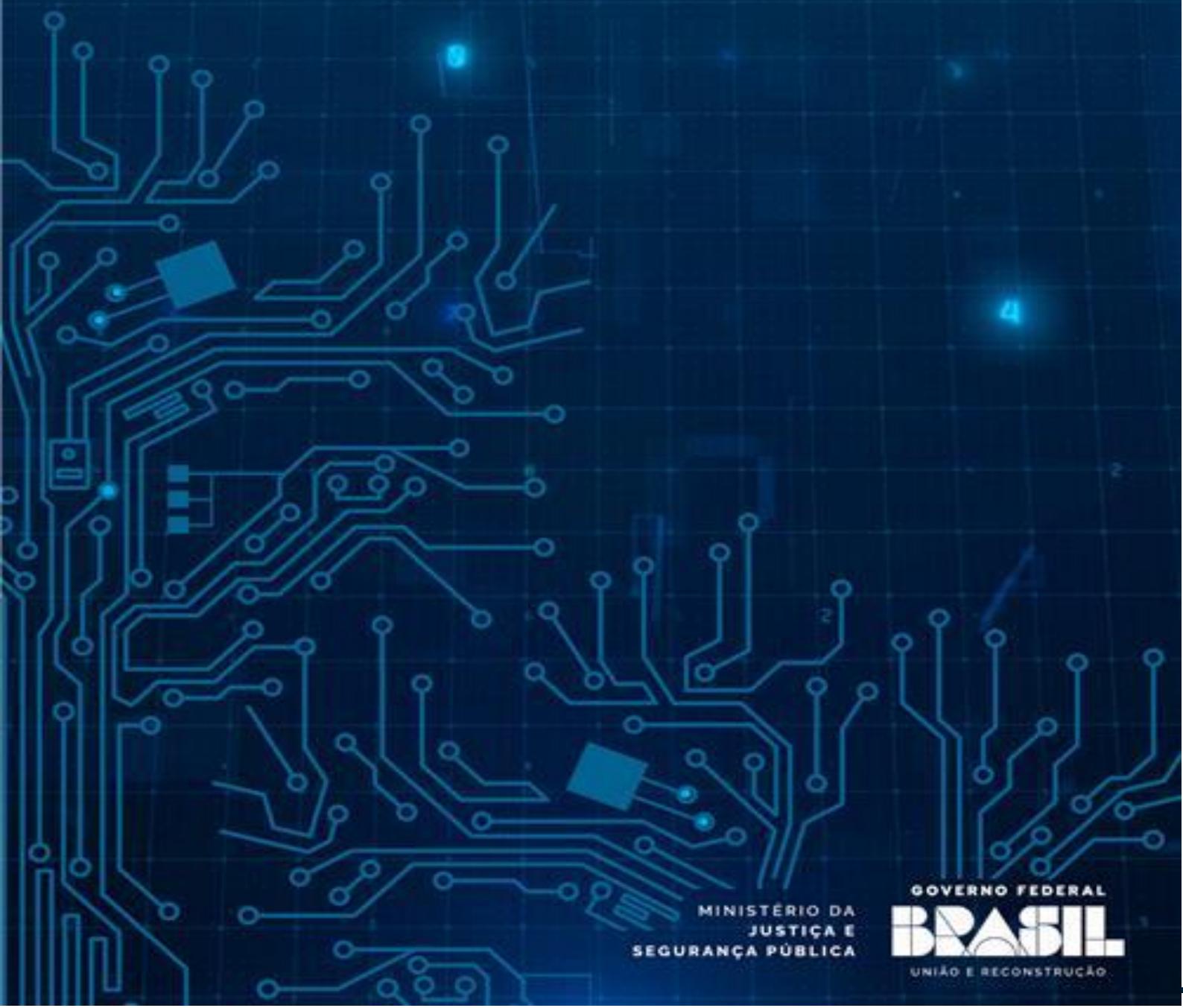


PDTIC ²⁰²⁴ 2027

PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO MJSP



MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

PDTIC

MJSP
(2024-2027)



Use a câmera do seu
celular ou acesse a página
de Governança de TIC do
MJSP



B R A S Í L I A - D F

2 0 2 4

Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública

Ricardo Lewandowski

Secretário-Executivo

Manoel Carlos de Almeida Neto

Secretária-Executiva Adjunta

Angelita da Rosa

Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação

Solange Berto de Medeiros

Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação e Comunicação – CGDSIC

I - Assessoria Especial de Controle Interno - AEI:

- a) Ronaldo Alves Nogueira, titular;
- b) Adenisio Alvaro Oliveira de Souza, suplente;

II - Subsecretaria de Administração - SAA:

- a) Débora de Souza Januário, titular;
- b) Bruno Crescenti de Paiva, suplente;

III - Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO:

- a) David de Lima Freitas, titular;
- b) Glauberto Antonio Rodrigues Alves, suplente;

IV - Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - STI:

- a) Solange Berto de Medeiros, titular;
- b) Rodrigo Albernaz Bezerra, suplente;

V - Secretaria Nacional de Justiça - SENAJUS:

- a) Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros, titular;
- b) Fábio Santos Pereira Silva, suplente;
- c) Fabricio Arthur Galupo Magalhaes, suplente;

VI - Secretaria Nacional do Consumidor - SENACON:

- a) Vitor Hugo do Amaral Ferreira, titular;
- b) Alexandre Yamanaka Shiozaki, suplente;

VII - Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas - SENAD:

- a) Tatiane da Costa Almeida, titular;
- b) Denise de Carvalho Pires Fulton, suplente;

VIII - Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP:

- a) Vanessa Fusco Nogueira Simoes, titular;
- b) Rafael Rodrigues de Sousa, suplente;

IX - Secretaria de Acesso à Justiça - SAJU:

- a) Sheila Santana de Carvalho, titular;
- b) Bernardo de Almeida Tannuri Laferté, suplente;

X - Secretaria Nacional de Políticas Penais - SENAPPEN:

- a) Antônio Glautter Azevedo de Moraes, titular;
- b) Rodrigo de Almeida Tannuri Laferté, suplente;

XI – Ouvidoria-Geral - OUV:

- a) Sérgio Gomes Velloso, titular;
- b) Luciane Faria Gonçalves, suplente;

XII - Secretaria Nacional de Assuntos Legislativos - SAL:

- a) Juliana Vieira dos Santos, titular;
- b) Francisco Ferreira, suplente;

XIII – Comitê de Governança de Dados e Sistema de Informação - CGDI:

- a) Rodrigo Albernaz Bezerra, titular;
- b) Luciane Faria Gonçalves, suplente;

XIV – Secretaria de Direitos Digitais – SEDIGI:

- a) Nathalie Fragoso e Silva Ferro, titular;
- b) Ricardo de Lins e Horta, suplente;

XV – Encarregado de Dados - DPO:

- a) Lílian Cintra de Melo, titular;
- b) Nathalie Fragoso e Silva Ferro, suplente;

Equipe Técnica de Elaboração do PDTIC (Resolução CGDSIC/STI/SE/MJSP nº 22, de 06 de maio de 2024 e alterações)

Coordenação-Técnica

Rodrigo Albernaz Bezerra

I - Gabinete do Ministro - GM:

- a) Bárbara Silveira Matsuura, titular;
- b) Leonardo Ayodele Cardoso Santos Costa, suplente;

II - Assessoria Especial de Controle Interno - AEI:

- a) Ronaldo Alves Nogueira, titular;
- b) Adenisio Alvaro Oliveira de Souza, suplente;

III - Corregedoria-Geral - COGER:

- a) Renato Bezerra de Oliveira, titular;
- b) Cristiane Moreira, suplente;

IV - Ouvidoria-Geral - OUV:

- a) Almerindo Motta Andersen Trindade, titular;
- b) Ana Lourdes Reis Brod, suplente;

V- Assessoria Especial de Assuntos Internacionais - ASINT:

- a) Juliana Amorim Zacariotto, titular;

VI - Assessoria de Participação Social e Diversidade - ASPAD:

- a) Elizeu Soares Lopes, titular;

VII - Secretaria Executiva - SE:

- a) Rodrigo Cesar de Melo, titular;
- b) Lany Cristina Silva Brito, suplente;

VIII - Subsecretaria de Administração - SAA:

- a) Bruno Crescenti de Paiva, titular;
- b) Márcio de Freitas Mozini, suplente;

IX - Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO:

- a) Lucas Alexsandro Rodrigues Pinheiro, titular;
- b) Yasmim de Sousa Galeno, suplente;

X - Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - STI:

- a) Rodrigo Albernaz Bezerra; Coordenador-Técnico;
- b) Gilmar Luiz da Silva, titular e Hugo Romero Fernandes Devoti, suplente;
- c) Leonardo Garcia Greco, titular;
- d) Jose Rocha de Carvalho Filho; titular e Ana Clara Formiga Ferreira do Carmo, suplente;

XI - Consultoria Jurídica - CONJUR:

- a) Maria Cristina Leite, titular;
- b) Muller Luiz Borges, suplente;

XII - Secretaria Nacional de Justiça - SENAJUS:

- a) Fábio Santos Pereira Silva, titular;
- b) Fabricio Arthur Galupo Magalhaes, suplente;

XIII - Secretaria Nacional do Consumidor - SENACON:

- a) Ricardo Haacke Suppion, titular;
- b) Alexandre Yamanaka Shiozaki, suplente;

XIV - Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas - SENAD:

- a) Leandro Campos Souza, titular;
- b) Helena Melo Moura, suplente;

XV - Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP:

- a) Dérík Reis do Nascimento, titular;
- b) Flávio Soares da Silva, suplente;

XVI - Secretaria Nacional de Políticas Penais - SENAPPEN:

- a) Igor Sant Ana da Silva, titular;
- b) Marcos Adriano Rocha de Oliveira, suplente;

XVII - Secretaria Nacional de Assuntos Legislativos - SAL:

- a) João Francisco Ribeiro de Oliveira, titular;
- b) Thainá Carvalho Costa Xavier, suplente;

XVIII - Secretaria de Acesso à Justiça - SAJU:

- a) Cláudia Márcia Meirelles, titular;

XIX – Secretaria de Direitos Digitais – SEDIGI:

- a) Nathalie Fragoso e Silva Ferro, titular;
- b) Ricardo de Lins e Horta, suplente;

XX – Encarregado de Dados - DPO:

- a) Lílian Cintra de Melo, titular;
- b) Nathalie Fragoso e Silva Ferro, suplente;

Colaboradores

Antônio Carlos Ramos Dantas

Edimar Dantas Nobrega

Elisa Rachadel

Joedes Cardoso da Silva

Marcelo Villares Coelho

Julie Christine Tende Franco

Design/Diagramação

Letícia Rodrigues de Paula

Aprovadores

Comitê de Governança de Dados e Sistemas de Informação – CGDI

Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação e Comunicação – CGDSIC

Comitê de Governança Estratégica – CGE

HISTÓRICO DE VERSÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Ciclo de Vida do PDTIC.....	19
Figura 2: Fases do processo de elaboração do PDTIC.	19
Figura 3: Etapas do subprocesso de preparação do PDTIC.	20
Figura 4: Etapas do subprocesso de diagnóstico do PDTIC.	22
Figura 5: Etapas do subprocesso de planejamento do PDTIC.	23
Figura 6: Modelagem do processo de acompanhamento do PDTIC.	24
Figura 7: Modelagem do processo de acompanhamento do PDTIC.	25
Figura 4: Estrutura Organizacional do MJSP	37
Figura 5: Estrutura Organizacional da Secretaria Executiva do MJSP.	38
Figura 6: Estrutura Organizacional da STI.....	39
Figura 7: Visão dos resultados do PDTIC 2021-2023 MJSP.....	40
Figura 8: Painel de Orçamentos do MJSP.....	61

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Efetivo de Servidores da STI.....	55
Tabela 2: Perfis dos Servidores para execução do Plano de Transformação Digital	59
Tabela 3: Matriz de Probabilidade x Impacto.....	63
Tabela 4: Escala para Classificação de Níveis de Risco	64
Tabela 5: Respostas aos Riscos.....	65
Tabela 6: Plano de Gestão de Riscos	69

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
1. INTRODUÇÃO	15
2. TERMOS E ABREVIAÇÕES	17
3. METODOLOGIA.....	18
3.1 CICLO DE VIDA DO PDTIC.....	18
3.2 PROCESSO DE ELABORAÇÃO	19
3.3 PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO.....	23
4. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA	26
5. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES	33
6. ORGANIZAÇÃO DA ÁREA DE TIC	36
7. RESULTADOS DO PDTIC ANTERIOR	40
8. REFERENCIAL ESTRATÉGICO DE TIC.....	41
8.1 MATRIZ SWOT	41
9. ALINHAMENTO COM A ESTRATÉGIA DA ORGANIZAÇÃO.....	43
10. SISTEMÁTICA DE PRIORIZAÇÃO DAS NECESSIDADES DE TIC.....	45
10.1 OBJETIVOS	45
10.2 POR QUE PRIORIZAR ?	45
10.3 PRIORIZAÇÃO DAS NECESSIDADES DE TIC	45
10.4 PLANEJAMENTO DO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE TIC (PLANO DE METAS E AÇÕES)	48
10.5 EXECUÇÃO DAS AÇÕES DE TIC	49
11. INVENTÁRIO DE NECESSIDADES.....	51
12. CAPACIDADE ESTIMADA DE EXECUÇÃO DA TIC	53
13. PLANO DE METAS E AÇÕES.....	54
14. PLANO DE GESTÃO DE PESSOAS	55
14.1 EFETIVO ATUAL.....	55
14.2 PROCESSOS CRÍTICOS COM CARÊNCIA DE SERVIDORES	56
14.3 ESTIMATIVA DA CAPACIDADE DE EXECUÇÃO DISPONÍVEL DA TIC.....	58
14.4 AÇÕES DE PESSOAL EM ANDAMENTO	58
14.4.1 MESTRADO PROFISSIONALIZANTE.....	58
14.4.2 CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO À GESTÃO DE DADOS	58
14.4.3 PLANO DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL	59
15. PLANO ORÇAMENTÁRIO	61

16.	PLANO DE GESTÃO DE RISCOS	62
16.1	IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS.....	62
16.2	ANÁLISE DOS RISCOS	63
16.3	CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DOS RISCOS	64
17.	PROCESSO DE REVISÃO DO PDTIC.....	70
18.	FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO	72
19.	CONCLUSÃO	74
20.	APROVAÇÃO.....	75
21.	ANEXOS.....	77

APRESENTAÇÃO

A Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação – STI apresenta o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC do Ministério da Justiça e Segurança Pública para o quadriênio 2024-2027 e suas respectivas revisões, durante a vigência estabelecida.

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP representa o principal instrumento norteador da atuação da Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação da Secretaria Executiva - SE, definindo as estratégias e o Plano de Metas e Ações em Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC para implementá-las, com o objetivo de atender às necessidades de TIC das áreas finalísticas do MJSP, alinhadas aos objetivos estratégicos do órgão, com vistas a contribuir para a melhoria contínua dos serviços prestados, internamente às unidades e externamente à sociedade.

O PDTIC 2021-2023, em alinhamento aos objetivos estratégicos institucionais à época, orientou a aplicação dos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação do MJSP disponíveis de forma a otimizar as entregas e atender à alta demanda por serviços de TIC das unidades do órgão.

O acompanhamento dos resultados do PDTIC 2021-2023 foi realizado pela equipe de governança de TIC da Coordenação-Geral de Gestão de Governança de TIC. Periodicamente foram convocadas reuniões ordinárias do Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação e Comunicação – CGDSIC, presidida pela Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, na qual foram apresentados os resultados alcançados e deliberadas questões de relevância no âmbito das atribuições do referido comitê.

Foram realizadas no total, vinte e cinco revisões do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação 2021-2023, onde buscou-se promover seu alinhamento à previsão orçamentária da Instituição para os anos de 2021 a 2023, bem como atender à necessidade de monitorar o andamento da execução das ações planejadas, assegurando a conformidade do PDTIC 2021-2023 às priorizações institucionais.

Durante o seu período de vigência, o PDTIC 2021-2023 representou um instrumento de gestão em nível estratégico e tático indispensável para o acompanhamento e a gestão dos recursos de TIC, possibilitando um avanço considerável na maturidade organizacional no âmbito da Governança de TIC.

Os trabalhos de elaboração do PDTIC 2024-2027 iniciaram-se pela instituição da equipe responsável pela elaboração do PDTIC (EqPDTIC 2024-2027), por meio da Resolução nº 22, de 06 de maio de 2024, do CGDSIC, que contou com a participação de representantes técnicos e colaboradores de todos os órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro, bem como dos órgãos específicos e singulares.

A supervisão dos trabalhos de elaboração do PDTIC 2024-2027 foi realizada por meio da Coordenação-Geral de Gestão de Governança de TIC da Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação.

O presente documento tem como objetivo apresentar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação 2024-2027, que traz o planejamento de TIC desenvolvido nos níveis estratégico e tático entre a área de TIC e as áreas finalísticas do órgão, alinhado aos objetivos estratégicos do Planejamento Estratégico 2024-2027 do MJSP, de forma a orientar a aplicação dos recursos de TIC com racionalidade, sustentabilidade, flexibilidade, agilidade e eficiência, dentre os recursos disponíveis.

Com a finalidade de dar publicidade e transparência, o documento e suas revisões são divulgadas na área de *Governança* do sítio eletrônico do MJSP (<https://www.gov.br/mj/pt-br/acesso-a-informacao/governanca/governanca-de-tic/pdtic/pdtic-2024-2027>).

ABRANGÊNCIA

O PDTIC MJSP 2024-2027 possui abrangência aos órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública e aos órgãos específicos singulares, à exceção de Polícia Federal – PF, Polícia Rodoviária Federal – PRF, Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e Agência Nacional de Proteção de Dados – ANPD, que possuem PDTIC próprios, sendo eles:

- I – Gabinete do Ministro – GM;
- II – Assessoria Especial de Controle Interno – AEI;
- III – Corregedoria-Geral – COGER;
- IV – Ouvidoria-Geral – OUV;
- V – Assessoria Especial de Assuntos Internacionais – ASINT;
- VI – Assessoria de Participação Social e Diversidade – ASPAD;
- VII – Secretaria Executiva – SE;
- VIII – Subsecretaria de Administração – SAA;

- 
- IX – Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO;
 - X – Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação – STI;
 - XI – Consultoria Jurídica – CONJUR;
 - XII – Secretaria Nacional de Justiça – SENAJUS;
 - XIII – Secretaria Nacional do Consumidor – SENACON;
 - XIV – Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD;
 - XV – Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP;
 - XVI – Secretaria Nacional de Políticas Penais – SENAPPEN;
 - XVII – Secretaria Nacional de Assuntos Legislativos – SAL;
 - XVIII – Secretaria de Acesso à Justiça – SAJU;
 - XIX – Secretaria de Direitos Digitais – SEDIGI.

Este plano engloba as necessidades de TIC de todas as áreas do MJSP supramencionadas, tendo em vista as especificidades, diferenças de maturidade e complexidade dentre elas.

APROVAÇÃO E PUBLICAÇÃO

Segundo o Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública, instituído por meio da Portaria nº 2, de 28 de janeiro de 2022, compete à Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação promover a elaboração, aprovar e monitorar a execução do PDTIC, em conjunto com as demais unidades do MJSP, membros do referido comitê do Ministério.

Dessa forma, o PDTIC 2024-2027 deve ser avaliado e encaminhado ao CGDSIC pelo Comitê de Governança de Dados e Sistemas de Informação – CGDI, a fim de resguardar o alinhamento com a política e o plano de ação de governança de dados e sistemas de informação e sistemas de informação, bem como a compatibilidade e adequação à política de segurança da informação e comunicações da Administração Pública Federal, conforme determinação do art. 2º, inciso VII do Capítulo II, Anexo VI da Portaria MJSP nº 2/2022; avaliado e aprovado pelo Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação e Comunicação – CGDSIC, a fim de resguardar a integração entre as estratégias organizacionais e as estratégias da área de TIC, conforme determinação do art. 2º, inciso VIII do Capítulo II, Anexo VII da Portaria MJSP nº



2/2022; e por fim, aprovado pelo Comitê de Governança Estratégica – CGE, de forma a manter a execução e acompanhamento dos objetivos estratégicos do órgão.

O PDTIC 2024-2027 deve ser oficializado após assinatura pelo Ministro de Estado, com publicação para ampla divulgação no Diário Oficial da União (DOU).

PERÍODO DE VIGÊNCIA E REVISÕES

Conforme definido pela equipe de Elaboração do PDTIC e aprovado pelos comitês CGDI, CGDSIC e CGE em novembro de 2024, o PDTIC compreende o quadriênio 2024-2027, com vigência estabelecida de 01 de dezembro de 2024 a 31 de dezembro de 2027, coincidente com o período de vigência do Planejamento Estratégico – PEI 2024-2027 do MJSP.

As revisões do PDTIC 2024-2027 poderão ser realizadas com periodicidade anual (revisões estruturais) e a qualquer tempo (revisões complementares para novas inclusões, alterações e/ou exclusões), desde que necessárias e determinadas pelo CGSID, durante os períodos de deliberações do referido comitê. O processo de revisão visa manter o PDTIC robusto e atualizado, sem deixar de ser flexível às mudanças dos ambientes interno e externo do Ministério, mantendo o alinhamento tático e as ações operacionais do plano no propósito de realização dos objetivos estratégicos do MJSP.

1. INTRODUÇÃO

As unidades de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) vêm assumindo um papel de crescente importância dentro das instituições públicas brasileiras. Além da transversalidade e da permeabilidade que essa área possui sobre todos os demais segmentos de atuação do Estado, a contínua digitalização de serviços e a transformação digital tem exigido que essas unidades estejam cada vez mais incorporadas à estratégia corporativa – impulsionando o redesenho das organizações, serviços e processos. Esse movimento substitui progressivamente a visão da unidade de TIC como mera prestadora de suporte operacional, consolidando-a como elemento essencial ao negócio e indispensável para a formulação e execução dos objetivos estratégicos e êxito organizacional.

Por outro prisma, as tecnologias digitais também estão mudando radicalmente a maneira como os cidadãos vivem, trabalham, consomem serviços e interagem. De acordo com dados atualizados da OCDE (2023), a capacidade dos governos de responder à transformação digital em andamento e de produzir processos e serviços mais inclusivos, convenientes e colaborativos é crucial para fortalecer a confiança dos cidadãos nas instituições. O Ministério da Justiça e Segurança Pública não está desconectado deste contexto e tem atuado de forma contundente no aperfeiçoamento dos serviços prestados aos cidadãos.

No âmbito da justiça, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) desempenha um papel fundamental na promoção do acesso à justiça e na defesa dos direitos humanos. As atribuições incluem a coordenação de políticas públicas voltadas para a proteção dos cidadãos, a promoção da cidadania e a melhoria da prestação de serviços judiciais. Além disso, o MJSP tem a responsabilidade de implementar medidas que garantam a efetividade dos direitos fundamentais, promovendo a mediação e a resolução de conflitos como alternativas ao sistema judicial tradicional. Nesse contexto, iniciativas de transformação digital, como a digitalização de processos e o uso de plataformas eletrônicas para atendimento ao público, têm se mostrado essenciais para agilizar a justiça e torná-la mais acessível.

No que se refere à segurança pública, o Ministério é responsável pela formulação e execução de políticas que visam à prevenção da criminalidade e à proteção da sociedade. Essa atuação abrange desde a coordenação de ações de combate ao tráfico de drogas e à violência urbana até a promoção de programas de segurança comunitária que envolvem a participação da sociedade civil. A integração de tecnologias avançadas, como sistemas de monitoramento e análise de dados, é crucial para aprimorar a atuação das forças de segurança, possibilitando uma resposta mais eficaz às demandas da população. Nesse cenário, o fortalecimento das parcerias



entre os diferentes níveis de governo e a sociedade civil é fundamental para garantir um ambiente seguro e justo para todos os cidadãos.

Nesse cenário, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) emerge como o instrumento que permite acompanhar e direcionar a atuação da STI/SE, internalizando o direcionamento estratégico corporativo para o nível tático e reportando as estratégias de TIC desenvolvidas para atender às necessidades e cumprir os objetivos requeridos. O PDTIC torna-se também uma ferramenta de apoio à tomada de decisão e à orientação do gestor de TIC quanto ao planejamento e gestão de recursos e capacidade operacional.

2. TERMOS E ABREVIASÕES

APF	Administração Pública Federal
CGDI	Comitê de Governança de Dados e Sistemas de Informação
CGE	Comitê de Governança Estratégica
CGGOV	Coordenação-Geral de Governança e Gestão de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação
CGDSIC	Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação e Comunicação
CGSID	Coordenação-Geral de Sistemas e Informação de Dados
CGISE	Coordenação-Geral de Infraestrutura e Serviços
CGISP	Coordenação-Geral de Planejamento, Inovação e Integração de TIC para Segurança Pública
COBIT	<i>Control Objectives for Information and Related Technology</i>
DPN	Divisão de Portfólio e Normativos
EGD	Estratégia de Governo Digital
GM	Gabinete do Ministro
GSI	Gabinete de Segurança Institucional
IA	Inteligência Artificial
IN	Instrução Normativa
ITIL	<i>Information Technology Infrastructure Library</i>
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
LOA	Lei Orçamentária Anual
MGI	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
MJSP	Ministério da Justiça e Segurança Pública
OETIC	Objetivo Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação
PCA	Plano de Contratações Anual
PDA	Plano de Dados Abertos
PDP	Plano de Desenvolvimento Pessoal
PDTIC	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PEI	Planejamento Estratégico Institucional
PETIC	Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação
PMBOK	<i>Project Management Body of Knowledge</i>
POSIC	Política de Segurança da Informação e Comunicação
PPA	Plano Plurianual
PTD	Plano de Transformação Digital
PR	Presidência da República
SE	Secretaria Executiva
SGD	Secretaria de Governo Digital
SG-PR	Secretaria-Geral da Presidência da República
SISP	Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação
STI	Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação
SUSP	Sistema Único de Segurança Pública
SWOT	Análise de Forças (<i>Strengths</i>), Fraquezas (<i>Weaknesses</i>), Oportunidades (<i>Opportunities</i>) e Ameaças (<i>Threats</i>)
TCU	Tribunal de Contas da União
TED	Termo de Execução Descentralizada
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação

3. METODOLOGIA

A metodologia adotada para a elaboração do PDTIC 2024-2027 MJSP foi fundamentada na proposta do Guia do PDTIC do SISP versão 2.1, de dezembro de 2021, adaptada às condições do ambiente organizacional do Ministério, à base normativa atualizada e vigente, bem como às orientações dos órgãos de controle quanto à observância e recomendações das boas práticas referentes à Gestão e Governança de TIC, tendo sido utilizado o documento Referencial do Processo de Planejamento de TI do Tribunal de Contas da União, de janeiro de 2015.

Também foi utilizado na elaboração do PDTIC textos e pesquisas do Gartner no escopo de governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Neste contexto, foi utilizado principalmente o documento *Ignition Guide to Strategic Planning for IT*, de setembro de 2022, que oferece orientações que auxiliam na implementação de melhores práticas de governança, gerenciamento de riscos, priorização e alinhamento de TIC com os objetivos de negócio.

3.1 CICLO DE VIDA DO PDTIC

O PDTIC é um documento que passa por diversas atualizações durante vigência, desde sua concepção até seu encerramento. Esse conjunto de transformações é chamado de ciclo de vida do PDTIC.

O ciclo de vida começa com o planejamento e concepção do plano diretor, isto é, no processo de elaboração deste importante instrumento de governança de TIC. Após sua concepção, o documento precisa ser acompanhado ao longo de sua vigência, com monitoramento e avaliação continuados, para mensuração do alcance de seus resultados, o que pode levar à sua revisão ou alteração. Além disso, o PDTIC anterior serve como insumo essencial para o início de um novo ciclo de elaboração.

Através deste entendimento, a figura 1 a seguir ilustra o Ciclo de Vida do PDTIC, destacando os processos de elaboração e acompanhamento. Cada um desses processos será detalhado posteriormente.

Para descrever os subprocessos de elaboração e acompanhamento do PDTIC utilizou-se a notação para modelagem de processos de negócio denominada *Business Process Modeling Notation* (BPMN), conforme demonstrado na figura 1. Trata-se de uma representação gráfica desenvolvida pelo *Business Process Management Initiative* (BPM), e atualmente mantida pela *Object Management Group* (OMG), a qual possibilita boa compreensão de diagramas sem a necessidade de conhecimento técnico aprofundado. Essa notação é a adotada pela e-PING como padrão para modelagem de processos.

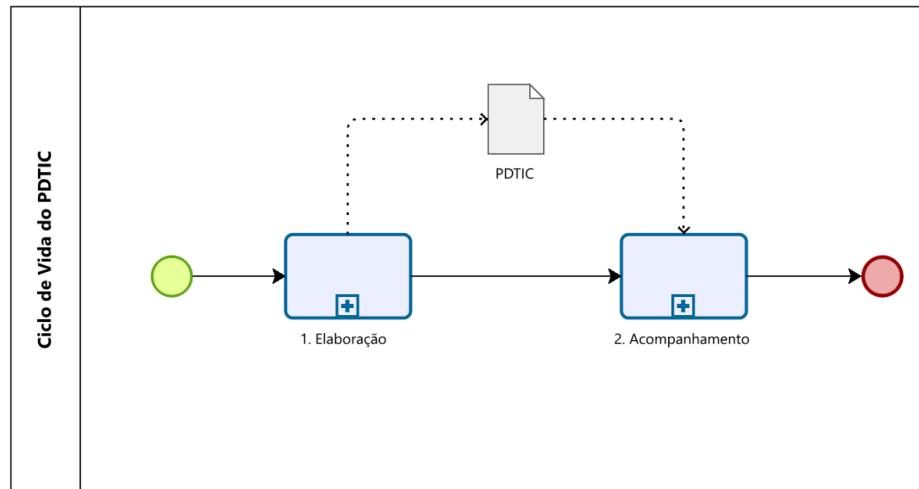


Figura 1: Ciclo de Vida do PDTIC.

3.2 PROCESSO DE ELABORAÇÃO

Seguindo as recomendações do Guia do SISP, o processo de elaboração do PDTIC é conduzido por meio de três subprocessos: Preparação, Diagnóstico e Planejamento (figura 2).

Seguindo a modelagem de notação adotada, para cada subprocesso, são apresentadas as atividades que o integram. Cada atividade indica o objetivo de sua execução, as tarefas que a compõem, o responsável e os possíveis artefatos utilizados como entrada e gerados como saída da atividade.

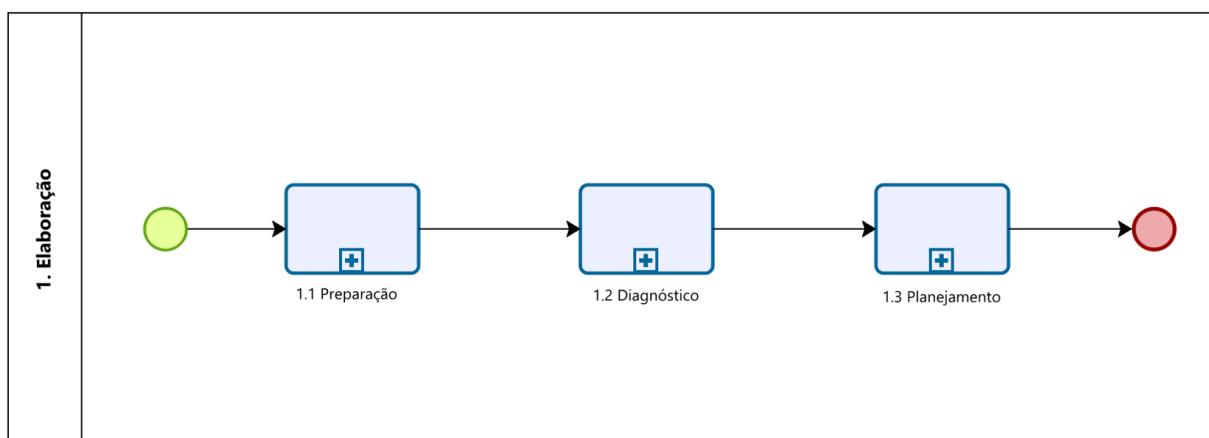


Figura 2: Fases do processo de elaboração do PDTIC.

SUBPROCESSO DE PREPARAÇÃO

O subprocesso de preparação delimita o escopo e a metodologia de trabalho. Este subprocesso concentra de maneira macro as atividades com característica de definições, levantamento de documentação e planejamento da elaboração do PDTIC, ou seja, estabelece a base para o ciclo de elaboração do planejamento.

A primeira etapa tem como principais entregas a designação da equipe de elaboração e a aprovação do plano de trabalho do PDTIC pelo CGDSIC, conforme apresentado a seguir:

- I. Definir abrangência e período do PDTIC;
- II. Definir a Equipe de Elaboração do PDTIC – EqEPDTIC;
- III. Descrever a metodologia de elaboração;
- IV. Consolidar documentos de referência;
- V. Identificar estratégias da organização;
- VI. Identificar princípios e diretrizes;
- VII. Elaborar o Plano de Trabalho do PDTIC – PT-PDTIC;
- VIII. Aprovar o PT-PDTIC.

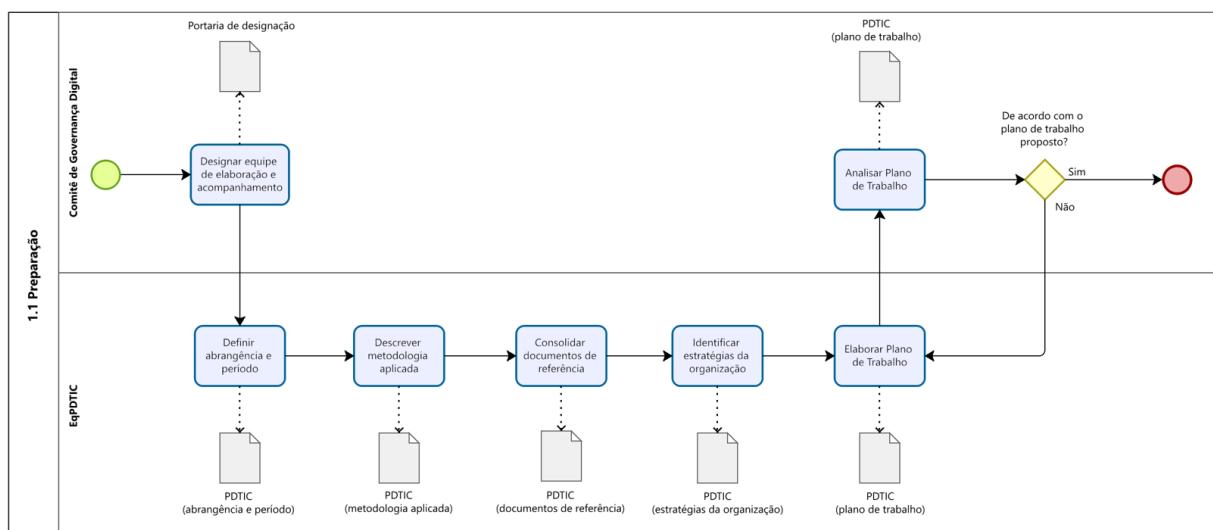


Figura 3: Etapas do subprocesso de preparação do PDTIC.

Nesta fase foi instituída a Equipe de Elaboração do PDTIC – EqPDTIC, por meio da Resolução CGDSIC/STI/SE/MJSP nº 22, de 06 de maio de 2024, aprovada na 8ª Reunião ordinária do Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação e Comunicação - CGDSIC, ocorrida em 2 de maio de 2024. Também foram definidas a abrangência e o período do PDTIC, identificados os documentos de



referência e estabelecidos os critérios de priorização, bem como os de desempate. As deliberações foram registradas no Plano de Trabalho do PDTIC 2024-2027, aprovado pela EqPDTIC e pelo CGDSIC.

SUBPROCESSO DE DIAGNÓSTICO

O segundo subprocesso, diagnóstico, caracteriza-se por buscar compreender a situação atual da TIC na organização para, em consonância com esse quadro, identificar as necessidades que se pretende resolver. Para isto, são contempladas as atividades relacionadas à análise do resultado do PDTIC anterior, ao planejamento do levantamento das necessidades e ao alinhamento das necessidades às estratégias da organização. É importante observar que esta etapa exige grande interação com as áreas finalísticas do Ministério, uma vez que realiza extensa coleta de dados e análise de documentos. Um dos principais artefatos produzidos nesta etapa, e muito importante para todo o processo de Elaboração do PDTIC, é o Inventário de Necessidades.

A segunda etapa se propõe a realizar as seguintes atividades e entregas (figura 4):

- I. Analisar resultados do PDTIC anterior;
- II. Analisar o referencial estratégico de TIC;
- III. Analisar a organização da TIC;
- IV. Realizar Análise SWOT da TIC;
- V. Estimar a capacidade da execução da TIC;
- VI. Planejar o levantamento das necessidades;
- VII. Identificar necessidades de Informação;
- VIII. Identificar necessidades de Serviços de TIC;
- IX. Identificar necessidades de Infraestrutura de TIC;
- X. Identificar necessidades de Contratação de TIC;
- XI. Identificar necessidades de Pessoal de TIC;
- XII. Consolidar o Inventário de Necessidades;
- XIII. Alinhar as necessidades de TIC às estratégias da organização;
- XIV. Aprovar o Inventário de Necessidades

O inventário de necessidades é a entrega que representa a finalização da segunda etapa. Informa-se que o inventário foi aprovado na 10ª Reunião ordinária do Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação e Comunicação – CGDSIC.

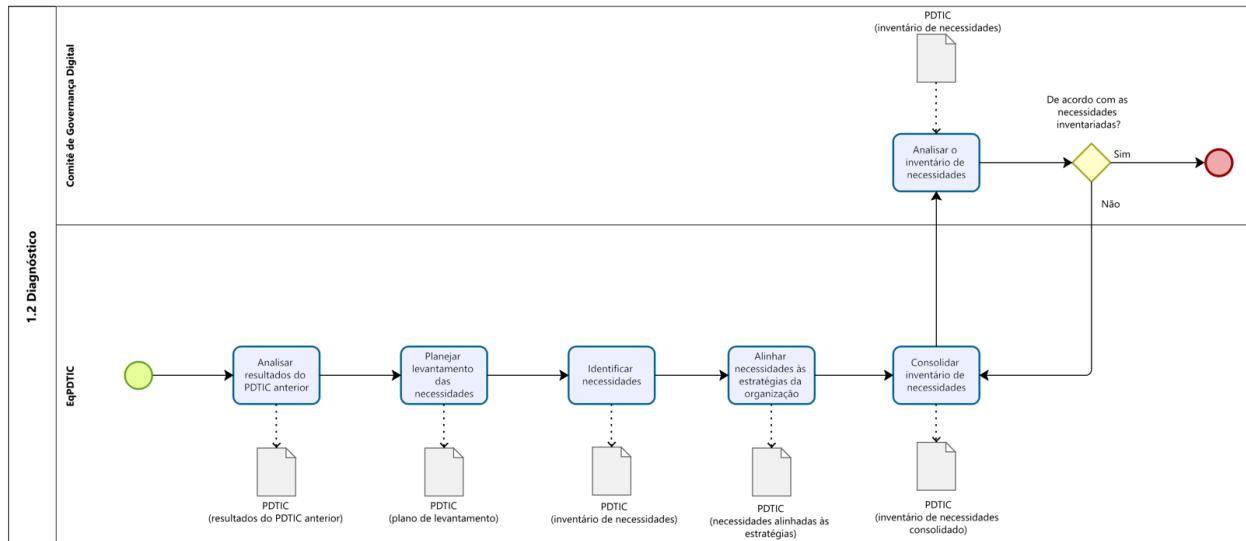


Figura 4: Etapas do subprocesso de diagnóstico do PDTIC.

SUBPROCESSO DE PLANEJAMENTO

O último subprocesso é o de planejamento. Esta etapa é caracterizada por planejar o atendimento das necessidades, estabelecendo os critérios de priorização das necessidades inventariadas de forma a possibilitar o alcance dos objetivos esperados. Ao final dessa etapa, a minuta do PDTIC é consolidada pela EqPDTIC, aprovada pelos comitês CGDI, CGDSIC, CGE e publicada o Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública.

No subprocesso de planejamento são objetivadas as seguintes entregas (figura 5):

- I. Atualizar critérios de priorização;
- II. Priorizar as necessidades inventariadas;
- III. Definir metas e ações;
- IV. Planejar ações de pessoal;
- V. Planejar orçamento das ações do PDTIC;
- VI. Identificar os fatores críticos de sucesso;
- VII. Planejar o gerenciamento de riscos;
- VIII. Consolidar a Minuta do PDTIC;
- IX. Aprovar a Minuta do PDTIC;
- X. Publicar o PDTIC.

A minuta do PDTIC 2024-2027 é a entrega que representa a finalização da terceira etapa. Informa-se que a minuta foi aprovado na 11ª Reunião ordinária do Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação e Comunicação – CGDSIC.

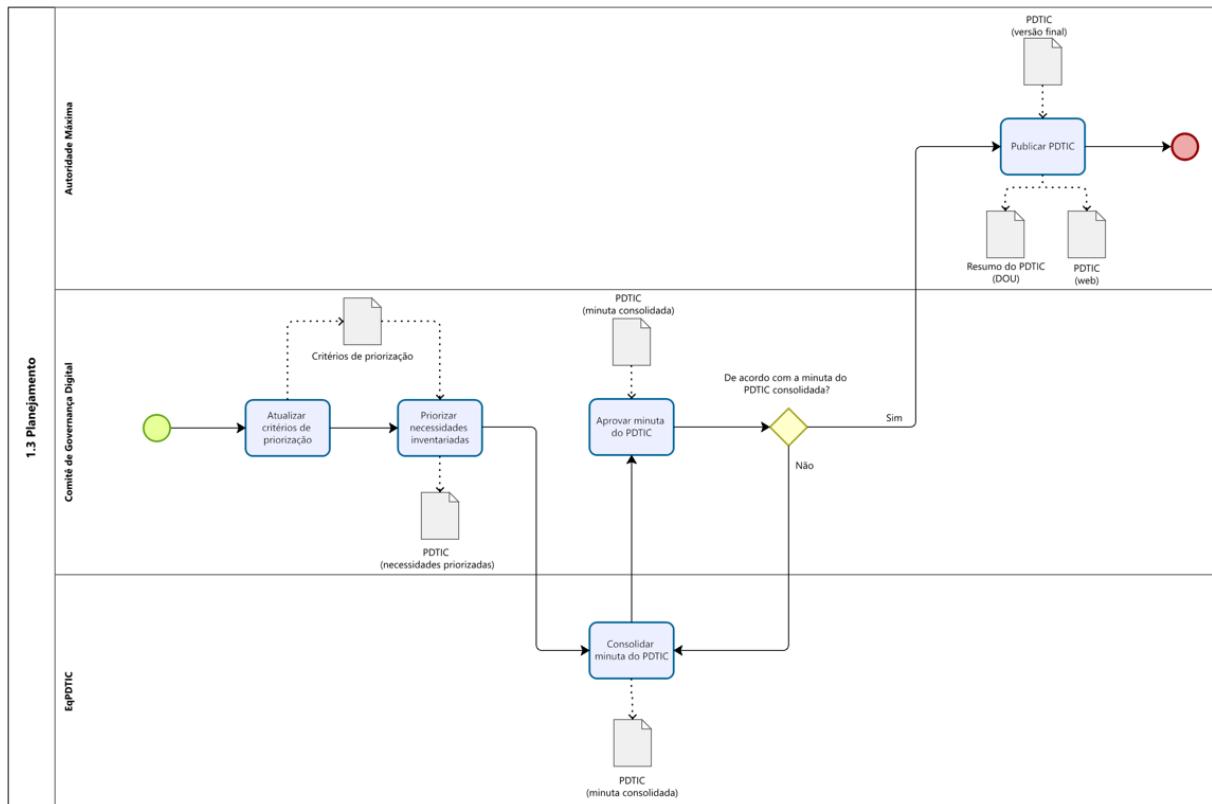


Figura 5: Etapas do subprocesso de planejamento do PDTIC.

3.3 PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO

O processo de acompanhamento do PDTIC ocorre após sua publicação e consiste em ações que buscam auxiliar a gestão e a governança de TIC com foco na mensuração do desempenho das atividades propostas. Essa mensuração visa monitorar e avaliar a implementação das ações, o uso dos recursos e a entrega dos serviços, com o objetivo de atender às estratégias e aos objetivos do órgão.

Dessa forma, o subprocesso de acompanhamento possibilita a adoção de procedimentos que orientem a atuação dos atores responsáveis pela execução do PDTIC, no sentido de maximizar a possibilidade de se alcançar as metas planejadas com maiores eficiência e eficácia. A figura a seguir ilustra o contexto em que ocorre o acompanhamento do PDTIC, evidenciando sua relação com os instrumentos estratégicos de governo e do órgão (PPA, PEI e EFGD), e com o Portfólio e Gestão de Projetos da organização.

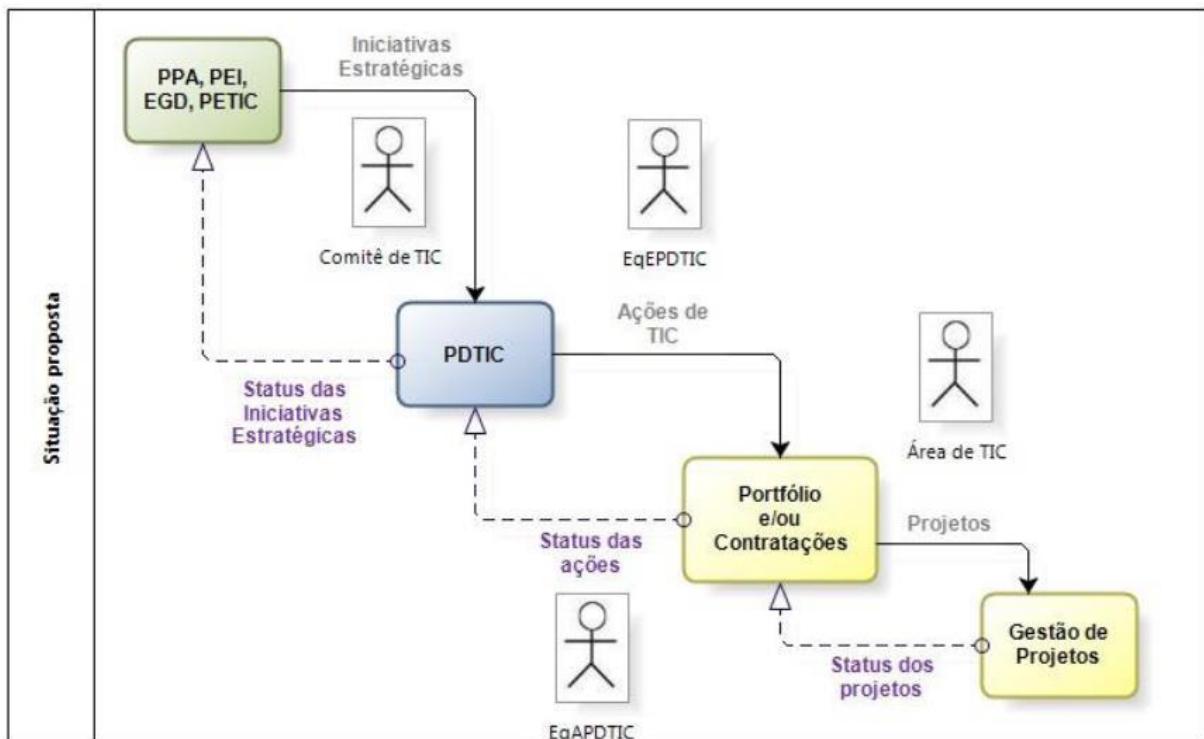


Figura 6: Modelagem do processo de acompanhamento do PDTIC.

Seguindo as recomendações do Guia do SISP, o processo de acompanhamento é conduzido por meio de cinco subprocessos: Planejamento do Acompanhamento, Execução, Monitoramento, Avaliação Intermediária e Avaliação Final.

A etapa de Planejamento envolve, em resumo, identificar o que será objeto de monitoramento ou avaliação durante a execução do PDTIC e como se dará o acompanhamento. Portanto, nesse subprocesso, serão desenvolvidos os planos necessários para que isso ocorra.

A etapa de Execução trata da gestão dos projetos e portfólios derivados do Plano de Ações do PDTIC.

As etapas de Monitoramento e de Avaliação Intermediária se desenrolam durante a execução do PDTIC. O que distingue o monitoramento das avaliações intermediárias são os seus objetivos. O monitoramento verifica se o progresso das ações do PDTIC está evoluindo conforme o planejado, focando principalmente no processo, no esforço ou nas condições ambientais. As avaliações intermediárias, por sua vez, concentram-se nos resultados intermediários a serem alcançados ao longo da execução do PDTIC.

A Avaliação Intermediária pode ser considerada como uma atividade periódica, durante a execução do PDTIC, que tem o intuito de coletar informações a respeito de resultados intermediários dessa execução. Esses resultados, confrontados com as metas estabelecidas, possibilitam a

identificação de possíveis desvios e subsidiam a tomada de decisões relacionadas à correção de rumos ou reavaliações dessas metas.

A Avaliação Final é realizada no encerramento do PDTIC. Nesse momento, a EqPDTIC avalia se os resultados almejados, definidos durante o processo de Elaboração, foram efetivamente alcançados. Outrossim, apresenta ao CGD recomendações decorrentes dos resultados obtidos com o acompanhamento do PDTIC.

A ilustração que representa o subprocesso de Acompanhamento do PDTIC é apresentada a seguir:

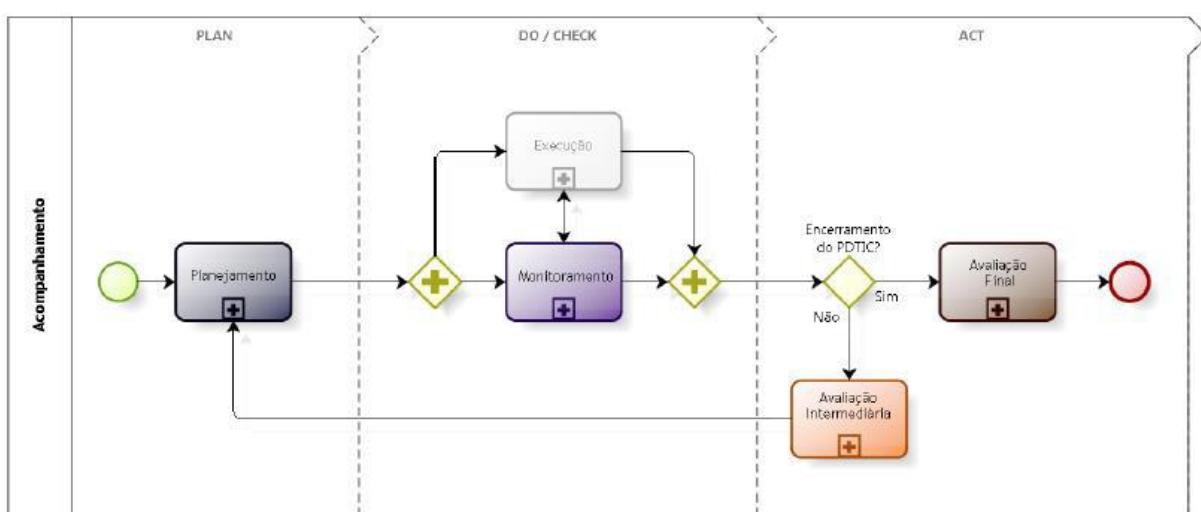


Figura 7: Modelagem do processo de acompanhamento do PDTIC.

4. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

Os documentos reunidos para darem suporte à elaboração do PDTIC seguem apresentados por categoria a seguir:

Fonte: Elaborado pela STI/SE/MJSP.

Referenciais Estratégicos		
Item	Documento	Descrição
I	Estratégia Federal de Governo Digital – EFGD 2024-2027 (Decreto nº 12.198, de 24 de setembro de 2024)	Documento organizado em princípios, objetivos estratégicos e iniciativas com o foco em promover a transformação digital dos serviços públicos de forma eficiente utilizando tecnologias avançadas para otimizar processos e promover uma abordagem inclusiva, acessível e transparente.
II	Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO (Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023 e leis anuais seguintes)	Documento que estabelece as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA).
III	Lei Orçamentária Anual – LOA (Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024 e leis anuais seguintes)	Instrumento de gestão que estima as receitas e fixas as despesas públicas para um determinado período.
IV	Planejamento Estratégico Institucional do MJSP 2021-2023 – PE 2021-2023 – MJSP	Instrumento de governança institucional de médio prazo para definição da estratégia institucional, contemplando a cadeia de valor, indicadores, metas e projetos estratégicos para o Ministério para os anos de 2021 a 2023.
V	Planejamento Estratégico Institucional do MJSP 2024-2027 – PE 2024-2027 – MJSP (Portaria MJSP nº 714, de 24 de junho de 2024)	Instrumento de governança institucional de médio prazo para definição da estratégia institucional, contemplando a cadeia de valor, indicadores, metas e projetos estratégicos para o Ministério para os anos de 2024 a 2027.
VI	Plano de Contratações Anual – PCA 2024 MJSP e seguintes (Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022)	Regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

VII	Plano de Transformação Digital – PTD 3ª Revisão (2024-2026)	Plano pactuado entre o MJSP e a SGD/MGI, visando oferecer maior facilidade e simplificação para o acesso, a solicitação e o acompanhamento de serviços que o Ministério oferece ao cidadão.
VIII	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do MJSP 2021-2023 – PDTIC 2021-2023	Instrumento de governança institucional para diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de TIC, com o objetivo de atender às necessidades das áreas finalísticas do Ministério para os anos de 2021 a 2023.
IX	Plano Pluriannual 2024-2027 – PPA 2024-2027 (Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024)	Instrumento de planejamento governamental que define as diretrizes, programas, objetivos, metas, ações e indicadores, de forma regionalizada, com o propósito de viabilizar, no médio prazo, a implementação e a gestão das políticas públicas.

Tabela 1 – Documentos de referencial estratégicos utilizados na elaboração do PDTIC 2024-2027.

Fonte: Elaborado pela STI/SE/MJSP.

Referenciais Legais e Normativos		
Item	Documento	Descrição
I	Constituição Federal , de 5 de outubro de 1988	Conjunto de regras e preceitos que estabelecem os direitos e deveres dos cidadãos e dos entes políticos do Brasil.
II	Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010	Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União.
III	Decreto nº 9.832, de 12 de junho de 2019	Altera o Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018, e o Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012, para dispor sobre o Comitê Gestor da Segurança da Informação.
IV	Decreto nº 10.222, de 05 de fevereiro de 2020	Aprova a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética.
V	Decreto nº 10.569, de 09 de dezembro de 2020	Aprova a Estratégia Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas.
VI	Decreto nº 10.748, de 16 de julho de 2021	Institui a Rede Federal de Gestão de Incidentes Cibernéticos (ReGIC).

VII	Instrução Normativa 01, da SLTI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010	Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.
VIII	Instrução Normativa 05, da SLTI/MPOG, de 26 de maio de 2017	Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
IX	Instrução Normativa 03, do GSI/PR, de 28 de maio de 2021	Dispõe sobre os processos relacionados à gestão de segurança da informação nos órgãos e nas entidades da administração pública federal.
X	Instrução Normativa 65, da SEGES/ME, de 07 de julho de 2021	Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
XI	Instrução Normativa 05, do GSI/PR, de 30 de agosto de 2021	Dispõe sobre os requisitos mínimos de segurança da informação para utilização de soluções de computação em nuvem pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal.
XII	Instrução Normativa 94, da SGD/ME, de 23 de dezembro de 2022	Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.
XIII	Instrução Normativa 06, da SGD/MGI, de 29 de março de 2023	Regulamenta os requisitos e procedimentos para aprovação de contratações ou de formação de atas de registro de preços, a serem efetuados por órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo federal, relativos a bens e serviços de tecnologia da informação e comunicação - TIC.
XIV	Lei de Acesso a Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011)	Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de

		maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.
XV	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018)	Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.
XVI	Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021)	Estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
XVII	Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000)	Estabelece, em regime nacional, parâmetros a serem seguidos relativos ao gasto público de cada ente federativo (estados e municípios) brasileiro.
XVIII	Manual de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos - MJSP (Resolução CGE nº 4, de 18 de julho de 2018)	Aprova o Manual de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos no âmbito do Ministério da Justiça.
XIX	Marco civil da Internet (Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014)	Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.
XX	Modelo de contratação de serviços de outsourcing de impressão (Portaria nº 370 SGD/MGI, de 08 de março de 2023)	Institui o Modelo de Contratação de Serviços de Outsourcing de Impressão, no âmbito dos órgãos e das entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.
XXI	Modelo para a contratação de serviços de desenvolvimento, manutenção e sustentação de software (Portaria nº 750 SGD/MGI, de 20 de março de 2023)	Estabelece modelo para a contratação de serviços de desenvolvimento, manutenção e sustentação de software, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.
XXII	Modelo para contratação e gestão de estações de trabalho (Portaria nº 2.715 SGD/MGI, de 21 de junho de 2023)	Estabelece Modelo de Contratação e Gestão de Estações de Trabalho, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.

XXIII	Modelo para contratação de software e de serviços de computação em nuvem (Portaria nº 5.950 SGD/MGI, de 26 de outubro de 2023)	Estabelece modelo de contratação de software e de serviços de computação em nuvem, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.
XXIV	Modelo para a contratação de serviços de desenvolvimento, manutenção e sustentação de software (Portaria nº 750 SGD/MGI, de 20 de março de 2023)	Estabelece modelo para a contratação de serviços de desenvolvimento, manutenção e sustentação de software, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.
XXV	Modelo de contratação de serviços de operação de infraestrutura e atendimento a usuários de TIC (Portaria nº 1.070 SGD/MGI, de 01 de junho de 2023, alterada pela Portaria SGD/MGI nº 6.680, de 04 de outubro de 2024)	Estabelece modelo de contratação de serviços de operação de infraestrutura e atendimento a usuários de Tecnologia da Informação e Comunicação, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.
XXVI	Plano Brasileiro de Inteligência Artificial – PBIA 2024-2028	Plano com o escopo de desenvolver soluções em IA que melhorem significativamente a qualidade de vida da população, otimizando a entrega de serviços públicos e promovendo a inclusão social, com o objetivo de transformar o país em referência mundial em inovação e eficiência no uso de IA, principalmente no setor público.
XXVII	Plano Nacional de Internet das Coisas (Decreto nº 9.854, de 25 de junho de 2019)	Institui o Plano Nacional de Internet das Coisas e dispõe sobre a Câmara de Gestão e Acompanhamento do Desenvolvimento de Sistemas de Comunicação Máquina a Máquina e Internet das Coisas.
XXVIII	Portaria SLTI/MP nº 92, de 24 de dezembro de 2014	Institui a arquitetura ePING (Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico) para interoperabilidade de serviços de Governo Eletrônico.
XXIX	Portaria nº 778, de 04 de abril de 2019	Dispõe sobre a implantação da Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação nos órgãos e entidades pertencentes ao SISP.
XXX	Portaria nº 39, de 09 de julho de 2019	Dispõe sobre procedimentos para a unificação dos canais digitais e define regras para o procedimento de

		registro de endereços de sítios eletrônicos na internet e de aplicativos móveis do Governo Federal.
XXXI	Portaria nº 6.618, de 25 de setembro de 2024	Estabelece os princípios, os objetivos e as iniciativas para o alcance da Estratégia Federal de Governo Digital para o período de 2024 a 2027, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
XXXII	Política Nacional de Governo Aberto (Decreto nº 10.160, de 9 de dezembro de 2019)	Institui a Política Nacional de Governo Aberto e o Comitê Interministerial de Governo Aberto.
XXXIII	Política Nacional de Segurança da Informação - PNSI (Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018)	Institui a Política Nacional de Segurança da Informação e dispõe sobre a governança da segurança da informação.
XXXIV	Programa de Privacidade e Segurança da Informação - PPSI (Portaria SGD/MGI nº 852, de 28 de março de 2023)	Dispõe sobre o Programa de Privacidade e Segurança da Informação - PPSI.
XXXV	Política de Dados Abertos (Decreto nº 8.777, de 11 de março de 2016)	Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal.
XXXVI	Política de Governança da APF (Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017)	Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
XXXVII	Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011)	Dispõe sobre o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, do Poder Executivo federal.
XXXVIII	Sistema de Governança do MJSP (Portaria MJSP nº 2, de 28 de janeiro de 2022)	Institui o Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública.
XXXIX	Uso do Software Público Brasileiro (Portaria STI/MP nº 46, de 28 de setembro de 2016, alterada pela Portaria SGD/ME nº 3, de 27 de junho de 2019)	Dispõe sobre a disponibilização de Software Público Brasileiro e dá outras providências.

Tabela 2 – Documentos de referencial legal e normativo utilizados na elaboração do PDTIC 2024-2027.

Fonte: Elaborado pela STI/SE/MJSP.

Referenciais Técnicos		
Item	Documento	Descrição
I	<i>Control Objectives for Information and Related Technology</i> – COBIT versão 5 (tradução: Objetivos de controle para informação e tecnologias relacionadas)	Framework que fornece modelo abrangente para atingir os objetivos em governança e gerenciamento de TIC.
II	<i>Information Technology Infrastructure Library</i> – ITIL versão 4 (tradução: Biblioteca sobre o ciclo de vida dos serviços de TI)	Conjunto de boas práticas a serem aplicadas na infraestrutura, operação e manutenção de serviços de TI.
III	Guia de Elaboração do PDTIC – SISP versão 2.1	Guia que dispõe sobre os padrões, orientações, diretrizes e modelos para elaboração do Plano Diretor de TIC.
IV	Método de Dimensionamento do Quadro de Pessoal de TIC – SISP – versão 1.0	Guia com escopo principal no dimensionamento quantitativo do quadro de pessoal de TIC.
V	Normas Técnicas sobre Tecnologia da Informação – ABNT/ISO	Conjunto de regras que padronizam documentos, procedimentos e processos.
VI	<i>Project Management Body of Knowledge</i> – PMBOK 7ª edição (tradução: Corpo de conhecimentos técnicos em gestão de projetos)	Guia de melhores práticas de gerenciamento de projetos, com conceitos, padrões, processos, técnicas e ferramentas em abordagens de projetos cascata, ágil ou híbrida.
VII	Referencial do Processo de Planejamento de TI – TCU, de 01 de janeiro de 2015	Documento elaborado com o propósito de registrar e compartilhar o modelo adotado para o planejamento e a definição de prioridades inerentes à tecnologia da informação no âmbito do Tribunal de Contas da União para os exercícios de 2015 e 2016.

Tabela 3 – Documentos de referencial técnico utilizado na elaboração do PDTIC 2024-2027.

5. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Os princípios constituem os elementos que definem o ponto de partida de um processo e são, em geral, delineados por meio de instrumentos legais, como os princípios que regem a Administração Pública Federal, e diretrizes governamentais, como a Estratégia Federal de Governo Digital – EFGD 2024-2027, além de recomendações e determinações de órgãos de controle, melhores práticas de mercado e pela própria organização da estrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) da Ministério.

Dessa forma, na formulação deste Plano Diretor de TIC (PDTIC), foram incorporados os seguintes princípios:

Id	Princípios	Origem
P1	Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.	- Art. 37 da Constituição Federal de 1988
P2	Alinhamento dos objetivos institucionais de TIC aos objetivos estratégicos do órgão.	- COBIT versão 5 - EFGD 2024-2027 - PE 2024-2027 MJSP
P3	Planejar, organizar, documentar, implementar, monitorar, medir, acompanhar, avaliar e melhorar todos os serviços de TIC, principalmente aqueles de caráter crítico para a organização.	- COBIT versão 5 - ITIL versão 4
P4	Governo centrado no cidadão e inclusivo, que promove uma experiência agradável, simples e ágil e ao mesmo tempo garante que todos, independentemente de sua situação socioeconômica, cultural ou de qualquer outra natureza, tenham acesso e possam se beneficiar dos serviços oferecidos.	- EFGD 2024-2027
P5	Governo integrado e colaborativo que atua de forma coordenada e sinérgica, buscando a interoperabilidade dos dados e a integração das plataformas e dos serviços da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, garantindo que a jornada do cidadão tenha coerência, simplicidade, consistência e menores custos.	- EFGD 2024-2027
P6	Governo inteligente e inovador que utiliza a tecnologia e os dados como ferramentas chave para otimização, mantendo uma postura proativa e aberta a novas ideias e métodos para atender às necessidades dos cidadãos e das organizações.	- EFGD 2024-2027
P7	Governo confiável e seguro que busca em sua atuação a construção e manutenção da confiança pública, garantindo que os cidadãos possam interagir com o governo de forma segura, promovendo a proteção de direitos, dos dados e das informações.	- EFGD 2024-2027
P8	Governo transparente, aberto e participativo que se compromete com as premissas democráticas de participação social e transparência pública, possibilitando a participação e o acompanhamento da elaboração, do monitoramento e da avaliação das políticas públicas e dos serviços públicos.	- EFGD 2024-2027

P9	Governo eficiente e sustentável que utiliza plataformas tecnológicas e serviços compartilhados para otimizar os processos e a infraestrutura tecnológica, adotando recursos de tecnologia da informação e comunicação para contribuir com um Estado social e ambientalmente sustentável.	- EFGD 2024-2027
P10	Inovação e Transformação Digital, de forma a estimular a inovação e a transformação digital na administração pública, buscando constantemente novas soluções e tecnologias que possam melhorar a eficiência e a qualidade dos serviços prestados ao cidadão.	- Decreto nº 9.319/2018 - EFGD 2024-2027 - PTD MJSP
P11	As ações de TIC devem estar em conformidade com as políticas públicas estabelecidas pelo governo, buscando sempre promover o interesse público e o bem-estar da sociedade.	- Decreto nº 9.203/2017
P12	As contratações de soluções de TIC deverão estar de acordo com a programação estratégica de contratações e o processo de contratação constantes da Instrução Normativa de Contratações de TIC.	- IN SGD/ME nº 94/2022
P13	Priorizar compras compartilhadas visando à economicidade para o Estado.	- Lei 12.349/1990 - Lei 14.133/2022
P14	Estímulo à adoção de soluções livres sempre que estas atenderem às necessidades do negócio, principalmente as disponibilizadas no Portal do Software Público Brasileiro.	- Uso do Software Público Brasileiro
P15	Todos os serviços e processos de TI devem seguir modelos reconhecidos internacionalmente referentes à Gestão da Segurança da Informação	- ABNT NBR ISO/IEC 27001 - IN 03/2021 – GSI/PR
P16	As ações relacionadas com a segurança da informação e comunicação devem obedecer aos princípios do acesso, da disponibilidade, da integridade, da confidencialidade, da autenticidade, da legalidade, da privacidade, da ética, de auditoria e do não repúdio.	- POSIC MJSP
P17	Adequar o quadro de servidores da equipe de TIC.	- Acórdão 1.603/2008 Plenário TCU - MQP SISP 2015
P18	Elaborar e executar plano de capacitação à equipe de TIC.	- EFGD 2024-2027

Tabela 4 – Princípios norteadores do PDTIC 2024-2027 - MJSP.

As diretrizes são os parâmetros que orientam a elaboração de um plano para alcançar um objetivo específico. Elas representam um conjunto de orientações que direcionam as ações e decisões dentro de uma organização, assegurando que todos os esforços estejam alinhados com a missão e a visão estabelecidas.

Portanto, na formulação deste Plano Diretor de TIC (PDTIC), foram incorporadas as seguintes diretrizes:

Id		Diretrizes
D1		Buscar excelência e inovação na gestão de TIC, em alinhamento às demandas estratégicas do órgão.
D2		Adotar boas práticas em gestão de TIC, incluindo gestão de projetos, desenvolvimento de sistemas, segurança da informação e governança de TIC, observando as especificidades e o nível de maturidade das áreas finalísticas do MJSP.

D3	Incentivar a implementação de metodologias de desenvolvimento de sistemas, visando garantir a padronização, integridade e segurança.
D4	Manter os processos internos de TIC mapeados, formalizados, mensurados e otimizados.
D5	Promover a integração entre serviços, sistemas e bases de dados governamentais.
D6	Executar políticas públicas voltadas à prestação de serviços públicos ao cidadão por meios eletrônicos.
D7	Investir nos recursos de TIC, visando o aumento da produtividade e otimização dos recursos humanos.
D8	Garantir que as propostas orçamentárias de TIC sejam elaboradas com base em planejamentos e alinhadas com os objetivos estratégicos do órgão.
D9	Buscar a melhoria contínua da infraestrutura de TIC, garantindo eficiência, robustez e confiabilidade dos serviços prestados aos servidores do MJSP e ao cidadão brasileiro.
D10	Garantir a segurança da informação e comunicações, promovendo a proteção dos dados pessoais dos cidadãos, com a adoção de medidas robustas de segurança cibernética e conformidade com a legislação vigente, garantindo a disponibilidade, qualidade, confiabilidade e integridade de dados e sistemas.
D11	Terceirizar atividades de execução quando possível, possibilitando a atuação dos servidores do quadro da STI/SE/MJSP em atividades de gestão.
D12	Estabelecer, gerir, incentivar e manter políticas públicas por meios eletrônicos.
D13	Investir no aumento da produtividade e otimização dos recursos de TIC, adotando automatização de processos e uso de inteligência artificial.
D14	Promover capacitação contínua dos servidores da STI/SE/MJSP.

Tabela 5 – Diretrizes norteadoras do PDTIC 2024-2027 - MJSP.

6. ORGANIZAÇÃO DA ÁREA DE TIC

No contexto do Ministério da Justiça e Segurança Pública e de suas entidades vinculadas, a Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação da Secretaria Executiva – STI/SE exerce o papel de órgão setorial do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISP. Suas competências estão definidas no Art. 12, do Anexo I, do Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, *in verbis*:

- I - planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas ao SISP no âmbito do Ministério;*
- II - promover a articulação com o órgão central do Sistema federal a que se refere o inciso I do caput e informar e orientar os órgãos integrantes da estrutura do Ministério e das entidades a ele vinculadas quanto ao cumprimento das normas estabelecidas;*
- III - elaborar e consolidar os planos e os programas das atividades de sua área de competência e submetê-los à decisão superior; e*
- IV - acompanhar e promover a avaliação de projetos e atividades, no âmbito de sua competência.*

Assim, cabe à STI/SE acompanhar, cumprir e assegurar a aplicação das normas emanadas do SISP, incluindo-se a elaboração do PDTIC para as unidades do MJSP elencadas no Capítulo 1 – APRESENTAÇÃO, com exceção da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica e da Agência Nacional de Proteção de Dados, que possuem PDTIC próprios.

Como área de TIC, é responsabilidade da STI/SE organizar, manter e fornecer os serviços e recursos de TIC, bem como desenvolver, implementar, documentar e manter sistemas de informação, visando atender às necessidades das demais áreas do MJSP.

Na Figura 2 a seguir, é possível identificar a posição da Secretaria Executiva na estrutura organizacional do Ministério, à qual a STI/SE está diretamente subordinada.

Organograma Geral

[Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023](#). que aprova a Estrutura Regimental do MJSP

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

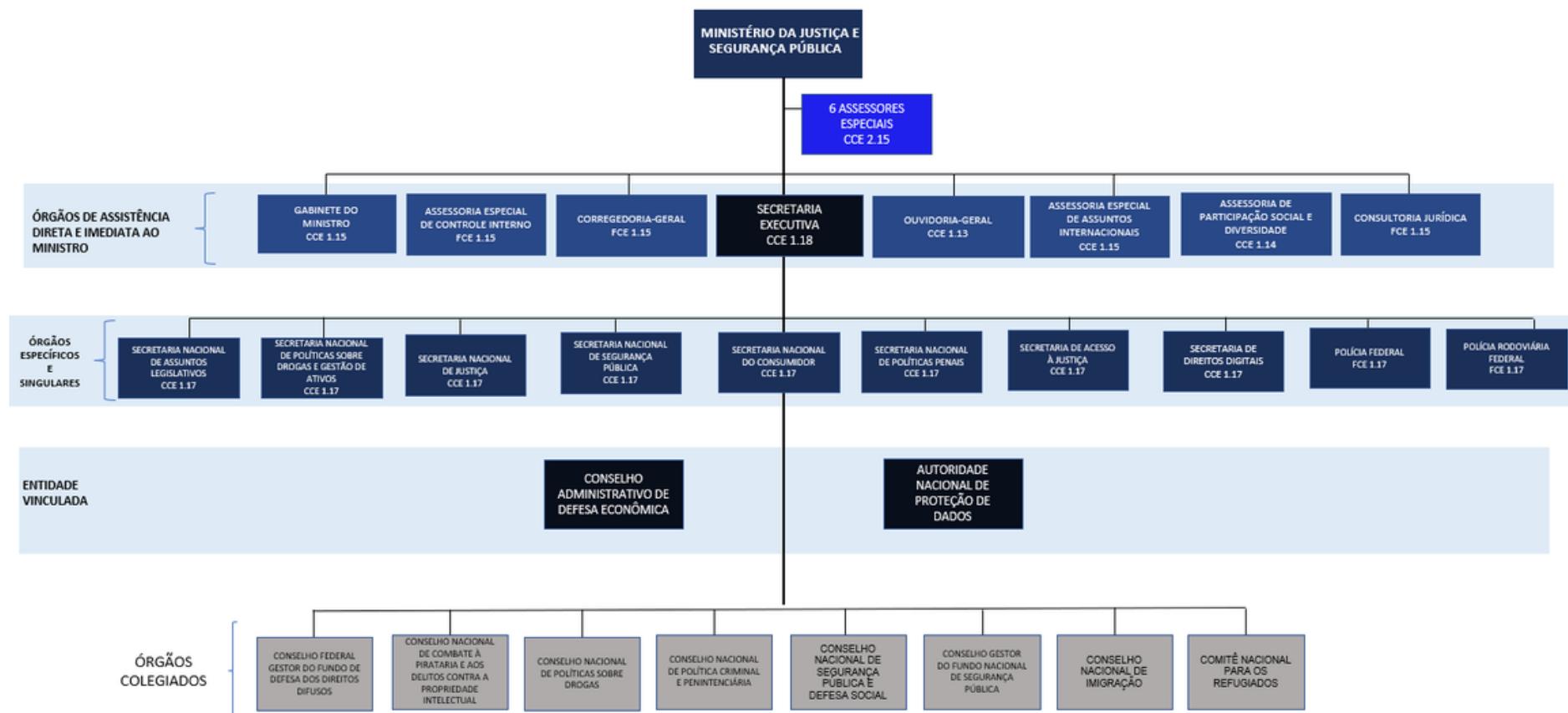


Figura 8: Estrutura Organizacional do MJSP

Por sua vez, é possível identificar o posicionamento da STI/SE na estrutura da Secretaria Executiva, conforme representada pela Figura 5 a seguir.

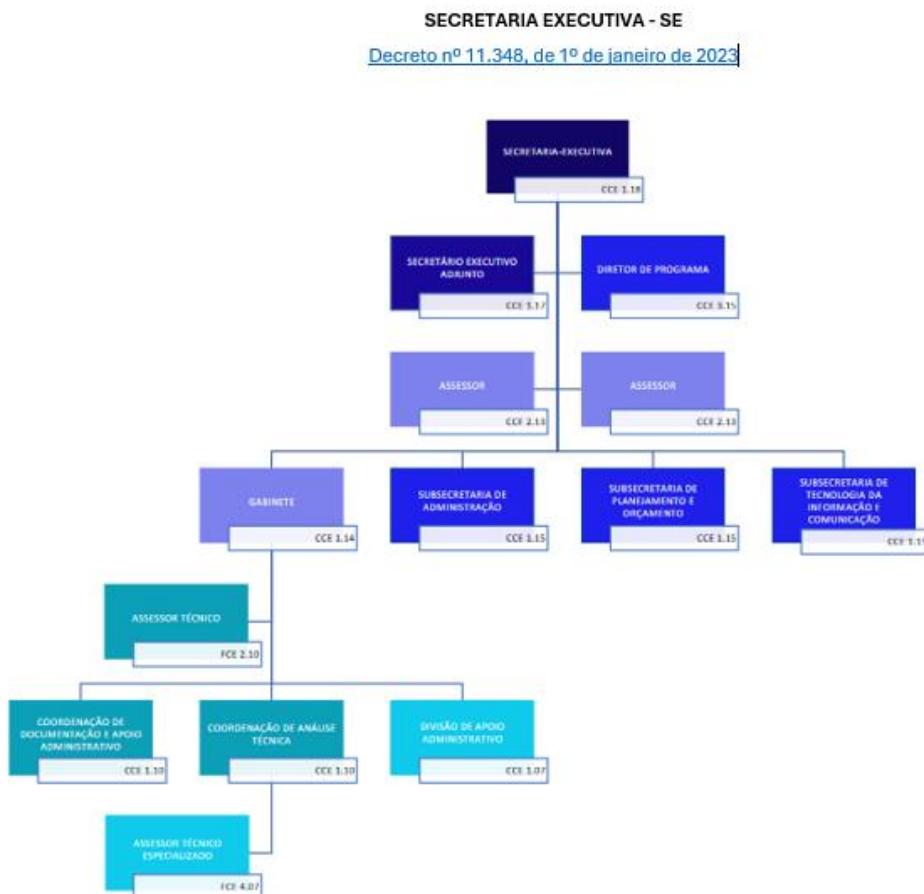


Figura 9: Estrutura Organizacional da Secretaria Executiva do MJSP.

Por fim, na figura a seguir está apresentada a estrutura organizacional da Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação – STI/SE.

As atribuições da STI e de suas Unidades internas são definidas pela Portaria MJSP nº 260, de 28 de dezembro de 2022.

SECRETARIA-EXECUTIVA - SE
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

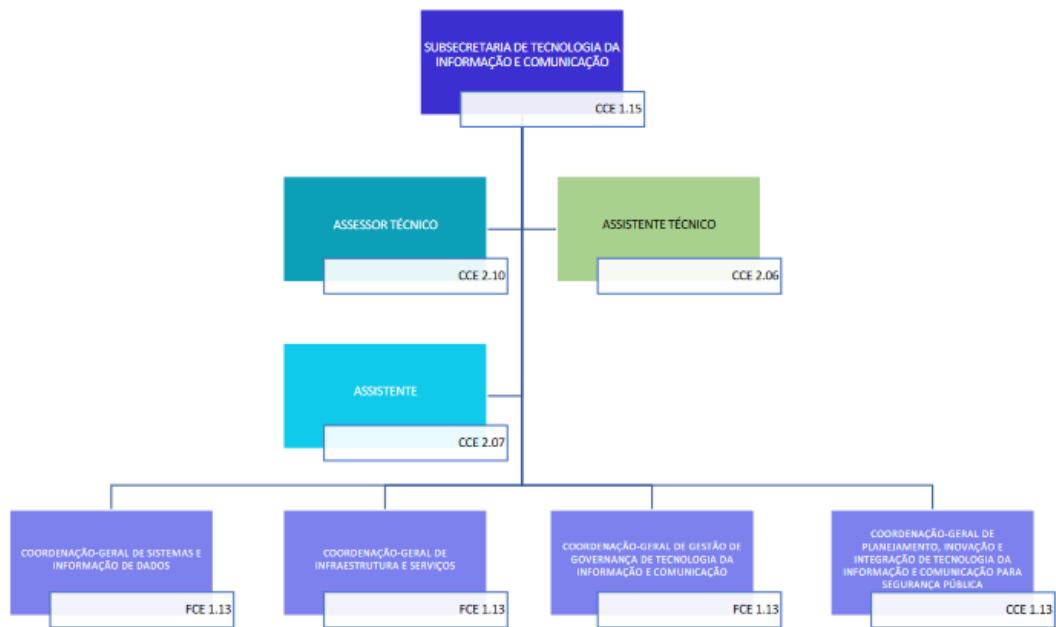


Figura 10: Estrutura Organizacional da STI

7. RESULTADOS DO PDTIC ANTERIOR

O PDTIC 2021-2023 perdurou até o final do ano de 2024. Por diferentes razões, dentre elas, o fato do Planejamento Estratégico do MJSP para o período 2024-2027 ter sido aprovado somente em junho de 2024 e a nova Estratégia Federal de Governo Digital ter sido publicada apenas em setembro de 2024, o PDTIC 2021-2023 foi prorrogado por três vezes, tendo como prazo final de vigência 31 de dezembro de 2024, com expiração imediata após a publicação do novo PDTIC.

Na última revisão do PDTIC 2021-2023, foram levantadas 668 (seiscentas e sessenta e oito) necessidades de TIC dentre aquelas da própria STI e das áreas finalísticas do MJSP. Os resultados deste PDTIC anterior encontram-se demonstrados pelos gráficos abaixo. A análise aqui apresentada se refere ao período compreendido entre janeiro de 2021 e novembro de 2024.

Status das Necessidades do PDTIC MJSP 2021-2023		
Concluídas	221	33,09 %
Em Atendimento	92	13,77 %
Aguardando Atendimento	355	53,14 %
TOTAL	668	100,00 %

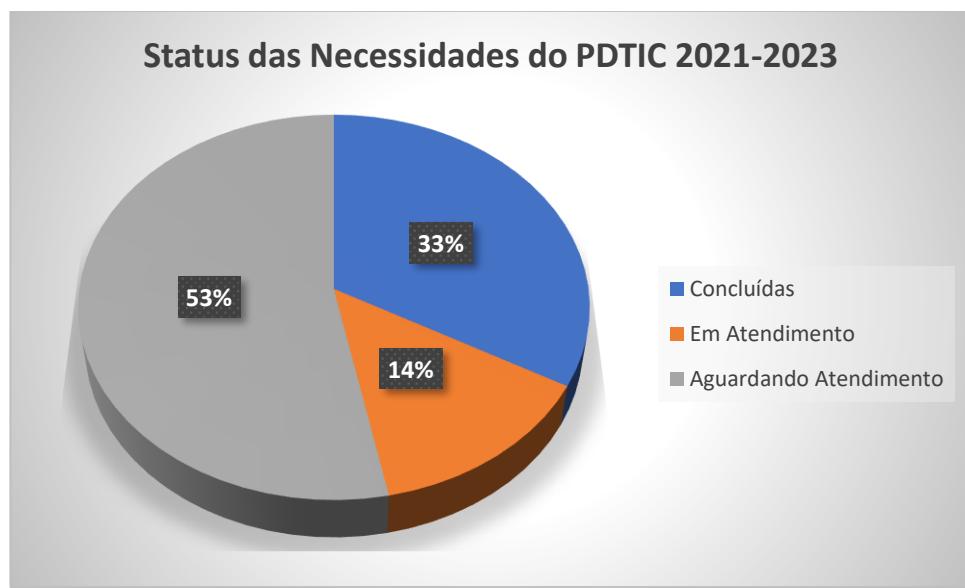


Figura 11: Visão dos resultados do PDTIC 2021-2023 MJSP.

8. REFERENCIAL ESTRATÉGICO DE TIC

O Referencial Estratégico de TIC é um conjunto de diretrizes e princípios que orientam o uso estratégico da Tecnologia da Informação e Comunicação em organizações. Ele define metas, valores, visão e objetivos estratégicos para garantir o alinhamento das ações de TIC com a missão institucional. Em atenção às deliberações da 7ª Reunião do CGDSIC, o PETIC MJSP foi extinto, de forma a otimizar os esforços de elaboração do PDTIC, tendo como base estratégica apenas o PEI.

Conforme citado no Guia de Elaboração de PDTIC do SISP, usualmente as organizações adotam três níveis de planejamento: estratégico, tático e operacional.

No âmbito do MJSP e da STI, esses níveis são refletidos no Planejamento Estratégico Institucional - PEI (estratégico), Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC (tático) e Plano de Metas e Ações (operacional).

8.1 MATRIZ SWOT

Após analisar o contexto interno - estrutura, serviços, recursos humanos e governança - e o contexto externo - representado por cada uma das dimensões do referencial estratégico - utilizaremos a ferramenta Análise SWOT para resumir e complementar o diagnóstico da situação atual de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) DO Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Essa ferramenta mostra-se adequada na medida que nos permite enxergar um quadro direto e agregado dos principais fatores que impactam, ou podem impactar, na prestação de serviços de TIC e que, portanto, devem ser considerados na fase de Planejamento.

Ao propor a visualização de tais aspectos no formato de matriz, a Análise SWOT - Forças (*Strengths*), Fraquezas (*Weaknesses*), Oportunidades (*Opportunities*) e Ameaças (*Threats*) - torna-se um importante instrumento para a elaboração de metas e ações que, além de atender as necessidades do inventário, devem estar estruturadas no sentido de mitigar as fraquezas e ameaças, bem como, potencializar forças e oportunidades do cenário atual de TIC.

A análise SWOT de TIC deste PDTIC foi realizada uma reunião da EqPDTIC. O resultado já priorizado pelos próprios participantes, segue abaixo:

Ambiente Interno	
Forças (S)	Fraquezas (W)
<ol style="list-style-type: none"> Existência de uma estrutura organizacional específica de TIC em nível de Diretoria Subsecretaria; Infraestrutura de TIC adequada às exigências atuais do negócio; Uso de ativos de TIC como instrumentos de inovação contínua e de transformação; Alinhamento da TIC do MJSP à agenda do Governo Federal; Equipe qualificada e comprometida com as entregas; Boa comunicação e alinhamento com as unidades de negócio; Políticas de privacidade e segurança eficientes; 	<ol style="list-style-type: none"> Baixo nível de integração de sistemas e compartilhamento de bases de dados entre as unidades do MJSP, bem como entre as suas vinculadas; Baixa maturidade na gestão dos processos de TIC; Inexistência de plano de comunicação com as partes interessadas sobre os resultados da gestão e do uso de TIC; Quantidade insuficiente de servidores efetivos de TIC; Rotatividade da equipe técnica terceirizada; Alta burocratização do fluxo dos processos internos da STI; Ferramentas internas de gestão de acessos e suporte deficientes; Orçamento não é suficiente para suportar as necessidades de TIC; Alta dependência de contratos terceirizados para execução das atividades; Parque tecnológico obsoleto.
Ambiente Externo	
Oportunidades (O)	Ameaças (T)
<ol style="list-style-type: none"> Valorização da TIC pela alta administração do MJSP; Possibilidade de estabelecimento de parcerias com outros órgãos e entidades públicas para educação e desenvolvimento de pessoal em TIC ou para outros temas afins; Disponibilidade no mercado para contratação de plataformas de conhecimento; Potencial de adoção de novas tecnologias, como por exemplo: inteligência artificial e cognitivos; Potencial de economia de recursos públicos por meio do fortalecimento da STI do MJSP 	<ol style="list-style-type: none"> Contingenciamento orçamentário; Descontinuidade de planos e projetos devido à mudança de gestão; Baixa maturidade da política do MJSP de compartilhamento e governança de dados; Acesso ilegítimo de terceiros a dados e sistemas relacionados à segurança pública; Fragmentação da TIC no âmbito do MJSP; Mudanças nas políticas do SISP; Adoção de tecnologias não consolidadas na APF; Evolução acelerada da tecnologia, dificultando o acompanhamento; Restrições impostas pela legislação e prazos legais rígidos para implementação de demandas;

9. ALINHAMENTO COM A ESTRATÉGIA DA ORGANIZAÇÃO

O Planejamento Estratégico do MJSP foi aprovado em 26 de junho de 2024, por meio da Portaria MJSP nº 714, de 24 de junho de 2024, e conforme preconiza o Guia do SISP, o PDTIC deve estar alinhado a este documento. Dentre os produtos do processo de elaboração do PE temos o Mapa Estratégico – 2024-2027:

MAPA ESTRATÉGICO 2024 - 2027

Ministério da Justiça e
Segurança Pública

MISSÃO	VISÃO
Atuar para a consolidação do Estado Democrático de Direito, zelando pela ordem jurídica, pelo cumprimento de garantias constitucionais e pela implantação de uma política de segurança pública cidadã.	Ser reconhecido pela sociedade como protagonista na defesa da democracia e essencial na defesa da cidadania, na proteção de direitos, no fortalecimento do acesso à justiça e na gestão de uma política de segurança pública humanizada, em cooperação com os entes federados e com os demais Poderes.
VALORES	
Ética Valorização das Pessoas Defesa do Interesse Público Comprometimento Atuação Colaborativa	

SOCIEDADE E GOVERNO

Promover a segurança pública cidadã e humanizada, com especial atenção a pessoas em situação de vulnerabilidade

Promover o acesso à justiça e proteger os direitos do cidadão, inclusive os digitais e os dados pessoais

FOCO DE ATUAÇÃO

Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade

Promover uma execução penal justa, que viabilize a reintegração social e a inatividade das lideranças criminosas

Fortalecer a segurança viária e a mobilidade nas rodovias federais

Promover a valorização e a qualidade de vida dos profissionais de segurança pública

Promover a gestão transversal das políticas públicas para a redução do impacto social do álcool e outras drogas

Aprimorar o processo de recuperação de ativos e sua efetiva aplicação em políticas públicas

PESSOAS E INFRAESTRUTURA

Promover a valorização, o desenvolvimento, a atração e a retenção de talentos

Otimizar e consolidar a gestão e a governança institucional

Potencializar e aprimorar a estrutura e os serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação

Otimizar a gestão orçamentária e financeira

Sendo assim, além de contribuir para cumprimento da missão, visão e valores do MJSP, cabe especificamente à STI a coordenação e execução de esforços para atingimento do Objetivo Estratégico “Potencializar e aprimorar a estrutura e os serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação”.

Além disso, a STI possui dois indicadores estratégicos vinculados ao objetivo supracitado:

- I. Percentual de implementação dos controles de segurança; e
- II. Percentual de satisfação dos usuários em relação aos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação.

No que se refere aos projetos estratégicos, a STI figura como um dos atores principais de dois projetos:

- 
- I. Projeto Celular Seguro; e
 - II. Projeto de Segurança da informação e privacidade.

Por fim, entende-se que o planejamento das ações de TIC deverá sempre buscar alinhamento com os objetivos estratégicos definidos pelo MJSP. A efetiva execução dos projetos de TIC é fator fundamental para que as áreas finalísticas atinjam seus objetivos institucionais e realizem as políticas públicas necessárias.

10. SISTEMÁTICA DE PRIORIZAÇÃO DAS NECESSIDADES DE TIC

10.1 OBJETIVOS

A STI, que representa a área de TIC do MJSP deve planejar o atendimento das Necessidades negociais, estabelecendo os planos e as ações adequados para o alcance dos objetivos estratégicos esperados. Para isto, contempla-se atividades relacionadas à priorização das Necessidades de TIC e planejamento de Metas e Ações de TIC, abrangendo aspectos de pessoal, orçamento e riscos.

Sendo assim, visando garantir que o investimento de recursos, tempo e esforços da área de TIC seja o mais adequado às necessidades negociais do Ministério, definiu-se critérios como balizadores para cálculo da prioridade das Necessidades de TIC cujo atendimento está sob responsabilidade da STI.

10.2 POR QUE PRIORIZAR ?

Devido à disponibilidade finita de recursos humanos, tecnológicos e financeiros, ou mesmo legais, a totalidade das Necessidades de TIC não pode ser atendida de modo imediato. Isto torna necessária a priorização do atendimento das Necessidades de TIC segundo critérios técnicos, objetivos e estratégicos. Dado o volume de Necessidades, a priorização não se dá de maneira simples, inclusive em função dos inúmeros aspectos que devem ser levados em conta, que vão além das limitações de recursos, passando pelo alinhamento à diretrizes estratégicas da organização e até mesmo condicionantes impostos pela gestão ou legislação.

Quando se identifica com clareza o que deve ser executado, produz-se mais em menos tempo, pois a atenção estará totalmente voltada às atividades que, naquele momento, foram entendidas como de maior importância estratégica ou cujas informações associadas indicaram sua importância e, em alguns casos, urgência.

10.3 PRIORIZAÇÃO DAS NECESSIDADES DE TIC

Parte crucial do processo de elaboração e de revisão do PDTIC é a definição (ou redefinição) de seus princípios e diretrizes, incluindo os critérios de priorização e de desempate das Necessidades nas Filas de Atendimento sob responsabilidade da STI. Nesse contexto, a EqPDTIC propôs no plano de

trabalho uma revisão dos critérios de priorização, que foram aprovados pelo CGDSIC na 8ª Reunião do CGDSIC, ocorrida em 27/05/2024.

A proposta envolveu a revisão da pontuação básica, alterando a pontuação e critérios objetivos (Dimensão A), conforme abaixo:

Critérios objetivos (Dimensão A):

- Necessidade Transversal: 50 pontos
- Plano de Transformação Digital: 50 pontos
- Projeto Estratégico Governo (incluindo os programas prioritários do PPA): 75 pontos
- Projeto Estratégico MJSP com entregas previstas no PEI: 75 pontos
- Caráter Legal e/ou recomendações de órgãos de controle (TCU e CGU): 100 pontos
 - Total: 350 pontos

Também foi revisada a pontuação estratégica (Dimensão E) com critérios e pontos definidos para que a Alta Gestão possa priorizar qualquer necessidade, meta ou ação definida anteriormente, conforme abaixo:

Critérios estratégicos (Dimensão E)

- CGDSIC (E1): 300 pontos (+/-)
- Secretaria (E2): 300 pontos (+/-)
- Secretaria-Executiva (E3): 600 pontos (+/-)
- CGE (E4): 1.200 pontos (+/-)
- Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública (E5): 2.400 pontos (+/-)

Verifica-se que a sistemática de priorização das Necessidades de TIC submetidas à inclusão no PDTIC abrange tanto componentes objetivos quanto subjetivos.

Os primeiros, referenciados como Dimensão A, facilitam a identificação daquelas Necessidades consideradas mais ou menos relevantes, em que a ordem de priorização é calculada, automaticamente, a partir de um conjunto de critérios-chave tabulados e ponderados. Estes são preenchidos pela unidade demandante, por meio do seu respectivo Ponto Focal.

Os segundos, referenciados como Dimensão E1, E2, E3, E4 e E5, permitem realizar ajustes nessa priorização com base na percepção subjetiva e individualizada do valor que o atendimento de uma determinada Necessidade de TIC agregará à atuação do Ministério. Eles são necessários porque



não se vislumbra a possibilidade de construção de critérios puramente objetivos capazes de assegurar o total alinhamento das Necessidades de TIC às estratégias do órgão de forma consistente, homogênea e imprevisível.

Assim, buscou-se conciliar essas duas naturezas do processo de priorização por meio de regras claras e transparentes, com um ranqueamento inicial baseado em critérios objetivos e subsequentes ajustes sucessivamente realizados pelas diferentes instâncias estratégicas que participam do processo, a saber:

- 1^a instância: CGDSIC;
- 2^a instância: SE;
- 3^a instância: CGE; e
- 4^a instância: Senhor Ministro (GM).

Além da priorização pela autoridade máxima da unidade de necessidades específicas.

Acredita-se que tal sistemática permita determinar a relevância de cada Necessidade de TIC com eficiência e eficácia, possibilitando que a alocação dos recursos de TIC do Ministério para seu atendimento se dê de forma otimizada e alinhada às estratégias estabelecidas.

Em linha com o objetivo, na Dimensão A, foram elencados critérios vinculados à Necessidade de atendimento de exigência legal, ao caráter estratégico dos projetos vinculados e à transversalidade da Necessidade, todos passíveis de verificação direta quanto ao correspondente dispositivo legal, quanto à carteira de projetos estratégicos e quanto à identificação das distintas unidades beneficiadas, respectivamente.

Nesses critérios, é possível identificar os principais eixos que, de forma subjacente, orientarão o estabelecimento das prioridades para as Necessidades. Há aspectos financeiros, de abrangência na organização e de alinhamento com programas estratégicos formais, incluindo a EGD.

A aplicação dos critérios da Dimensão A resulta em uma pontuação atribuída a cada Necessidade de TIC, que pode variar entre 0 (zero) a 350 (trezentos e cinquenta) pontos e subsidia a formação de Filas ordenadas para o seu atendimento.

Nesse momento, o CGDSIC pode realizar ajustes iniciais na priorização, com a adição ou subtração de até 300 (trezentos) pontos por meio da Dimensão E1, possibilitando assim que, cumpridos os ritos internos de deliberação do Comitê, seja possível promover uma determinada Necessidade de TIC que estiver em último lugar na Fila para o primeiro lugar, e vice-versa.



Da mesma forma, a SE, o CGE e o GM poderão assim proceder por meio, respectivamente, das Dimensões E3, E4 e E5, ressaltando que a quantidade total de pontos que poderão ser adicionados ou subtraídos em cada dimensão aumenta a cada nível, de maneira a permitir que continue sendo possível posicionar cada Necessidade em qualquer lugar da Fila.

Cabe acrescentar a necessidade de que, sempre que for revisada (aumentada ou diminuída) a pontuação de alguma dessas dimensões para uma dada Necessidade de TIC, seja feita avaliação do impacto na priorização das demais Necessidades de TIC cuja posição na Fila tenha sido afetada, de modo a evitar interferências nas priorizações realizadas pelas instâncias superiores.

Por fim, em casos de pontuação idêntica de duas ou mais Necessidades de TIC, serão aplicados os seguintes critérios de desempate:

1. atendimento a medidas de caráter legal (leis, decretos etc.) e/ou atendimento a determinações judiciais e/ou órgãos de controle;
2. atendimento a projetos estratégicos do Governo Federal (PTD, por exemplo);
3. atendimento a projetos estratégicos do Ministério (PETIC);
4. Necessidade transversal (atende a 2 Secretarias ou mais); e
5. data/horário de cadastramento na ferramenta de gestão e monitoramento do PDTIC.

10.4 PLANEJAMENTO DO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE TIC (PLANO DE METAS E AÇÕES)

Após a construção do Inventário de Necessidades priorizadas, é necessário elaborar o Plano de Metas e Ações do PDTIC e verificar a viabilidade de atendimento de cada Necessidade, considerando-se as limitações de tempo e de recursos existentes.

Para tanto, foram estabelecidas outras três dimensões sob as quais as Necessidades de TIC são avaliadas.

A primeira é a Dimensão B, que consiste na definição, por parte do demandante, da data máxima aceitável em que a correspondente Necessidade de TIC deverá ser atendida, sob pena de perda do objeto e/ou de graves prejuízos à Administração Pública.

A justificativa para o valor definido nessa dimensão deve ser objetivamente detalhada e comprovada, pois balizará decisões quanto à revisão, descarte ou pedidos de repriorização da respectiva Necessidade. Além disso, cabe ressaltar que ela não é levada em consideração para a



determinação da priorização propriamente dita. Assim, é necessária atenção especial por parte do demandante para evitar a atribuição arbitrária de prazos exígues a essa Dimensão, o que provocará a necessidade de frequentes avaliações de viabilidade e atrasará o processo de elaboração ou revisão do PDTIC.

As outras duas dimensões, C e D, referem-se aos aspectos relacionados ao atendimento da Necessidade de TIC, e, portanto, aplicam-se às correspondentes Ações de TIC.

O primeiro passo para a elaboração do Plano de Metas e Ações é vincular uma Ação de atendimento a cada uma das Metas e essa Meta a uma das Necessidades de TIC do Inventário, sendo que uma mesma Ação poderá ser vinculada a mais de uma Necessidade.

Cada Ação terá um executor definido, que agrupará as demais Necessidades sob sua responsabilidade em Filas de Atendimento priorizadas de acordo com a respectiva pontuação.

Cabe destacar que, sempre que uma Ação de TIC possuir mais de uma Necessidade de TIC vinculada, ela será priorizada de acordo com a maior pontuação dentre todas as Necessidades de TIC associadas.

10.5 EXECUÇÃO DAS AÇÕES DE TIC

Estabelecido o Plano de Metas e Ações, cabe detalhar o funcionamento da sua sistemática de execução. Conforme já apresentado, as Necessidades de TIC inventariadas são organizadas em Filas de Atendimento, gerenciadas pelas diferentes equipes especializadas e responsáveis por executar as respectivas Ações de atendimento. Tal arranjo visa a um controle mais efetivo acerca da execução de cada uma dessas Necessidades, tendo sido estabelecidas as seguintes Filas:

- I. Governança de TIC;
- II. Segurança da Informação e Comunicação;
- III. Contratações;
- IV. Acompanhamento de Contratações de TIC;
- V. Infraestrutura de TIC;
- VI. Capacitação;
- VII. Desenvolvimento de sistemas;
- VIII. Evolução de sistemas;
- IX. Absorção de sistemas;

- X. Desenvolvimento de Soluções *Low Code*;
- XI. Internalização de Bases;
- XII. Painéis;
- XIII. Governança de Dados;
- XIV. Data Analytics;
- XV. API's e
- XVI. Ação Externa Demandante.

Cada uma das Filas possui um gerente, responsável por monitorar e, principalmente, organizar a execução das Ações de atendimento correspondentes. Tal execução se dará em ciclos mensais, mediante a publicação em processo SEI, pela CGGOV.

A elaboração do edital deve ser seguida estritamente a ordem de prioridade estabelecida para cada Fila, podendo incluir, em caráter excepcional:

1. as Necessidades de TIC cujos recursos para atendimento, em análise individualizada, não concorram com os recursos necessários ao atendimento das Necessidades de maior prioridade; e
2. as Necessidades de TIC que forem imprescindíveis à viabilização do atendimento das Necessidades de maior prioridade, ou à própria execução do PDTIC.

Quaisquer outras Necessidades de TIC que não estejam na ordem de prioridade estabelecida só poderão ser incluídas no PDTIC mediante autorização de alguma das instâncias estratégicas que participam do processo de priorização (CGDSIC, SE, CGE e GM). Tal regra é válida inclusive para algumas demandas que possuem data certa para serem atendidas, a exemplo de contratações para manutenção de serviços que já são prestados, exigindo assim planejamento adequado por parte dos envolvidos para que tais demandas sejam priorizadas adequadamente com a antecedência necessária, e, assim, seja minimizado o impacto da reformulação do Plano de Metas que se faz necessária toda vez que há uma alteração na ordem de execução das Ações previstas.

Publicado o edital, cabe às unidades interessadas encaminhar à STI, no prazo de 15 (quinze) dias, a formalização da demanda, com o envio do Documento de Oficialização de Demanda - DOD no caso de contratações ou de Ofício de solicitação de desenvolvimento de sistema, internalização de bases de dados, absorção de aplicações ou equivalente.

Caso, por algum motivo (falta de recursos financeiros, indisponibilidade de pessoal, etc), o demandante se omita em oferecer as condições necessárias para a execução da Ação de atendimento

pela STI, será convocada a Necessidade seguinte da Fila, permanecendo a original na mesma posição por mais um ciclo. Em caso de nova omissão, a demanda será despriorizada para o final da Fila, cabendo recurso às instâncias competentes para sua repriorização.

A execução das Ações será monitorada pela área de governança da STI, com prestação de informações à direção da STI, ao CGDSIC e aos demandantes. Acrescente-se que tal sistemática será implantada de forma gradual, iniciando-se pela Fila de desenvolvimento de sistemas, e poderá sofrer aperfeiçoamentos conforme é avaliado o seu funcionamento.

Sendo assim, neste momento inicial, a falta de parâmetros e referências consolidadas para uma estimativa mais precisa do esforço de atendimento das Necessidades faz com que as de maior prioridade tenham um Plano de Metas mais preciso (mês/trimestre de início de atendimento), enquanto as do final da Fila tenham metas mais genéricas (granularidade por semestre/ano).

Assim, com tal tratamento das demandas em 2 níveis de prioridade (alta e baixa), busca-se minimizar o impacto das dificuldades para determinar as Metas com maior precisão e, ao mesmo tempo, obtém-se um macroplanejamento compatível com o que se espera de um PDTIC.

11. INVENTÁRIO DE NECESSIDADES

O inventário de necessidades representa um dos principais elementos formativos do PDTIC. Para o levantamento das necessidades, foi adotado como metodologia a coleta e compilação das respostas. Foi disponibilizado para a equipe de elaboração do PDTIC formulário via sistema *redmine* para preenchimento das necessidades de cada área finalística.

Para simplificar o entendimento, trazemos como exemplo um dos projetos estratégicos vinculados a STI, o projeto Segurança de Informação e Privacidade:

Id da necessidade	N0261	
Descrição da necessidade	Indicadores e controles de monitoramento contínuo de Segurança da Informação e Comunicação	
Prioridade da necessidade	Intermediária	
Metas	Id da meta	Descrição da meta
	M122	Controles de Segurança da Informação e Comunicação

Id da meta	I. M122
-------------------	---------

Id da ação	Descrição da ação	Indicador da ação	Responsáveis
A0141	Implantar indicadores e controles específicos de monitoramento contínuo e da performance de SIC	Implementação de cada indicador ou controle de segurança da informação	CGGOV/STI

Os resultados da compilação foram apresentados no Anexo I deste documento.

12. CAPACIDADE ESTIMADA DE EXECUÇÃO DA TIC

As definições da capacidade estimada de TIC foram definidas com base no histórico de execução de ações do PDTIC 2021-2023 pela STI. Ressalta-se que a dinâmica de funcionamento de um setor de TIC sofre mudanças contínuas, tal qual a ampliação da equipe ou novas contratações que impactem na execução dos serviços prestados.

Desta forma, a capacidade estimada de execução de TIC para as filas do PDTIC são:

Fila	Capacidade Estimada Anual
I. Governança de TIC	2
II. Segurança da Informação e Comunicação	2
III. Contratações	10
IV. Acompanhamento de Contratações de TIC	10
V. Infraestrutura de TIC	2
VI. Capacitação	10
VII. Desenvolvimento de sistemas	10
VIII. Evolução de sistemas	5
IX. Absorção de sistemas	3
X. Desenvolvimento de Soluções Low Code	5
XI. Internalização de Bases	10
XII. Painéis	4
XIII. Governança de Dados	3
XIV. Data Analytics	2
XV. API's	2
XVI. Ação Externa Demandante	N/A

13. PLANO DE METAS E AÇÕES

Após análise e consolidação das Necessidades de TIC foram definidas Ações a serem executadas pela STI ou, ainda, pelas próprias Unidades demandantes para o seu atendimento.

As Necessidades semelhantes que pudessem ser contempladas por uma mesma ação foram agrupadas, possibilitando, assim, otimizar os recursos disponíveis e maximizar o alcance da atuação da STI.

Diante disto, coerente com a metodologia utilizada para poder apresentar um Plano de Metas e Ações de maneira mais uniforme e padronizada, foram dispostas e relacionadas aos respectivos indicadores, responsáveis e Necessidades vinculadas, conforme exposto detalhadamente no ANEXO II.

14. PLANO DE GESTÃO DE PESSOAS

14.1 EFETIVO ATUAL

A STI conta atualmente com um total de 45 (quarenta e cinco) colaboradores, assim distribuídos:

		Servidores STI	Quantidade
GABINETE	Cedidos		1
	Requisitados		1
	Comissionados s/ vínculo		2
Subtotal			5
CGGOV	Cedidos		1
	Servidor MJ		2
	Descentralizados		2
	Temporários		3
Subtotal			8
CGSID	Cedidos		1
	Requisitados		4
	Servidor MJ		1
	Descentralizados		2
	Temporários		2
Subtotal			10
CGISE	Cedidos		4
	Requisitados		2
	Servidor MJ		5
	Temporários		3
Subtotal			14
CGISP	Cedidos		5
	Servidor MJ		1
	Comissionados s/ vínculo		2
Subtotal			8
Total Geral de Servidores			45

Tabela 1: Efetivo de Servidores da STI

Entretanto, com vista à gestão de pessoas da STI torna-se relevante não apenas a manutenção do quadro existente de servidores, como também das suas respectivas qualificações, conforme o OETIC 10 – Desenvolver Equipes de TIC com Competências Digitais e Gerenciais. Neste contexto, tais



qualificações foram integradas com o PDP do Ministério mediante o Levantamento de Necessidade de Treinamento encaminhado, anualmente, ao ME.

Assim, no período de vigência deste PDTIC, dentre as ações de capacitação para todos os servidores da STI, destacam-se algumas habilidades a serem aprimoradas ou desenvolvidas para com seus servidores, quais sejam:

- Planejamento de Contratação de TIC baseado nas novas instruções normativas;
- Gerenciamento de Riscos voltados para contratação TIC;
- Gerenciamento de Projetos de TIC;
- Liderança Ágil;
- Governança;
- Segurança de Informação;
- Infraestrutura de TIC;
- Engenharia de Dados;
- *Big Data*;
- *Cloud Computing*;
- Ecossistema Azure;
- Estratégias de Inovação de Processos e Produtos;
- Integração Tecnológica;
- Entendimento Orçamentário sobre a Administração alinhado à TIC;
- Planejamento estratégico, tático e operacional voltado para Administração Pública; e
- Gerenciamento de Banco de Dados;
- Programação;
- Desenvolvimento de Aplicações; e
- Serviços de TIC.

14.2 PROCESSOS CRÍTICOS COM CARÊNCIA DE SERVIDORES

Para fins de avaliação do dimensionamento da força de trabalho, foram identificados 4 (quatro) processos mais críticos da STI, assim considerados aqueles prioritários por demandarem um elevado volume de trabalho: processos (I) e (II) e/ou pela sua criticidade quanto ao impacto nos resultados alcançados: processos (III) e (IV):

- (I) planejamento de contratações e fiscalização de contratos de infraestrutura de TIC e de suporte aos usuários de sistemas;
- (II) planejamento de contratações e fiscalização de contratos de desenvolvimento de sistemas;
- (III) gestão dos processos de TIC; e
- (IV) governança de dados e compartilhamento de dados.

A Coordenação-Geral de Infraestrutura e Serviços – CGISE, da STI, é responsável pela fiscalização de contratos de infraestrutura de TIC (segurança e monitoramento de redes, sistemas operacionais, armazenamento, sistemas de produção, bancos de dados e serviços de telecomunicações), além do atendimento aos usuários dos sistemas de TIC. Nessa área, atualmente, a STI conta com 5 (cinco) servidores técnicos efetivos envolvidos com a fiscalização (fiscal requisitante e fiscal técnico) de 20 (vinte) contratos de TIC, que totalizam um montante de cerca de R\$ 30 (trinta) milhões por ano.

Ademais, do montante em recursos financeiros, a diversidade dos contratos de TIC envolvem as complexidades tecnológicas, da gestão de especialistas, além de lidar com sistemas críticos, que exigem operação ininterrupta (24/7), muitas vezes em regime de urgência/emergência. Os sistemas desenvolvidos e/ou suportados pela STI atendem aos vários órgãos que integram o MJSP, tais como: SENACON, SENAD, SENASP, SENAJUS, bem as forças de segurança pública do país, como policiais federais, civis e militares, guardas municipais, bombeiros, agentes penitenciários e peritos criminais.

A recorrência de eventos e incidentes de segurança indica a necessidade de se reforçar os padrões e os processos de segurança da informação, a fim de proteger o MJSP contra comportamentos hostis. Nesse sentido, há necessidade de reforço e qualificação do pessoal, próprio e terceirizado, com perfil especializado em segurança da informação.

Desde a instauração do CGDI, a integração do compartilhamento de dados, entre Unidades do MJSP e outros órgãos da APF, tem sido facilitada em níveis que superam todos os alcançados anteriormente. Este novo patamar de compartilhamento de dados demandará da área de TIC, do Ministério, uma estrutura de pessoal adequada para processar e atender às solicitações de compartilhamento, em apoio ao referido Comitê.

Tal ação insere-se num contexto mais amplo de adequação da STI, a fim de se possibilitar às áreas de negócio a tomada de decisões orientada a dados (data driven), aumentando a efetividade das suas políticas públicas. Esta nova orientação da gestão demandará profissionais com competência para tratamento e análise de dados, além de profissionais para a gestão dos processos de compartilhamento de dados.

14.3 ESTIMATIVA DA CAPACIDADE DE EXECUÇÃO DISPONÍVEL DA TIC

Embora não haja limitações para a quantidade de contratos ou sistemas em desenvolvimento que um fiscal/gestor de TIC consiga acompanhar simultaneamente, é preciso evitar que o profissional fique sobrecarregado, de forma a prejudicar a fiscalização/gestão da prestação do serviço pela empresa contratada (fábrica de *software*). Sobre essa questão, manifestou-se o TCU¹ no seguinte sentido:

A qualidade dos serviços prestados pelas contratadas e, por conseguinte, dos sistemas desenvolvidos, reflete de maneira direta no desempenho das organizações, já que os sistemas objeto de desenvolvimento/manutenção dão suporte aos seus processos de trabalho. Nesse sentido, a carência de pessoal capacitado para conduzir o processo de gestão contratual, além da falta de estrutura da organização contratante, prejudica sobremaneira a realização de avaliação de forma sistemática.

A experiência de gestão/fiscalização de contratos na STI recomenda que a cada gestor/fiscal de TIC seja designado para o acompanhamento simultâneo do desenvolvimento de, no máximo, 3 (três) sistemas (ou contratos) a depender da complexidade.

14.4 AÇÕES DE PESSOAL EM ANDAMENTO

14.4.1 MESTRADO PROFISSIONALIZANTE

Termo de Execução Descentralizada – TED entre o MJSP e Universidade de Brasília para a capacitação (mestrado profissionalizante) do corpo de servidores da STI, na área de ciência, engenharia e segurança de dados, de forma que haja especialistas aptos a manterem o projeto de *Big Data* após sua implantação.

14.4.2 CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO À GESTÃO DE DADOS

Encontra-se em andamento o planejamento para contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos especializados em soluções para Arquitetura de Dados e Metadados, *Business Intelligence*, Inteligência Artificial, *Big Data*, Ciência de Dados, Governança e Gestão de Dados para atender às necessidades do MJSP.

¹ CAVALCANTI, A.S. (Ministro-substituto). Auditorias na Gestão de Contratos de TI. Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação, 2015.

Assim como o serviço anterior, também se encontra em processo de contratação de empresa para prestação de serviços de apoio à gestão do compartilhamento de dados, no âmbito do MJSP. Esse serviço tem por objetivo apoiar a STI na formalização, renovação e monitoramento de Acordos de Cooperação Técnica e Termos de Acesso celebrados entre o MJSP e outros órgãos públicos para o compartilhamento de dados.

14.4.3 PLANO DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

O PTD pactuado entre secretarias interministeriais: SE/MJSP e a SGD/ME em novembro de 2024, prevê a alocação de 24 (vinte e quatro) servidores com os seguintes perfis:

Perfil	Qtd	Descrição	Motivação
Governança	3	Profissional capacitado e orientado a entender as necessidades de negócio e buscar as melhores soluções.	É necessário a ampliação dessa capacidade para o atendimento do quantitativo dos serviços previstos para o gerenciamento da integração dos serviços da TI.
Infraestrutura	5	Profissional com alta experiência em otimização de infraestrutura e implantação de processos ITIL.	Com a ampliação dos serviços digitais ofertados, assim como a otimização dos já existentes, é necessário que haja um reforço técnico na área de infraestrutura, de forma a otimizar os ambientes que hospedarão os serviços.
Segurança	3	Profissional com experiência em segurança da informação, e com conhecimentos diversos a respeito dos normativos sobre o tema.	A adaptação de todos os serviços que interagem com o público externo necessitará de uma atenção especial em relação ao atendimento das normas de segurança da informação, em especial à Lei de Proteção de Dados.
Gestor de Projeto	13	Profissional com capacidade para apoiar na gestão e no monitoramento do órgão referente ao portfólio de serviços estabelecido no Plano Digital.	Tendo em vista a dimensão das metas estabelecidas no Plano Digital, será necessário montar uma estratégia de acompanhamento e monitoramento, identificando as necessidades e potencialidades de atuação conjunta com órgãos/entidades, definindo estratégia de abordagem, atores, para implementação da Estratégia de Governo Digital.
TOTAL	24		

Tabela 2: Perfis dos Servidores para execução do Plano de Transformação Digital



Em 2020, foram disponibilizadas pela SGD/ME 5 (cinco) Gratificações Temporárias do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – GSISP para serem concedidas, por meio de processo seletivo simplificado, a servidores que fossem atuar de forma dedicada ao Projeto de Transformação Digital do MJSP.

15. PLANO ORÇAMENTÁRIO

O planejamento orçamentário necessário para apoiar tecnologicamente o cumprimento das atribuições da STI está demonstrado nas figuras abaixo extraídas do Painel do Orçamento 2023, que pode ser acessado, por meio do painel BI da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MJSP²:



Figura 8: Painel de Orçamentos do MJSP.

² <https://app.powerbi.com/reportEmbed?reportId=4a2671e0-3f1c-479d-9f70-d18dbe488f59&autoAuth=true&ctid=eb090420-444c-43f7-91f2-4b8da6bfe8e1>

16. PLANO DE GESTÃO DE RISCOS

Segundo o Manual de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos do MJSP, 2^a edição de 2020, o risco pode ser definido como sendo todo “evento futuro e incerto que, caso ocorra, pode impactar negativamente o alcance dos objetivos do Ministério”. Adicionalmente, ainda conforme este Manual, considera-se que:

O simples fato de executar alguma atividade abre a possibilidade de ocorrência de eventos ou situações cujas consequências constituem oportunidades para obter vantagens (lado positivo), ou então ameaças ao sucesso (lado negativo).

Eventos são situações em potencial, de origem interna ou externa, que podem provocar impactos positivos ou negativos na consecução dos objetivos da organização. Os eventos negativos são denominados riscos, enquanto os positivos, oportunidades.

Com o objetivo de gerenciar os riscos de maneira simples e objetiva, foi elaborado o Plano de Gestão de Riscos, inspirado nos processos de gerenciamento de riscos previstos no Guia *PMBOK® - Project Management Body of Knowledge*.

De acordo com este Guia, o Gerenciamento dos Riscos inclui identificar, analisar, planejar respostas e controlar os riscos. Sendo assim, a ideia é aumentar a probabilidade e o impacto dos eventos positivos e reduzir a probabilidade e o impacto dos eventos negativos sobre a execução deste Plano.

16.1 IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS

Inicialmente, para que os riscos possam ser geridos é primordial identificá-los para que, então, posteriormente, sejam decididos tanto o tipo de resposta quanto o tratamento a serem dados a tais riscos.

Contudo, esta etapa tem por característica não apenas a identificação, como também a documentação dos riscos para que se obtenham como resultado evidências objetivas e fundamentadas. Afinal, é de primordial importância catalogar os possíveis eventos que porventura possam comprometer a capacidade de o MJSP alcançar os resultados propostos em sua estratégia.

16.2 ANÁLISE DOS RISCOS

A segunda etapa para a elaboração do Plano de Gestão de Riscos foi estimar os Riscos utilizando o método qualitativo.

Esta abordagem consiste em definir a criticidade dos Riscos por meio da avaliação combinada da Probabilidade do Risco ocorrer e da classificação do Impacto que o Risco poderá causar sobre a execução do PDTIC.

Neste método, os componentes dos Riscos são estimados como Alto, Médio e Baixo. Para tanto, foi desenvolvida uma Matriz de Probabilidade x Impacto utilizada para definir a criticidade dos Riscos identificados:

Probabilidade	Impacto	Criticidade
Muito Alta	Insignificante	Médio
Muito Alta	Fraco	Médio
Muito Alta	Moderado	Alto
Muito Alta	Forte	Extremo
Muito Alta	Catastrófico	Extremo
Alta	Insignificante	Baixo
Alta	Fraco	Médio
Alta	Moderado	Alto
Alta	Forte	Extremo
Alta	Catastrófico	Extremo
Média	Insignificante	Baixo
Média	Fraco	Médio
Média	Moderado	Médio
Média	Forte	Alto
Média	Catastrófico	Alto
Baixa	Insignificante	Baixo
Baixa	Fraco	Baixo
Baixa	Moderado	Médio
Baixa	Forte	Médio
Baixa	Catastrófico	Médio
Muito Baixa	Insignificante	Baixo
Muito Baixa	Fraco	Baixo
Muito Baixa	Moderado	Baixo
Muito Baixa	Forte	Baixo
Muito Baixa	Catastrófico	Médio

Tabela 3: Matriz de Probabilidade x Impacto

A escala apresentada no quadro abaixo reflete os limites de exposição aceitáveis, ou seja, a tolerância ao risco.

Probabilidade	Impacto	Classificação
Muito Alta	Insignificante	RM (Risco Médio)
Muito Alta	Fraco	RM (Risco Médio)
Muito Alta	Moderado	RA (Risco Alto)
Muito Alta	Forte	RE (Risco Extremo)
Muito Alta	Catastrófico	RE (Risco Extremo)
Alta	Insignificante	RB (Risco Baixo)
Alta	Fraco	RM (Risco Médio)
Alta	Moderado	RA (Risco Alto)
Alta	Forte	RE (Risco Extremo)
Alta	Catastrófico	RE (Risco Extremo)
Média	Insignificante	RB (Risco Baixo)
Média	Fraco	RM (Risco Médio)
Média	Moderado	RM (Risco Médio)
Média	Forte	RA (Risco Alto)
Média	Catastrófico	RA (Risco Alto)
Baixa	Insignificante	RB (Risco Baixo)
Baixa	Fraco	RB (Risco Baixo)
Baixa	Moderado	RM (Risco Médio)
Baixa	Forte	RM (Risco Médio)
Baixa	Catastrófico	RM (Risco Médio)
Muito Baixa	Insignificante	RB (Risco Baixo)
Muito Baixa	Fraco	RB (Risco Baixo)
Muito Baixa	Moderado	RB (Risco Baixo)
Muito Baixa	Forte	RB (Risco Baixo)
Muito Baixa	Catastrófico	RM (Risco Médio)

Tabela 4: Escala para Classificação de Níveis de Risco

16.3 CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DOS RISCOS

Após identificar e priorizar os Riscos, foi definida uma estratégia de tratamento e resposta aos Riscos negativos, visando trazer os níveis de risco para patamares aceitáveis. Foram consideradas as seguintes medidas para o tratamento dos Riscos negativos identificados:

Tipo de Tratamento do Risco	Resposta ao Risco
Evitar	Sugere que nenhuma opção de resposta tenha sido identificada para reduzir o impacto e a probabilidade a um nível aceitável. Significa descontinuação das atividades que geram o risco, ou seja, não executar, interromper ou substituir a atividade que gera o risco.
Reducir	Reducir o risco residual a um nível compatível com as tolerâncias desejadas ao risco. Serão adotadas medidas para reduzir a probabilidade ou o impacto dos riscos, ou, até mesmo, ambos.
Transferir ou Compartilhar	Reducir o risco residual a um nível compatível com as tolerâncias desejadas ao risco. Sugere-se a redução da probabilidade ou do impacto dos riscos pela transferência ou pelo compartilhamento de uma porção do risco com as partes interessadas ou envolvidas.
Aceitar	Indica que o risco inerente já esteja dentro das tolerâncias ao risco. Nenhuma medida é adotada para afetar a probabilidade ou o grau de impacto dos riscos.

Tabela 5: Respostas aos Riscos

Por conseguinte, o trabalho realizado não se limita apenas naquele Guia supracitado, como, também, está baseado na estrutura do COSO ERM, na Norma Internacional ISO 31000/2009 e nas boas práticas adotadas no setor público. E, sempre que necessário, será revisto e alinhado ao Modelo proposto, nas revisões futuras deste PDTIC.

Diante do exposto, tem-se que o Plano de Gestão de Riscos foi revisto e alinhado ao Modelo de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos do MJSP – extraído por meio do sistema AGIR. Complementarmente, de maneira sintética, tal Plano pode ser mais bem visualizado mediante o Quadro 6: Plano de Gestão de Riscos, abaixo relacionado.

Item	Identificação					Matriz				Estratégia			
	Causa	Evento do Risco	Tipo do Risco	Nível do Risco	Probabilidade	Impacto	Criticidade	Consequência	Tratamento	Resposta	Responsável	Prazo Implantação	
1	<p>a. Falta de recursos humanos para a execução do PDTIC</p> <p>b. Mudanças frequentes no cenário político ou na legislação vigente</p> <p>c. Falta de priorização do processo de contratação junto às áreas competentes</p> <p>d. Descumprimento da ordem de priorização definida</p> <p>e. Alta suscetibilidade do processo licitatório a impugnação, questionamento, judicialização</p>	<p>Atraso na execução das necessidades de TIC do PDTIC</p>	Risco Legal	RE (Risco Extremo)	Alta	Forte	Extremo	<p>a. Não execução de todas as necessidades do PDTIC</p> <p>b. Prejuízo na execução dos projetos estratégicos</p> <p>c. Atraso do processo licitatório</p>	Reducir	<p>Revisar semestralmente o PDTIC para adequar ao novo cenário político ou novas regras legais</p> <p>Construção de fluxo de acompanhamento de todos os processos licitatórios referentes ao PDTIC</p> <p>Informar à Secretaria Executiva sobre a necessidade orçamentária</p> <p>Informar à Secretaria Executiva sobre a necessidade de recursos humanos capacitados</p>	STI	<p>01/12/2024 - 31/12/2024</p> <p>01/01/2025 - 30/07/2025</p> <p>01/01/2024 - 30/06/2025</p> <p>01/01/2024 - 30/06/2025</p>	

Identificação							Matriz			Estratégia			
Item	Causa	Evento do Risco	Tipo do Risco	Nível do Risco	Probabilidade	Impacto	Criticidade	Consequência	Tratamento	Resposta	Responsável	Prazo Implantação	
2	a. Falta de recursos humanos para o monitoramento do PDTIC b. Ausência de repasse de conhecimento adequado acerca do monitoramento do PDTIC c. Comunicação ineficiente entre a STI e as áreas de negócio	Monitoramento inadequado das necessidades de TIC do PDTIC	Risco Operacional	RM (Risco Médio)	Média	Moderado	Médio	a. Gestão ineficiente do monitoramento do PDTIC b. Não atingimento das metas do PDTIC	Reducir	Informar à Secretaria Executiva sobre a necessidade de pessoal	STI	01/01/2024 - 30/06/2025	
										Implantar ferramenta de gestão de atividades e/ou projetos para melhorar o monitoramento das necessidades do PDTIC		01/12/2024 - 30/03/2025	
										Estabelecer pontos focais para comunicação com as áreas para que ela seja mais eficiente e transparente	CGISP e CGGOV	01/12/2024 - 30/03/2025	
										Solicitar cursos de capacitação referentes à elaboração de PDTIC		01/01/2026 - 30/04/2026	

Identificação						Matriz				Estratégia			
Item	Causa	Evento do Risco	Tipo do Risco	Nível do Risco	Probabilidade	Impacto	Criticidade	Consequência	Tratamento	Resposta	Responsável	Prazo Implantação	
3	a. Desconhecimento e/ou não aplicação das regras de priorização e/ou atendimento b. Determinação superior fora do fluxo previsto c. Falta de alinhamento entre as unidades do ministério e a STI	Desobediência às regras de priorização e/ou atendimento	Risco Operacional	RE (Risco Extremo)	Alta	Forte	Extremo	a. Não execução da ordem de prioridade e/ou atendimento estabelecida b. Desestímulo ao processo de elaboração e revisão do PDTIC	Reducir	Incluir na portaria 86 a designação por função dos representantes do CGDSIC	STI	01/03/2025 - 30/06/2025	
										Endomarketing - divulgação e capacitação sobre o funcionamento do PDTIC		01/07/2025 - 30/09/2025	
										Instituição de sistemática de editais periódicos que preveem a ordem de execução das necessidades do PDTIC		01/01/2024 - 31/12/2027	

Item	Identificação					Matriz				Estratégia			
	Causa	Evento do Risco	Tipo do Risco	Nível do Risco	Probabilidade	Impacto	Criticida de	Consequênci a	Tratament o	Resposta	Responsáve l	Prazo Implantaçã o	
4	a. Falta de definição do que é necessidade e/ou solução de TIC	Inclusão de necessidade e/ou solução que não são de TIC no PDTIC	Risco Legal	RE (Risco Médio)	Média	Modera do	Médio	a. Necessidades classificadas como TIC de forma inadequada b. Contratações Planejadas utilizando normativo equivocado	Reducir	Capacitação continuada acerca da definição de necessidade e/ou solução de TIC	STI	01/08/2025 - 30/11/2025	

Tabela 6: Plano de Gestão de Riscos

17. PROCESSO DE REVISÃO DO PDTIC

O PDTIC MJSP 2024/2027 terá vigência de dezembro de 2024 a dezembro de 2027, coincidente com o Planejamento Estratégico - PE, com revisões sempre que necessário, sob determinação do CGDSIC, e alcançará os órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública e os órgãos específicos singulares, com exceção da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, Conselho Administrativo de Defesa Econômica e Agência Nacional de Proteção de Dados, que possuem PDTICs próprios.

As revisões do PDTIC podem ser estruturais, podendo ser realizadas anualmente, e compreendem o escopo de abrangência, período de vigência, critérios de priorização, filas de atendimento do PDTIC e capacidade estimada de TIC. As revisões complementares podem ser realizadas a qualquer tempo, durante as reuniões do CGDSIC e compreendem revisões textuais e atualizações de necessidades, metas ou ações.

Atualizações atemporais (revisões complementares) podem ocorrer diante de mudanças nas referências estratégicas utilizadas – incluindo-se as alterações PEI –, ou, ainda, de modo a permitir às Unidades do MJSP o replanejamento de suas necessidades de TIC não somente em relação à revisão das solicitações, como também diante da possibilidade de inserir novas Necessidades que porventura possam vir a surgir após a elaboração do PDTIC.

Por ocasião de tais revisões, poderão ser submetidas ao CGDSIC eventuais propostas de inclusão de novas Necessidades, Metas ou Ações de TIC ou de outras alterações, cujas reuniões ocorrem, ordinariamente, a cada dois meses. Extraordinariamente, tais propostas poderão ser submetidas ao referido comitê em datas distintas daquelas previstas para as revisões do PDTIC, mediante solicitação formal à STI. Assim, tal justificativa deverá ser aprovada pela autoridade máxima da unidade membro do CGDSIC interessada, de modo a detalhar os motivos pelos quais não foi possível prever, total ou parcialmente, tal necessidade quando da elaboração ou da última revisão do PDTIC.

Em caso de urgência, a aprovação da inclusão de novas Necessidades de TIC, no PDTIC, poderá ser suprida por autorização do CGE ou do Senhor Ministro da Justiça e Segurança Pública.

Após a publicação deste documento deverá ser designado Grupo de Trabalho com objetivo de monitorar e realizar as revisões do PDTIC. Diante do exposto, sob a coordenação do representante titular da STI, o referido GT executará as atividades em consonância com o fluxo de revisão, qual seja:

Além disso, visando apoiar a verificação pela gestão da STI acerca do monitoramento do PDTIC, foram desenvolvidos painéis de controle (*dashboards*), no qual a gestão pode verificar o progresso das



suas ações. Ou seja, se de fato estão evoluindo conforme o planejado o que facilita o processo de análise e a respectiva tomada de decisão.

Para construção dos referidos painéis, foram utilizados – como fonte – dados da ferramenta de gestão e monitoramento do PDTIC. Tais painéis foram elaborados utilizando o *Power BI*, da Microsoft, com integração direta à base de dados do *Redmine*.

Com o intuito da obtenção de informações gerenciais sobre o status das Necessidades de TIC (Atendida, Cancelada, Aguardando Atendimento, Em Execução) são fornecidas por intermédio dos respectivos painéis, conforme evidenciados de maneira sucinta no ANEXO I. Necessidades de TIC.

18. FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO

Fatores críticos para o sucesso na implantação do PDTIC são os requisitos que o órgão necessita para obter os resultados planejados. A ausência de um ou de vários desses requisitos, ou mesmo sua presença de forma precária, irá gerar impactos negativos na execução dos objetivos estabelecidos neste PDTIC e, consequentemente, nos objetivos estratégicos da Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Nesse sentido, para uma efetiva, eficiente e plena execução do PDTIC 2024-2027, os fatores críticos para o sucesso na implantação do PDTIC identificados na elaboração deste PDTIC foram:

- Disponibilização de recursos orçamentários e financeiros em volume proporcional ao desafio institucional e às demandas das áreas finalísticas;
- Aumento da força de trabalho, alcançando um quantitativo de pessoal adequado, capacitado e com as habilidades técnicas necessárias para execução das ações propostas no PDTIC;
- Comprometimento da alta direção, dos gestores e dos servidores do MJSP com o processo de implantação do PDTIC, devendo ser integrado aos objetivos estratégicos da Instituição;
- Apoio da Alta Administração ao pleno funcionamento do CGDSIC;
- Envolvimento dos membros do CGDSIC nas decisões sobre TIC do MJSP e o acompanhamento da execução do plano de metas proposto;
- Monitoramento, avaliação e revisões cabíveis para correção de rumos sempre que necessário;
- Aprimoramento do processo e agilidade nas contratações de TIC;
- A elevação do nível de Governança de Tecnologia da Informação;
- O fortalecimento da Segurança da Informação;
- O mapeamento e a melhoria dos processos de TIC;
- Colaboração plena entre as áreas de negócio em conjunto com o CGDSIC para cumprimento das metas propostas;
- Foco na digitalização e na prestação de serviços públicos com qualidade e agilidade.

No âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, um planejamento prévio e estruturado é ainda mais essencial diante do desafio de possíveis adaptações em sua configuração no decorrer dos próximos anos.



Nesse sentido, quanto mais organizada e sistematizada a organização, menos provável que os fatores internos e/ou externos afetem de forma temerária o alcance de seus objetivos.

Mas para a aplicabilidade satisfatória do PDTIC, é essencial a sinergia e o efetivo comprometimento das áreas finalísticas, da alta administração, dos membros do CGDSIC e da própria unidade e equipe da Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação – STI/SE.

Assim, é necessário que a organização como um todo se conscientize do papel imprescindível do planejamento, tanto prévio quanto contínuo, e assuma o protagonismo em seu monitoramento e execução.

19. CONCLUSÃO

Diante da crescente complexidade e transversalidade da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) nas instituições públicas brasileiras, observa-se que as unidades de TIC tem sido tratadas de modo estratégico, sendo essenciais para o avanço organizacional. Os setores de tecnologia da informação e comunicação deixaram de ser vistos como uma área de suporte e passaram a ser uma dimensão central que influencia a definição e o cumprimento das metas institucionais. Essa mudança requer que a TIC esteja alinhada de forma robusta e integrada ao planejamento estratégico, promovendo uma reestruturação nas práticas e nas formas de entrega de serviços públicos.

Nesse cenário, o papel da TIC como facilitadora de processos eficientes e inclusivos é vital para garantir uma interação positiva entre o Estado e a sociedade. A capacidade de adaptar as práticas administrativas a um ambiente digital colaborativo e seguro fortalece a confiança dos cidadãos e melhora a qualidade dos serviços prestados. Ao mesmo tempo, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) emerge como um instrumento essencial para orientar a atuação da TIC, integrando os objetivos estratégicos ao nível operacional e proporcionando uma base sólida para a tomada de decisões e a gestão de recursos.

O PDTIC, portanto, cumpre sua função ao identificar, no nível tático, as principais demandas de TIC do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), permitindo o planejamento adequado dos recursos de TIC. Contudo, essas necessidades requerem revisões contínuas, de modo que, à medida que o entendimento sobre cada demanda se aprofunde, o plano possa representá-las de maneira cada vez mais precisa, garantindo alinhamento com os objetivos estratégicos e operacionais do Ministério.

20. APROVAÇÃO

Os membros do Comitê Gestor de Governança Digital e Segurança da Informação e Comunicação CGDSIC/MJSP aprovam em 07 de novembro de 2024 o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC para o período de 2024 a 2027.

Solange Berto de Medeiros

Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação

Débora de Souza Januário

Subsecretaria de Administração

David de Lima Freitas

Subsecretaria de Planejamento e Orçamento

Luana Maria Guimarães

Secretaria Nacional de Justiça

Vitor Hugo do Amaral Ferreira

Secretaria Nacional do Consumidor

Tatiane da Costa Almeida

Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos

Vanessa Fusco Nogueira Simões

Secretaria Nacional de Segurança Pública

Sheila Santana de Carvalho

Secretaria de Acesso à Justiça

Antônio Glautter Azevedo de Moraes

Secretaria Nacional de Políticas Penais



Sérgio Gomes Velloso

Ovidoria-Geral

Juliana Vieira dos Santos

Secretaria de Assuntos Legislativos

Nathalie Fragoso e Silva Ferro

Secretaria de Direitos Digitais

Rodrigo Albernaz Bezerra

Comitê de Governança de Dados e Sistemas de Informação

Lilian Manoela Monteiro Cintra de Melo

Encarregada de Dados



21. ANEXOS

Anexos apensados ao PDTIC.

ANEXO I – INVENTÁRIO DE NECESSIDADES PRIORIZADO

Código	Unidade	Área	Tipo	Descrição	Prioridade
N5379	SENACON	DPDC	Desenvolvimento Interno	Consumidor.gov.br - Expurgo de Dados	1
N4307	SENAD	DGA	Desenvolvimento Interno	Desenvolvimento do SIGAP 2.0 (Antigo GFUNAD)	2
N4613	AECI	CGCITIR	Desenvolvimento Interno	Desenvolvimento do Sistema Agir	3
N4715	SENACON	DPDC	Desenvolvimento Interno	Evolução no sistema ProConsumidor	4
N5371	SENASA	DGFNSP	Desenvolvimento Interno	Desenvolvimento do Sistema de Gestão e Controle de Efetivo (SEMOB)	5
N4817	AECI	CGCITIR	Desenvolvimento Interno	Implementação do Sistema AGIR em Dispositivos Móveis (Android e iOS)	6
N5317	SENAJUS	DEMIG	Desenvolvimento Interno	Sistema de Gestão de Imigração Laboral - evolutivas	7
N5535	SENASA	DGI	Contratação	Solução de Tecnologias para o Sinesp	8
N5429	SE/STI	CGISE	Contratação	Contratação de licenciamento Microsoft para suporte das atividades administrativas do MJSP	9
N5385	SENASA	DGI	Desenvolvimento Interno	Desenvolvimento do Sistema Banco de Talentos	10
N5439	SE/STI	CGGOV	Contratação	Ampliação da Maturidade em Segurança da Informação do MJSP	11
N5383	SENACON	DPDC	Desenvolvimento Interno	Consumidor.gov.br - Consumidor 2.0	12
N0271	SENACON	DPDC	Desenvolvimento Interno	Internalização do Sistema de Recall	13
N5523	SE/STI	CGGOV	Desenvolvimento Interno	API para disponibilizar a avaliação dos serviços públicos digitais do MJSP	14
N1597	SENAJUS	DRCI	Desenvolvimento Interno	DRCI Coopera - Desenvolvimento do novo sistema	15
N4869	SENAD	DPAGI	Desenvolvimento Interno	Desenvolvimento da plataforma OBID	16
N5533	SENASA	DIOPI	Desenvolvimento Interno	Solução de Comunicação para o Susp	17
N4483	SE/STI	CGISP	Desenvolvimento Interno	Desenvolvimento de Aplicativo - Carteira Nacional de Identidade [Fábrica de Software]	18
N5381	SENACON	DPDC	Desenvolvimento Interno	Consumidor.gov.br - Módulo Advogado	19

N4447	SE/STI	CGGOV	Contratação	Solução de auditoria	20
N4467	SE/STI	CGGOV	Contratação	Contratação de ferramenta profissional de conscientização de segurança da informação	21
N5055	SE/STI	CGGOV	Contratação	Contratação/Renovação de Serviço de Centro Operações de Segurança e Serviços de Red/Blue Team	22
N5425	SE/SAA	CGDS	Desenvolvimento Interno	Atualização do sistema SEI e seus Módulos (semestral)	23
N5435	SE/STI	GAB-STI	Contratação	Contratação de profissionais temporários para projetos estratégicos de TIC do MJSP	24
N5047	SE/STI	CGISP	Desenvolvimento Interno	Projeto proteção da cidadania digital - Celular Seguro	25
N0409	SENAPPEN	DIREX	Desenvolvimento Interno	Sistema de monitoramento das obras prisionais	26
N0414	SENASA	DGFNSP	Desenvolvimento Interno	Sistema de gestão das transferências Fundo a Fundo (FaF)	27
N0555	SENASA	DGFNSP	Desenvolvimento Interno	Desenvolvimento de API para acesso a Base de Dados do Sistema Gestão Ágil do Banco do Brasil	28
N0572	SENASA	DFNSP	Desenvolvimento Interno	Solução para gerenciar os processos licitatórios	29
N0600	SENAPPEN	DIPEN	Contratação	Solução de inteligência para parlatórios	30
N1425	SENASA	DSUSP	Desenvolvimento Interno	Desenvolvimento de Sistema de Monitoramento e Avaliação do Pró-Vida	31
N3889	SENASA	DSUSP	Contratação	Microscópio para realização dos exames de microcomparação balística, com integração para possibilitar comunicação entre diferentes laboratórios	32
N4039	SENACON	DPDC	Desenvolvimento Interno	Desenvolvimento de metodologia e implementação da ferramenta de acompanhamento da efetividade dos Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC, no âmbito dos fornecedores dos serviços regulados pelo Poder Executivo Federal	33
N4099	SENASA	DSUSP	Desenvolvimento Interno	Sistema de Entrega Voluntária de Armas de Fogo	34
N5037	SENASA	DGI	Desenvolvimento Interno	Internalização do Sisme	35

N5243	SENAPPEN	DICAP	Desenvolvimento Interno	Sistema de informação para gestão e análise das políticas penais	36
N5437	SE/STI	CGSID	Contratação	Solução para Governança e Gestão de Dados para atender as necessidades do Ministério da Justiça e Segurança Pública	37
N5319	SENAJUS	DEMIG	Desenvolvimento Interno	Gestão de Entrada de Refugiados no Brasil	38
N5395	SENAD	GAB-SENAD	Desenvolvimento Interno	Sistema Pronasci Juventude	39
N4799	SENACON	DPDC	Desenvolvimento Interno	Desenvolvimento de medidas evolutivas no tocante ao Sistema de Recall - Projeto Recall.Gov e Integração, Manutenção e Evolução do Painel Power Bi - Monitoramento de Recalls Internacionais	40
N4809	SENACON	DPDC	Desenvolvimento Interno	Gerenciamento de Procedimentos/Processos no âmbito da CCSS	41
N0202	SE/STI	CGISP	Contratação	Central de atendimento 24/7 ao usuário dos sistemas do MJSP	42
N0429	SE/STI	CGISE	Contratação	Equipamentos de infraestrutura hiperconvergente	43
N0448	SE/STI	CGISE	Contratação	Solução de armazenamento de dados em storages de rede (NAS/Object Storage) e de backup de dados	44
N3871	SE/STI	CGISP	Contratação	Operacionalização do TED de Ciência e Engenharia de Dados	45
N4335	SE/STI	CGISE	Contratação	Suporte a Central Telefônica PABX IP Alcatel	46
N4339	SE/STI	CGISE	Contratação	Serviços de Service Desk, atendimento de 1º, 2º e 3º níveis aos usuários de TIC e suporte à Infraestrutura de TIC	47
N4341	SE/STI	CGISE	Contratação	Subscrição de Software para Balanceamento de tráfego de aplicações, segurança e inspeção de tráfego SSL	48
N4345	SE/STI	CGISE	Contratação	Solução de infraestrutura Outdoor	49
N4347	SE/STI	CGISE	Contratação	Dispositivos para autenticação sem senha (passwordless)	50

N4351	SE/STI	CGISE	Contratação	Subscrições de Middleware e de Plataforma de indexação Open Source	51
N4353	SE/STI	CGISE	Contratação	Modernização dos Aparelhos Telefônicos IP Alcatel	52
N4841	SE/STI	CGISE	Contratação	Contratação de Links de Internet e serviços de transmissão de dados para atender às necessidades de comunicação de dados do MJSP	53
N4843	SE/STI	CGISE	Contratação	Contratação de Multicloud e de Nuvem Soberana	54
N5051	SE/STI	CGISE	Contratação	Contratação de subscrições Red Hat Enterprise Linux, TAM (RedHat Technical Account Management), DEE (Dedicated Enterprise Engineer) e capacitação (RedHat Learning Subscription Basic)	55
N5119	SE/STI	CGSID	Contratação	Plataforma de Low Code	56
N5125	SE/STI	CGISP	Contratação	Capacitações	57
N5129	SE/STI	CGISP	Contratação	Ferramenta de IA / Hiperautomação	58
N5253	SE/STI	CGGOV	Contratação	Solução de banco de dados de preços para auxílio às contratações públicas	59
N5281	SE/STI	CGISE	Contratação	Aquisição de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação para o MJSP.	60
N5431	SE/STI	CGGOV	Contratação	Expansão da Solução de Videoconferência do MJSP	61
N5433	SE/STI	CGISE	Contratação	Modernização das Atividades Administrativas do MJSP	62
N5483	SE/STI	CGSID	Contratação	Supporte para ferramenta de análise e tratamento de dados em ambiente de nuvem	63
N5513	SE/STI	CGISE	Contratação	Serviços de fornecimento de certificado digital A1 (máquina) e A3 (pessoal) para atendimento das necessidades de autenticação digital dos servidores e ativos do MJSP	64
N5515	SE/STI	CGISE	Contratação	Licenciamento de software para atendimento das necessidades de TIC do MJSP	65

N5517	SE/STI	CGGOV	Contratação	Periféricos de informática para atendimento das necessidades do MJSP	66
N0158	SENACON	CNCP	Desenvolvimento Interno	Criação de um Canal de Denúncias do CNCP	67
N0408	SENAD	DPAGI	Desenvolvimento Interno	Sistema para recebimento e gerenciamento das propostas de parcerias	68
N0426	SENAPPEN	DIPEN	Contratação	Extrator de dados em aparelhos de telefonia móvel	69
N0559	SENAPPEN	DISPF	Contratação	Sistema de Monitoramento por áudio	70
N0563	SENAPPEN	DISPF	Contratação	Manutenção preventiva e corretiva das Centrais VoIP e seus terminais	71
N0565	SENAPPEN	DISPF	Contratação	Injetores POE para alimentação elétrica de todos os VoIPs	72
N2297	SENAPPEN	DIPEN	Desenvolvimento Interno	SIAPEN	73
N2301	SENAJUS	GABSENAJUS	Desenvolvimento Interno	Classind	74
N2309	SENAJUS	DEMIG	Desenvolvimento Interno	Sisexp	75
N2317	SENASA	DSUSP	Desenvolvimento Interno	Sindna	76
N2325	SENASA	DIOP	Desenvolvimento Interno	Blockchain CPF e CNPJ	77
N2539	SENAD	DPAGI	Desenvolvimento Interno	Desenvolvimento de acompanhamento da execução financeira e orçamentária	78
N2641	SENACON	DPDC	Desenvolvimento Interno	SINDEC Nacional - Absorção Painel e Cubo SINDEC OLAP	79
N2699	SENAJUS	DEMIG	Desenvolvimento Interno	Internalização da plataforma DATAMIGRA	80
N3399	SENASA	DGI	Desenvolvimento Interno	Gestão de Criminalística	81
N3881	SENASA	DSUSP	Contratação	Solução tecnológica, hardware e software, para captura de dados biométricos, correlação e análise, visando integração das informações referentes a identificação civil e criminal.	82
N4029	SENAPPEN	DIPEN	Contratação	ATIC-PV - leitor biométrico com RFID	83
N4035	SENAPPEN	DIPEN	Contratação	Solução Controlador de acesso	84
N4043	SENAPPEN	DISPF	Contratação	Sistema de Controle de acesso facial	85
N4047	SENAJUS	GABSENAJUS	Desenvolvimento Interno	Desenvolvimento de BI e API a partir do Sistema Classind	86

N4069	SENAJUS	DEMIG	Desenvolvimento Interno	Internalizar e manter o Sistema de Informações de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (SISETP)	87
N4111	SENAPPEN	DISPF	Contratação	Sistema de controle de acesso	88
N4159	SENASA	DFNSP	Contratação	Internet Satelital Móvel	89
N4183	SENASA	DGI	Desenvolvimento Interno	Sistema de autenticação e autorização de usuários	90
N4313	SENASA	DIOPI	Desenvolvimento Interno	Veículo Conectado ao serviço de emergência do Brasil	91
N4349	SE/STI	CGISE	Contratação	Servidores de Rede para implantação remota	92
N4465	SENASA	DIOPI	Desenvolvimento Interno	Orcrim 2.0	93
N4617	SENASA	DIOPI	Contratação	Solução de Armazenamento de Grande Volume de Dados	94
N4641	GM	ASCOM	Desenvolvimento Interno	"TAP: Automatização dos questionamentos à imprensa".	95
N4645	SENA	DPRS	Desenvolvimento Interno	Plataforma SINAP	96
N4649	SENA	DGA	Desenvolvimento Interno	Desenvolvimento de um novo sistema de leilões	97
N4667	SENAPPEN	DISPF	Contratação	Contratação de empresa especializada para prover suporte, manutenção preventiva, corretiva e adaptativa da infraestrutura de rede Gigabit Passive Optical Network - GPON	98
N4673	SENAPPEN	DISPF	Contratação	Aquisição de Terminal Hub de comando com sistema para operacionalização dos projetos voltados aos internos do SPF	99
N4727	SENAPPEN	DICAP	Contratação	Sistema especializado para coletar e tratar dados	100
N4737	SENACON	DPPDD	Contratação	Elaborar painéis de monitoramento dos projetos do Fundo de Direitos Difusos	101
N4739	SENAPPEN	DISPF	Contratação	Manutenção corretiva, preventiva e adaptativa de infraestrutura de rede GPON	102
N4741	SENACON	DPPDD	Desenvolvimento Interno	Capacitação em Power Bi	103
N4759	SENACON	DPDC	Desenvolvimento Interno	Gerenciamento de processos administrativos sancionadores de proteção e defesa do consumidor	104
N4763	SENAPPEN	ENASP	Contratação	Detecção de similaridade em documentos	105

N4875	SENAD	DPAGI	Desenvolvimento Interno	Desenvolvimento do Portal Aberta	106
N4877	SENASA	DIOP	Desenvolvimento Interno	Evolução do Sistema Córte	107
N4879	SENASA	DIOP	Desenvolvimento Interno	Evolução do Sistema ORCRIM	108
N4935	SENAPE	DIPEN	Contratação	Cursos de Capacitação	109
N5027	GM	CGGAB	Desenvolvimento Interno	Elaboração de ferramenta automatizada	110
N5029	GM	CGGAB	Desenvolvimento Interno	Elaboração de mecanismo para criação de sites padronizados para canais de denúncias	111
N5081	SENAPE	DIRPP	Desenvolvimento Interno	Desenvolvimento de Aplicativo Mobile para utilização do Formulário de Inspeção Prisional (FIP)	112
N5089	SENAPE	DIREX	Contratação	Licenças Autodesk AEC Collection com Plugins OF Elétrico e OF Hidráulico, Autodesk Build, e Orçafascio Prime	113
N5107	SE/STI	CGISE	Desenvolvimento Interno	Migração do portal MIM para o portal Entra ID	114
N5111	SENAPE	ENASP	Contratação	Serviços terceirizados de suporte de TIC	115
N5113	SENAPE	ENASP	Desenvolvimento Interno	Software de gestão escolar	116
N5313	SENAJUS	GABSENAJUS	Desenvolvimento Interno	Sistema para cadastro de entidades sociais	117
N5327	SENAPE	DIREX	Desenvolvimento Interno	Ferramenta para classificação e monitoramento de dados sensíveis, incidentes de segurança e alerta em tempo real	118
N5367	SENAPE	DIRPP	Desenvolvimento Interno	Desenvolvimento de módulo dentro do Sisdepen para classificação de pessoas privadas de liberdade	119
N5419	SE/SAA	CGDS	Contratação	Expansão da solução do sistema de controle de acesso de pessoas do MJSP	120
N5421	SE/SAA	CGDS	Desenvolvimento Interno	Desenvolvimento de melhorias do Sistema de Manutenção Predial - SIMAP	121
N5423	SE/SAA	CGDS	Desenvolvimento Interno	Desenvolvimento de Sistema para Acesso à Plataforma Revista dos Tribunais	122
N5427	SE/SAA	CGDS	Contratação	Solução de digitalização para Biblioteca, Protocolo e Arquivo	123

N5441	SENAPPEN	DISPF	Contratação	Ferramenta de videoconferência para atendimento por telemedicina	124
N5485	SE/STI	CGSID	Contratação	Supporte e atualização de licenças de ferramenta ETL	125
N5503	SENAPPEN	DIPEN	Contratação	SOLUÇÃO DE RECONHECIMENTO DE PADRÕES EM BASES ABERTAS	126
N5519	SENASP	DSUSP	Contratação	Equipamentos de TIC para doação - SENASP	127
N5521	SENAPPEN	DIPEN	Contratação	Equipamentos de TIC para doação - SENAPPEN	128
N5525	SE/STI	CGGOV	Contratação	Serviços de suporte e apoio especializado em gestão de projetos e fiscalização de contratos de TIC	129
N5527	SENASP	DGI	Contratação	Licenciamento de software para uso da SENASP	130
N5529	SENASP	DIOPD	Contratação	Equipamentos de TIC para uso da SENASP	131
N5531	SENASP	DGI	Desenvolvimento Interno	Internalização de Sistema do Sinesp	132

ANEXO II – INVENTÁRIO DE NECESSIDADES (PONTUAÇÕES)

Código	Unidade	Descrição	PontuExigLegal	PontuProjEstra	PontuProjEstraMJ	PontuTransfDig	PontuTransversal	PontuA	PontuE	PontuTotal	Prioridade
N5379	SENACON	Consumidor.gov.br - Expurgo de Dados	100	0	75	50	0	225	300	525	1
N4307	SENAD	Desenvolvimento do SIGAP 2.0 (Antigo GFUNAD)	100	0	75	0	0	175	300	475	2
N4613	AECI	Desenvolvimento do Sistema Agir	100	0	0	0	50	150	300	450	3
N4715	SENACON	Evolução no sistema ProConsumidor	100	0	75	50	0	225	200	425	4
N5371	SENASA	Desenvolvimento do Sistema de Gestão e Controle de Efetivo (SEMOB)	100	0	0	0	0	100	300	400	5
N4817	AECI	Implementação do Sistema AGIR em Dispositivos Móveis (Android e iOS)	100	0	0	0	50	150	200	350	6
N5317	SENAJUS	Sistema de Gestão de Imigração Laboral - evolutivas	0	0	0	50	0	50	300	350	7
N5535	SENASA	Solução de Tecnologias para o Sinesp	0	0	0	50	0	50	300	350	8
N5429	SE/STI	Contratação de licenciamento Microsoft para suporte das atividades administrativas do MJSP	0	0	75	0	50	125	200	325	9
N5385	SENASA	Desenvolvimento do Sistema Banco de Talentos	0	0	0	0	0	0	300	300	10
N5439	SE/STI	Ampliação da Maturidade em Segurança da Informação do MJSP	0	75	75	50	50	250	0	250	11
N5383	SENACON	Consumidor.gov.br - Consumidor 2.0	100	0	75	50	0	225	0	225	12
N0271	SENACON	Internalização do Sistema de Recall	0	0	75	50	0	125	100	225	13

N5523	SE/STI	API para disponibilizar a avaliação dos serviços públicos digitais do MJSP	100	0	0	50	50	200	0	200	14
N1597	SENAJUS	DRCI Coopera - Desenvolvimento do novo sistema	0	0	0	0	0	0	200	200	15
N4869	SENAD	Desenvolvimento da plataforma OBID	0	0	0	0	0	0	200	200	16
N5533	SENASA	Solução de Comunicação para o Susp	0	0	0	0	0	0	200	200	17
N4483	SE/STI	Desenvolvimento de Aplicativo - Carteira Nacional de Identidade [Fábrica de Software]	100	0	0	50	0	150	0	150	18
N5381	SENACON	Consumidor.gov.br - Módulo Advogado	100	0	0	50	0	150	0	150	19
N4447	SE/STI	Solução de auditoria	100	0	0	0	50	150	0	150	20
N4467	SE/STI	Contratação de ferramenta profissional de conscientização de segurança da informação	100	0	0	0	50	150	0	150	21
N5055	SE/STI	Contratação/Renovação de Serviço de Centro Operações de Segurança e Serviços de Red/Blue Team	100	0	0	0	50	150	0	150	22
N5425	SE/SAA	Atualização do sistema SEI e seus Módulos (semestral)	100	0	0	0	50	150	0	150	23
N5435	SE/STI	Contratação de profissionais temporários para projetos estratégicos de TIC do MJSP	0	0	0	0	50	50	100	150	24
N5047	SE/STI	Projeto proteção da cidadania digital - Celular Seguro	0	0	75	50	0	125	0	125	25
N0409	SENAPPEN	Sistema de monitoramento das obras prisionais	100	0	0	0	0	100	0	100	26

N0414	SENASA	Sistema de gestão das transferências Fundo a Fundo (FaF)	100	0	0	0	0	100	0	100	27
N0555	SENASA	Desenvolvimento de API para acesso a Base de Dados do Sistema Gestão Ágil do Banco do Brasil	100	0	0	0	0	100	0	100	28
N0572	SENASA	Solução para gerenciar os processos licitatórios	100	0	0	0	0	100	0	100	29
N0600	SENAPPEN	Solução de inteligência para parlatórios	100	0	0	0	0	100	0	100	30
N1425	SENASA	Desenvolvimento de Sistema de Monitoramento e Avaliação do Pró-Vida	100	0	0	0	0	100	0	100	31
N3889	SENASA	Microscópio para realização dos exames de microcomparação balística, com integração para possibilitar comunicação entre diferentes laboratórios	100	0	0	0	0	100	0	100	32
N4039	SENACON	Desenvolvimento de metodologia e implementação da ferramenta de acompanhamento da efetividade dos Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC, no âmbito dos fornecedores dos serviços regulados pelo Poder Executivo Federal	100	0	0	0	0	100	0	100	33
N4099	SENASA	Sistema de Entrega Voluntária de Armas de Fogo	100	0	0	0	0	100	0	100	34
N5037	SENASA	Internalização do Sisme	100	0	0	0	0	100	0	100	35
N5243	SENAPPEN	Sistema de informação para gestão e análise das políticas penais	100	0	0	0	0	100	0	100	36

N5437	SE/STI	Solução para Governança e Gestão de Dados para atender as necessidades do Ministério da Justiça e Segurança Pública	0	0	0	0	50	50	50	100	37
N5319	SENAJUS	Gestão de Entrada de Refugiados no Brasil	0	0	0	0	0	0	100	100	38
N5395	SENAD	Sistema Pronasci Juventude	0	0	0	0	0	0	100	100	39
N4799	SENACON	Desenvolvimento de medidas evolutivas no tocante ao Sistema de Recall - Projeto Recall.Gov e Integração, Manutenção e Evolução do Painel Power Bi - Monitoramento de Recalls Internacionais	0	0	75	0	0	75	0	75	40
N4809	SENACON	Gerenciamento de Procedimentos/Processos no âmbito da CCSS	0	0	75	0	0	75	0	75	41
N0202	SE/STI	Central de atendimento 24/7 ao usuário dos sistemas do MJSP	0	0	0	0	50	50	0	50	42
N0429	SE/STI	Equipamentos de infraestrutura hiperconvergente	0	0	0	0	50	50	0	50	43
N0448	SE/STI	Solução de armazenamento de dados em storages de rede (NAS/Object Storage) e de backup de dados	0	0	0	0	50	50	0	50	44
N3871	SE/STI	Operacionalização do TED de Ciência e Engenharia de Dados	0	0	0	0	50	50	0	50	45
N4335	SE/STI	Supporte a Central Telefônica PABX IP Alcatel	0	0	0	0	50	50	0	50	46
N4339	SE/STI	Serviços de Service Desk, atendimento de 1º, 2º e 3º níveis aos usuários de TIC e	0	0	0	0	50	50	0	50	47

		suporte à Infraestrutura de TIC									
N4341	SE/STI	Subscrição de Software para Balanceamento de tráfego de aplicações, segurança e inspeção de tráfego SSL	0	0	0	0	50	50	0	50	48
N4345	SE/STI	Solução de infraestrutura Outdoor	0	0	0	0	50	50	0	50	49
N4347	SE/STI	Dispositivos para autenticação sem senha (passwordless)	0	0	0	0	50	50	0	50	50
N4351	SE/STI	Subscrições de Middleware e de Plataforma de indexação Open Source	0	0	0	0	50	50	0	50	51
N4353	SE/STI	Modernização dos Aparelhos Telefônicos IP Alcatel	0	0	0	0	50	50	0	50	52
N4841	SE/STI	Contratação de Links de Internet e serviços de transmissão de dados para atender às necessidades de comunicação de dados do MJSP	0	0	0	0	50	50	0	50	53
N4843	SE/STI	Contratação de Multicloud e de Nuvem Soberana	0	0	0	0	50	50	0	50	54
N5051	SE/STI	Contratação de subscrições Red Hat Enterprise Linux, TAM (RedHat Technical Account Management), DEE (Dedicated Enterprise Engineer) e capacitação (RedHat Learning Subscription Basic)	0	0	0	0	50	50	0	50	55
N5119	SE/STI	Plataforma de Low Code	0	0	0	0	50	50	0	50	56

N5125	SE/STI	Capacitações	0	0	0	0	50	50	0	50	57
N5129	SE/STI	Ferramenta de IA / Hiperautomação	0	0	0	0	50	50	0	50	58
N5253	SE/STI	Solução de banco de dados de preços para auxílio às contratações públicas	0	0	0	0	50	50	0	50	59
N5281	SE/STI	Aquisição de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação para o MJSP.	0	0	0	0	50	50	0	50	60
N5431	SE/STI	Expansão da Solução de Videoconferência do MJSP	0	0	0	0	50	50	0	50	61
N5433	SE/STI	Modernização das Atividades Administrativas do MJSP	0	0	0	0	50	50	0	50	62
N5483	SE/STI	Supporte para ferramenta de análise e tratamento de dados em ambiente de nuvem	0	0	0	0	50	50	0	50	63
N5513	SE/STI	Serviços de fornecimento de certificado digital A1 (máquina) e A3 (pessoal) para atendimento das necessidades de autenticação digital dos servidores e ativos do MJSP	0	0	0	0	50	50	0	50	64
N5515	SE/STI	Licenciamento de software para atendimento das necessidades de TIC do MJSP	0	0	0	0	50	50	0	50	65
N5517	SE/STI	Periféricos de informática para atendimento das necessidades do MJSP	0	0	0	0	50	50	0	50	66
N0158	SENACON	Criação de um Canal de Denúncias do CNCP	0	0	0	0	0	0	0	0	67
N0408	SENAD	Sistema para recebimento e gerenciamento das propostas de parcerias	0	0	0	0	0	0	0	0	68

N0426	SENAPPEN	Extrator de dados em aparelhos de telefonia móvel	0	0	0	0	0	0	0	0	69
N0559	SENAPPEN	Sistema de Monitoramento por áudio	0	0	0	0	0	0	0	0	70
N0563	SENAPPEN	Manutenção preventiva e corretiva das Centrais VoIP e seus terminais	0	0	0	0	0	0	0	0	71
N0565	SENAPPEN	Injetores POE para alimentação elétrica de todos os VoIPs	0	0	0	0	0	0	0	0	72
N2297	SENAPPEN	SIAPEN	0	0	0	0	0	0	0	0	73
N2301	SENAJUS	Classind	0	0	0	0	0	0	0	0	74
N2309	SENAJUS	Sisexp	0	0	0	0	0	0	0	0	75
N2317	SENASA	Sindna	0	0	0	0	0	0	0	0	76
N2325	SENASA	Blockchain CPF e CNPJ	0	0	0	0	0	0	0	0	77
N2539	SENAD	Desenvolvimento de acompanhamento da execução financeira e orçamentária	0	0	0	0	0	0	0	0	78
N2641	SENACON	SINDEC Nacional - Absorção Painel e Cubo SINDEC OLAP	0	0	0	0	0	0	0	0	79
N2699	SENAJUS	Internalização da plataforma DATAMIGRA	0	0	0	0	0	0	0	0	80
N3399	SENASA	Gestão de Criminalística	0	0	0	0	0	0	0	0	81
N3881	SENASA	Solução tecnológica, hardware e software, para captura de dados biométricos, correlação e análise, visando integração das informações referentes a identificação civil e criminal.	0	0	0	0	0	0	0	0	82
N4029	SENAPPEN	ATIC-PV - leitor biométrico com RFID	0	0	0	0	0	0	0	0	83

N4035	SENAPPEN	Solução Controlador de acesso	0	0	0	0	0	0	0	0	84
N4043	SENAPPEN	Sistema de Controle de acesso facial	0	0	0	0	0	0	0	0	85
N4047	SENAJUS	Desenvolvimento de BI e API a partir do Sistema Classind	0	0	0	0	0	0	0	0	86
N4069	SENAJUS	Internalizar e manter o Sistema de Informações de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (SISETP)	0	0	0	0	0	0	0	0	87
N4111	SENAPPEN	Sistema de controle de acesso	0	0	0	0	0	0	0	0	88
N4159	SENASA	Internet Satelital Móvel	0	0	0	0	0	0	0	0	89
N4183	SENASA	Sistema de autenticação e autorização de usuários	0	0	0	0	0	0	0	0	90
N4313	SENASA	Veículo Conectado ao serviço de emergência do Brasil	0	0	0	0	0	0	0	0	91
N4349	SE/STI	Servidores de Rede para implantação remota	0	0	0	0	0	0	0	0	92
N4465	SENASA	Orcrim 2.0	0	0	0	0	0	0	0	0	93
N4617	SENASA	Solução de Armazenamento de Grande Volume de Dados	0	0	0	0	0	0	0	0	94
N4641	GM	"TAP: Automatização dos questionamentos à imprensa".	0	0	0	0	0	0	0	0	95
N4645	SENAD	Plataforma SINAP	0	0	0	0	0	0	0	0	96
N4649	SENAD	Desenvolvimento de um novo sistema de leilões	0	0	0	0	0	0	0	0	97
N4667	SENAPPEN	Contratação de empresa especializada para prover suporte, manutenção preventiva, corretiva e adaptativa da infraestrutura de rede Gigabit Passive Optical Network - GPON	0	0	0	0	0	0	0	0	98

N4673	SENAPPEN	Aquisição de Terminal Hub de comando com sistema para operacionalização dos projetos voltados aos internos do SPF	0	0	0	0	0	0	0	99
N4727	SENAPPEN	Sistema especializado para coletar e tratar dados	0	0	0	0	0	0	0	100
N4737	SENACON	Elaborar painéis de monitoramento dos projetos do Fundo de Direitos Difusos	0	0	0	0	0	0	0	101
N4739	SENAPPEN	Manutenção corretiva, preventiva e adaptativa de infraestrutura de rede GPON	0	0	0	0	0	0	0	102
N4741	SENACON	Capacitação em Power Bi	0	0	0	0	0	0	0	103
N4759	SENACON	Gerenciamento de processos administrativos sancionadores de proteção e defesa do consumidor	0	0	0	0	0	0	0	104
N4763	SENAPPEN	Detecção de similaridade em documentos	0	0	0	0	0	0	0	105
N4875	SENAD	Desenvolvimento do Portal Aberta	0	0	0	0	0	0	0	106
N4877	SENASA	Evolução do Sistema CórTEX	0	0	0	0	0	0	0	107
N4879	SENASA	Evolução do Sistema ORCRIM	0	0	0	0	0	0	0	108
N4935	SENAPPEN	Cursos de Capacitação	0	0	0	0	0	0	0	109
N5027	GM	Elaboração de ferramenta automatizada	0	0	0	0	0	0	0	110
N5029	GM	Elaboração de mecanismo para criação de sites padronizados para canais de denúncias	0	0	0	0	0	0	0	111
N5081	SENAPPEN	Desenvolvimento de Aplicativo Mobile para	0	0	0	0	0	0	0	112

		utilização do Formulário de Inspeção Prisional (FIP)									
N5089	SENAPPEN	Licenças Autodesk AEC Collection com Plugins OF Elétrico e OF Hidráulico, Autodesk Build, e Orçafascio Prime	0	0	0	0	0	0	0	0	113
N5107	SE/STI	Migração do portal MIM para o portal Entra ID	0	0	0	0	0	0	0	0	114
N5111	SENAPPEN	Serviços terceirizados de suporte de TIC	0	0	0	0	0	0	0	0	115
N5113	SENAPPEN	Software de gestão escolar	0	0	0	0	0	0	0	0	116
N5313	SENAJUS	Sistema para cadastro de entidades sociais	0	0	0	0	0	0	0	0	117
N5327	SENAPPEN	Ferramenta para classificação e monitoramento de dados sensíveis, incidentes de segurança e alerta em tempo real	0	0	0	0	0	0	0	0	118
N5367	SENAPPEN	Desenvolvimento de módulo dentro do Sisdepen para classificação de pessoas privadas de liberdade	0	0	0	0	0	0	0	0	119
N5419	SE/SAA	Expansão da solução do sistema de controle de acesso de pessoas do MJSP	0	0	0	0	0	0	0	0	120
N5421	SE/SAA	Desenvolvimento de melhorias do Sistema de Manutenção Predial - SIMAP	0	0	0	0	0	0	0	0	121
N5423	SE/SAA	Desenvolvimento de Sistema para Acesso à Plataforma Revista dos Tribunais	0	0	0	0	0	0	0	0	122

N5427	SE/SAA	Solução de digitalização para Biblioteca, Protocolo e Arquivo	0	0	0	0	0	0	0	0	123
N5441	SENAPPEN	Ferramenta de videoconferência para atendimento por telemedicina	0	0	0	0	0	0	0	0	124
N5485	SE/STI	Supporte e atualização de licenças de ferramenta ETL	0	0	0	0	0	0	0	0	125
N5503	SENAPPEN	SOLUÇÃO DE RECONHECIMENTO DE PADRÓES EM BASES ABERTAS	0	0	0	0	0	0	0	0	126
N5519	SENASA	Equipamentos de TIC para doação - SENASP	0	0	0	0	0	0	0	0	127
N5521	SENAPPEN	Equipamentos de TIC para doação - SENAPPEN	0	0	0	0	0	0	0	0	128
N5525	SE/STI	Serviços de suporte e apoio especializado em gestão de projetos e fiscalização de contratos de TIC	0	0	0	0	0	0	0	0	129
N5527	SENASA	Licenciamento de software para uso da SENASP	0	0	0	0	0	0	0	0	130
N5529	SENASA	Equipamentos de TIC para uso da SENASP	0	0	0	0	0	0	0	0	131
N5531	SENASA	Internalização de Sistema do Sinesp	0	0	0	0	0	0	0	0	132

ANEXO III – PLANO DE METAS E AÇÕES

Fila de Governança de TIC

Prioridade Fila	Prioridade Geral	Ação	Descrição	Fila	Necessidades	Responsável	Código Meta	Indicador Meta	Prazo Meta
1	65	A6373	Contratar profissionais temporários para projetos estratégicos de TIC do MJSP	Demandas de Governança de TIC	N5435	CGGOV/STI	M6257	Contratação realizada	2025
2	100	A5267	Contratação de solução de banco de dados de preços para auxílio às contratações públicas	Demandas de Governança de TIC	N5253	CGGOV/STI	M6211	Contratação realizada	2025
3	173	A6343	Contratar serviços de suporte e apoio especializado em gestão de projetos e fiscalização de contratos de TIC	Demandas de Governança de TIC	N5525	CGGOV/STI	M6283	Contratação realizada	2025

Fila de Segurança da Informação e Comunicação

Prioridade Fila	Prioridade Geral	Ação	Descrição	Fila	Necessidades	Responsável	Código Meta	Indicador Meta	Prazo Meta
1	39	A6367	Implantar PPSI ciclo 5 no MJSP	Demandas de Segurança da Informação e Comunicação	N5439	CGGOV/STI	M6261	Implantação realizada	2025
2	40	A6369	Implantar PPSI ciclo 6 no MJSP	Demandas de Segurança da Informação e Comunicação	N5439	CGGOV/STI	M6261	Implantação realizada	2025
3	41	A6365	Implantar PPSI ciclo 4 no MJSP	Demandas de Segurança da Informação e Comunicação	N5439	CGGOV/STI	M6261	Implantação realizada	2025
4	58	A0477	Contratar licenças para solução de auditoria, gestão, automação, monitoração de gerenciamento de serviços do AD	Demandas de Segurança da Informação e Comunicação	N4447	CGGOV/STI	M6099	Contratação realizada	2025
5	59	A0484	Adquirir ferramenta profissional de conscientização de segurança da informação	Demandas de Segurança da Informação e Comunicação	N4467	CGGOV/STI	M6105	Aquisição realizada	2025

6	60	A0546	Contratar Serviço de Centro Operações de Segurança e Serviço de Blue Team	Demandas de Segurança da Informação e Comunicação	N5055	CGGOV/STI	M6177	Contratação realizada	2025
---	----	-------	---	---	-------	-----------	-------	-----------------------	------

Fila de Contratações

Prioridade Fila	Prioridade Geral	Ação	Descrição		Fila	Necessidades	Responsável	Código Meta	Indicador Meta	Prazo Meta
1	83	A0095	Contratar suporte para usuários de sistemas críticos		Demandas de Ferramenta de Usuário	N0202	CGISE/STI	M5975	Contratação realizada	2025
2	84	A0062	Aquisição de equipamentos de infraestrutura hiperconvergente		Demandas de Infraestrutura	N0429	CGISE/STI	M5963	Aquisição realizada	2025
3	85	A5279	Adquirir Solução de armazenamento de dados em storages de pequeno porte (NAS)		Demandas de Infraestrutura	N0448	CGISE/STI	M5965	Aquisição realizada	2025
4	87	A0459	Contratar Suporte a Central Telefônica PABX IP Alcatel		Demandas de Ferramenta de Usuário	N4335	CGISE/STI	M6079	Contratação realizada	2026
5	88	A0456	Contratação de serviços de Service Desk		Demandas de Ferramenta de Usuário	N4339	CGISE/STI	M6081	Contratação realizada	2026

6	89	A0455	Contratação de Subscrição de Software para Balanceamento SSL	Aquisição de Software para Servidor de Aplicação	N4341	CGISE/STI	M6083	Contratação realizada	2026
7	90	A0453	Contratação de Solução de infraestrutura Outdoor	Demandas de Infraestrutura	N4345	CGISE/STI	M6085	Contratação realizada	2025
8	91	A0452	Contratação de dispositivos para autenticação sem senha	Demandas de Ferramenta de Usuário	N4347	CGISE/STI	M6087	Contratação realizada	2026
9	92	A0450	Contratação de Subscrições de Middleware e de Plataforma de indexação Open Source	Aquisição de Software para Servidor de Aplicação	N4351	CGISE/STI	M6091	Contratação realizada	2026
10	93	A0449	Contratação dos Aparelhos Telefônicos IP Alcatel	Demandas de Ferramenta de Usuário	N4353	CGISE/STI	M6093	Contratação realizada	2026
11	94	A0171	Contratar serviço de rede de telecomunicação de dados de longa distância e Internet, incluindo proteção contra ataques de negação de serviço (DDoS)	Aquisição de Software para Servidor de Aplicação	N4841	CGISE/STI	M6155	Contratação realizada	2025
12	95	A0532	Aquisição de serviço de nuvem pela CGISE	Demandas de Infraestrutura	N4843	CGISE/STI	M6157	Aquisição realizada	2025

13	96	A0545	Contratar subscições Red Hat Enterprise Linux	Demandas de Infraestrutura	N5051	CGISE/STI	M6175	Contratação realizada	2025
14	104	A5445	Aquisição de tablets iPAD Pro, com canetas e capa com teclado	Demandas de Ferramenta de Usuário	N5433	CGISE/STI	M6255	Aquisição realizada	2025
15	115	A0072	Contratar manutenção preventiva e corretiva das Centrais VoIP do DEPEN e seus terminais	Demandas de Infraestrutura	N0563	CGISE/STI	M5927	Contratação realizada	2026
16	132	A0389	Adquirir Sistema de autenticação e autorização de usuários	Aquisição de Software para Servidor de Aplicação	N4183	CGSID/STI	M6073	Aquisição realizada	2025
17	133	A0451	Contratação de Servidores de Rede para implantação remota	Demandas de Infraestrutura	N4349	CGISE/STI	M6089	Contratação realizada	2026
18	135	A0490	Solução de Armazenamento de Grande Volume de Dados	Demandas de Infraestrutura	N4617	CGISE/STI	M6115	Aquisição realizada	2025
19	141	A0538	Aquisição de licença de software no âmbito da SENAPPEN	Demandas de Infraestrutura	N4727	CGISE/STI	M6137	Aquisição realizada	2025
20	143	A0539	Manter infraestrutura de rede GPON	Demandas de Infraestrutura	N4739	CGISE/STI	M6141	Implantação realizada	2025
21	146	A0549	Adquirir software de detecção de similaridade em documentos	Demandas de Ferramenta de Usuário	N4763	CGISE/STI	M6147	Aquisição realizada	2025

22	155	A0561	Migrar portal MIM para o portal Entra ID	Demandas de Infraestrutura	N5107	CGISE/STI	M6185	Implantação realizada	2025
23	186	A0492	Adquirir solução de análise de vínculos em grande volume de dados	Demandas de Infraestrutura	N5527	CGISE/STI	M6117	Aquisição realizada	2025
24	190	A0491	Ferramenta para pesquisa cruzada de dados globais da internet, facilitando consulta a endereço de e-mail, perfis sociais e contatos telefônicos	Demandas de Infraestrutura	N5527	CGISE/STI	M6117	Aquisição realizada	2025

Fila de Desenvolvimento de Sistemas

Prioridade Fila	Prioridade Geral	Ação	Descrição	Fila	Necessidades	Responsável	Código Meta	Indicador Meta	Prazo Meta
1	2	A0442	Desenvolver SIGAP 2.0 (antigo GFUNAD)	Desenvolvimento de Sistemas	N4307	CGSID/STI	M6075	Sistema desenvolvido	2026
2	7	A6327	Desenvolver Sistema de Gestão e Controle de Efetivo de agentes de segurança pública especialmente mobilizados para o MJSP.	Desenvolvimento de Sistemas	N5371	CGSID/STI	M6225	Sistema desenvolvido	2025

3	11	A0392	Desenvolver Sinesp Geo inteligência	Desenvolvimento de Sistemas	N5535	CGSID/STI	M6067	Sistema desenvolvido	2025
4	14	A0481	Desenvolver sistema para cadastrar e manter strings (identificadores) únicos para cada tipo penal [Projeto Strings]	Desenvolvimento de Sistemas	N5535	CGSID/STI	M6109	Sistema desenvolvido	2025
5	15	A5265	Desenvolvimento de API para integração de aplicação do Sinesp com serviço da Google (chamadas de emergência)	Desenvolvimento de Sistemas	N5535	CGSID/STI	M6203	Sistema desenvolvido	2025
6	18	A0510	Desenvolver Portal SINESP	Desenvolvimento de Sistemas	N5535	CGSID/STI	M6131	Sistema desenvolvido	2025
7	19	A0507	Desenvolver Chatboot para uso do Sistema SINESP	Desenvolvimento de Sistemas	N5535	CGSID/STI	M6133	Sistema desenvolvido	2025
8	21	A0322	Desenvolver Portal público sobre pessoas desaparecidas	Desenvolvimento de Sistemas	N5535	CGSID/STI	M6017	Sistema desenvolvido	2026
9	36	A0117	Desenvolver sistema SINESP Agente de Campo	Desenvolvimento de Sistemas	N5535	CGSID/STI	M5945	Sistema desenvolvido	2026

10	38	A6397	Desenvolver um sistema, denominado de Banco de Talentos, para cadastro e gestão de informações dos servidores da segurança pública dos Estados, facilitando a seleção e mobilização de acordo com os requisitos da SENASP.	Desenvolvimento de Sistemas	N5385	CGSID/STI	M6237	Sistema desenvolvido	2025
11	45	A0192	Desenvolver sistema DRCI Coopera	Desenvolvimento de Sistemas	N1597	CGSID/STI	M5999	Sistema desenvolvido	2027
12	46	A0551	Desenvolver plataforma OBID	Desenvolvimento de Sistemas	N4869	CGSID/STI	M6159	Sistema desenvolvido	2025
13	56	A0480	Desenvolver aplicativo - Carteira Nacional de Identidade	Desenvolvimento de Sistemas	N4483	CGSID/STI	M6107	Sistema desenvolvido	2025
14	66	A0544	Desenvolver sistema para o proteção da cidadania digital	Desenvolvimento de Sistemas	N5047	CGSID/STI	M6173	Sistema desenvolvido	2025

15	67	A0112	Desenvolver sistema de monitoramento das obras prisionais	Desenvolvimento de Sistemas	N0409	CGSID/STI	M5919	Sistema desenvolvido	2026
16	68	A0106	Desenvolver sistema de gestão das transferências Fundo a Fundo	Desenvolvimento de Sistemas	N0414	CGSID/STI	M5961	Sistema desenvolvido	2027
17	70	A0105	Desenvolver sistema de gerenciamento de processos licitatórios	Desenvolvimento de Sistemas	N0572	CGSID/STI	M5969	Sistema desenvolvido	2026
18	72	A0229	Desenvolver Sistema de Monitoramento e Avaliação do Pró-Vida	Desenvolvimento de Sistemas	N1425	CGSID/STI	M5981	Sistema desenvolvido	2026
19	74	A0439	Desenvolver metodologia e implementar ferramenta de acompanhamento da efetividade dos Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC	Desenvolvimento de Sistemas	N4039	CGSID/STI	M6047	Sistema desenvolvido	2026
20	75	A0438	Desenvolver Sistema de Entrega Voluntária	Desenvolvimento de Sistemas	N4099	CGSID/STI	M6063	Sistema desenvolvido	2025

			de Armas de Fogo (novo Desarma)						
21	77	A5263	Desenvolvimento de Sistema de informação para gestão e análise das políticas penais	Desenvolvimento de Sistemas	N5243	CGSID/STI	M6201	Sistema desenvolvido	2025
22	79	A6403	Desenvolver de sistema de Gestão de Entrada de Refugiados no Brasil	Desenvolvimento de Sistemas	N5319	CGSID/STI	M6219	Sistema desenvolvido	2025
23	80	A6395	Desenvolver Sistema Pronasci Juventude	Desenvolvimento de Sistemas	N5395	CGSID/STI	M6239	Sistema desenvolvido	2025
24	111	A0099	Desenvolver Front End para o CNCP	Desenvolvimento de Sistemas	N0158	CGSID/STI	M5977	Sistema desenvolvido	2026
25	112	A0114	Desenvolver sistema para recebimento e gerenciamento das propostas de parcerias da SENAD	Desenvolvimento de Sistemas	N0408	CGSID/STI	M5979	Sistema desenvolvido	2026
26	117	A0275	Desenvolver Sistema de Gestão Penitenciária	Desenvolvimento de Sistemas	N2297	CGSID/STI	M6007	Sistema desenvolvido	2026

27	119	A0278	Desenvolver Sistema de Gestão dos processos de Expulsão de Pessoas Irregulares no País	Desenvolvimento de Sistemas	N2309	CGSID/STI	M6011	Sistema desenvolvido	2025
28	120	A0280	Desenvolvimento de Sistema de Gestão do banco de dados Genético da Polícia Federal	Desenvolvimento de Sistemas	N2317	CGSID/STI	M6013	Sistema desenvolvido	2025
29	122	A0324	Desenvolver sistema de acompanhamento da execução financeira e orçamentária	Desenvolvimento de Sistemas	N2539	CGSID/STI	M6021	Sistema desenvolvido	2025
30	125	A0370	Desenvolver sistema de Gestão de Criminalística	Desenvolvimento de Sistemas	N3399	CGSID/STI	M6031	Sistema desenvolvido	2026
31	134	A0483	Desenvolver Orcrim 2.0	Desenvolvimento de Sistemas	N4465	CGSID/STI	M6103	Sistema desenvolvido	2025
32	136	A0486	Automatização dos questionamentos à imprensa	Desenvolvimento de Sistemas	N4641	CGSID/STI	M6119	Sistema desenvolvido	2025

33	138	A0552	Desenvolver sistema de leilões	Desenvolvimento de Sistemas	N4649	CGSID/STI	M6123	Sistema desenvolvido	2025
34	145	A0534	Desenvolver sistema de gerenciamento de processos administrativos - SENACON	Desenvolvimento de Sistemas	N4759	CGSID/STI	M6145	Sistema desenvolvido	2025
35	147	A0526	Desenvolvimento do portal Aberta - SENAD	Desenvolvimento de Sistemas	N4875	CGSID/STI	M6161	Sistema desenvolvido	2025
36	151	A0541	Desenvolver ferramenta automatizada	Desenvolvimento de Sistemas	N5027	CGSID/STI	M6167	Sistema desenvolvido	2025
37	152	A0542	Desenvolver mecanismo para criação de sites padronizados para canais de denúncias	Desenvolvimento de Sistemas	N5029	CGSID/STI	M6169	Sistema desenvolvido	2025
38	153	A0555	Desenvolver o Aplicativo Mobile para utilização do Formulário de Inspeção Prisional (FIP)	Desenvolvimento de Sistemas	N5081	CGSID/STI	M6181	Sistema desenvolvido	2025
39	158	A6407	Desenvolver sistema de gerenciamento de entidades sociais	Desenvolvimento de Sistemas	N5313	CGSID/STI	M6215	Sistema desenvolvido	2025

40	159	A6401	Aquisição de licença e uso de software para ferramenta para classificação e monitoramento de dados sensíveis, incidentes de segurança e alerta em tempo real, nos termos da Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 04 de abril de 2019. Essa aquisição poderá advir da Fábrica de software do MJSP.	Desenvolvimento de Sistemas	N5327	CGSID/STI	M6221	Contratação realizada	2025
41	163	A6389	Desenvolver Sistema para Acesso à Plataforma Revista dos Tribunais	Desenvolvimento de Sistemas	N5423	CGSID/STI	M6245	Aplicativo desenvolvido	2025
42	185	A0485	Desenvolver Chatbot para o Sistema de Gestão Acadêmica - SGA	Desenvolvimento de Sistemas	N5527	CGSID/STI	M6111	Sistema desenvolvido	2025

			(Rede Ead Senasp)						
--	--	--	-------------------	--	--	--	--	--	--

Fila de Absorção de Sistemas

Prioridade Fila	Prioridade Geral	Ação	Descrição	Fila	Necessidades	Responsável	Código Meta	Indicador Meta	Prazo Meta
1	17	A0518	Absorver SINESP (Serpro):Auditoria	Absorção de Sistemas	N5535	CGSID/STI	M6129	Absorção realizada	2025
2	43	A0152	Internalizar sistema Recall	Absorção de Sistemas	N0271	CGSID/STI	M5967	Absorção realizada	2025
3	76	A0543	Internalizar o SISME - SENASP	Absorção de Sistemas	N5037, N5037	CGSID/STI	M6171	Absorção realizada	2025
4	124	A0345	Absorver DATAMIGRA	Absorção de Sistemas	N2699	CGSID/STI	M6027	Absorção realizada	2025
5	130	A0440	Internalizar o Sistema de Informações de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (SISETP)	Absorção de Sistemas	N4069	CGSID/STI	M6055	Absorção realizada	2025
6	137	A0501	Absorção da Plataforma Sistema Nacional de Prevenção - SINAP	Absorção de Sistemas	N4645	CGSID/STI	M6121	Absorção realizada	2025

Fila de Evolução de Sistemas

Prioridade Fila	Prioridade Geral	Ação	Descrição	Fila	Necessidades	Responsável	Código Meta	Indicador Meta	Prazo Meta
1	1	A6333	Desenvolver solução para expurgo de dados do sistema consumidor, gov com objetivo de melhorar a performance do sistema que está comprometida por conta do excesso de dados disponíveis de forma online. Isso tem interferido em diversas funcionalidades do sistema. A ideia é deixar alguns dados apartados para uma consulta separada, otimizando o desempenho da plataforma.	Evolução de Sistemas	N5379	CGSID/STI	M6231	Sistema evoluído	2025

2	3	A0494	Manutenção evolutiva do Sistema Agir	Evolução de Sistemas	N4613, N4817	CGSID/STI	M6113	Sistema evoluído	2025
3	4	A0506	Manter, sustentar e evoluir o ProConsumidor	Evolução de Sistemas	N4715	CGSID/STI	M6135	Sistema evoluído	2025
4	5	A6337	Desenvolver funcionalidade Relatórios para facilitar a gestão da Senacon e dos Órgãos de Defesa do Consumidorl	Evolução de Sistemas	N4715	CGSID/STI	M6229	Sistema evoluído	2025
5	8	A6405	Evoluir Sistema de Gestão de Imigração Laboral	Evolução de Sistemas	N5317	CGSID/STI	M6217	Sistema evoluído	2025
6	9	A0136	Evoluir sistema SINESP SAIE	Evolução de Sistemas	N5535	CGSID/STI	M5959	Sistema evoluído	2025
7	24	A0466	Evoluir Sistema Sisme	Evolução de Sistemas	N5535	CGSID/STI	M6097	Sistema evoluído	2025
8	42	A6329	Atualizar sistema consumidor.gov, melhorando fluxos e funcionalidades com objetivo de	Evolução de Sistemas	N5383	CGSID/STI	M6235	Sistema evoluído	2025

			lançar o Consumidor 2.0							
9	57	A6331	Desenvolver módulo voltado pra advogados conseguirem cadastrar reclamações para seus clientes. Provavelmente terá exigência de um documento que comprove a ciência do consumidor sobre a gratuidade do serviço e a devida alteração nos Termos de Uso (incluir essa possibilidade de recusa). Será preciso criar também negocialmente um Termo de Uso voltado para os advogados.	Evolução de Sistemas	N5381	CGSID/STI	M6233	Sistema evoluído	2025	

10	61	A6383	Atualizar Sistema SEI	Evolução de Sistemas	N5425	CGSID/STI	M6247	Sistema evoluído	2025
11	62	A6387	Atualizar Sistema SEI	Evolução de Sistemas	N5425	CGSID/STI	M6247	Sistema evoluído	2025
12	63	A6381	Atualizar Sistema SEI	Evolução de Sistemas	N5425	CGSID/STI	M6247	Sistema evoluído	2025
13	64	A6385	Atualizar Sistema SEI	Evolução de Sistemas	N5425	CGSID/STI	M6247	Sistema evoluído	2025
14	148	A0525	Evoluçãoções do CórTEX que envolvem atividades de frontend, backend, banco de dados e ferramentas acessórias. A necessidade deve ser aplicada tanto no sistema legado quanto em outros tipos de client (frontend novo, mobile, api)	Evolução de Sistemas	N4877	CGSID/STI	M6163	Sistema evoluído	2025

15	149	A6313	Evoluir sistema ORCRIM	Evolução de Sistemas	N4879	CGSID/STI	M6315	Sistema evoluído	2026
16	160	A6399	Desenvolvimento de aplicação (módulo) dentro do Sistema de Informação Penal (Sisdepen) para utilização na classificação de pessoas privadas de liberdade a ser utilizado pelas Comissões Técnicas de Classificação (CTCs)	Evolução de Sistemas	N5367	CGSID/STI	M6223	Sistema evoluído	2025
17	162	A6391	Evoluir sistema SIMAP	Evolução de Sistemas	N5421	CGSID/STI	M6243	Sistema evoluído	2025

Fila de Desenvolvimento LowCode

Prioridade Fila	Prioridade Geral	Ação	Descrição	Fila	Necessidades	Responsável	Código Meta	Indicador Meta	Prazo Meta
1	48	A0443	Desenvolver Veículo Conectado ao serviço de	Desenvolvimento de Soluções Low-code e Automatização	N5533	CGSID/STI	M6077	Sistema desenvolvido	2025

			emergência do Brasil						
2	97	A0564	Desenvolver Plataforma de Low Code	Desenvolvimento de Soluções Low-code e Automatização	N5119	CGSID/STI	M6191	Sistema desenvolvido	2025

Fila de Internalização de Bases

Prioridade Fila	Prioridade Geral	Ação	Descrição	Fila	Necessidades	Responsável	Código Meta	Indicador Meta	Prazo Meta
1	10	A0162	Replicar base de dados do SINESP	Internalização de Bases	N5535	CGSID/STI	M5939	Implantação realizada	2025
2	20	A0316	Integrar base de desaparecidos	Internalização de Bases	N5535	CGSID/STI	M6019	Implantação realizada	2025
3	121	A0282	Absorver bases de CPF e CNPJ com a tecnologia blockchain	Internalização de Bases	N2325	CGSID/STI	M6015	Absorção realizada	2025

Fila de Desenvolvimento de API's

Prioridade Fila	Prioridade Geral	Ação	Descrição	Fila	Necessidades	Responsável	Código Meta	Indicador Meta	Prazo Meta
1	6	A6339	Desenvolver API voltada para as empresas. Seria muito importante as empresas não necessitarem mais utilizar robôs que acabam sobrecarregando o sistema.	Desenvolvimento de API's	N4715	CGSID/STI	M6227	Sistema evoluído	2025
2	69	A0097	Desenvolver API para acesso a Base de Dados do Sistema Gestão Ágil	Desenvolvimento de API's	N0555	CGSID/STI	M5971	Implantação realizada	2025

Fila de Desenvolvimento de Painéis

Prioridade Fila	Prioridade Geral	Ação	Descrição	Fila	Necessidades	Responsável	Código Meta	Indicador Meta	Prazo Meta
1	23	A0123	Desenvolver solução analytics - SINESP DW Análise	Painéis	N5535	CGSID/STI	M5937	Sistema desenvolvido	2025
2	35	A0104	Desenvolver painel de BI	Painéis	N5535	CGSID/STI	M5935	Sistema desenvolvido	2025

			para o Portal SINESP						
3	49	A0401	Contratar Base Central de Dados de Gestão Estratégica SEOPI	Painéis	N5533	CGSID/STI	M6051	Contratação realizada	2025
4	81	A6335	Desenvolver evolutivas Sistema Recall referentes a integração, manutenção e painel Power BI	Painéis	N4799	CGSID/STI	M6149	Sistema desenvolvido	2025
5	118	A0276	Desenvolver Sistema de Classificação Indicativo de Conteúdo	Painéis	N2301, N4047	CGSID/STI	M6009	Sistema desenvolvido	2025
6	123	A0332	SINDEC Nacional - Absorção Painel e Cubo SINDEC OLAP	Painéis	N2641	CGSID/STI	M6023	Absorção realizada	2026
7	142	A6341	Elaborar painéis de monitoramento dos projetos do Fundo de Direitos Difusos	Painéis	N4737	CGSID/STI	M6139	Sistema desenvolvido	2025

Fila de Capacitação

Prioridade Fila	Prioridade Geral	Ação	Descrição	Fila	Necessidades	Responsável	Código Meta	Indicador Meta	Prazo Meta
1	86	A0433	Operacionalizar TED de Ciência e Engenharia de Dados	Capacitação de Servidores STI	N3871	CGISP/STI	M6035	Capacitação realizada	2027

Fila de Acompanhamento de Contratações

Prioridade Fila	Prioridade Geral	Ação	Descrição	Fila	Necessidades	Responsável	Código Meta	Indicador Meta	Prazo Meta
1	16	A0469	Contratar Solução Suporte da Plataforma Sinesp	Acompanhamento de aquisições de TIC	N5535	SENASA	M6095	Contratação realizada	2025
2	27	A0071	Contratar manutenção do SINESP	Acompanhamento de aquisições de TIC	N5535	SENASA	M5953	Contratação realizada	2025
3	47	A0391	Contratar Internet Satelital Móvel	Acompanhamento de aquisições de TIC	N5533	SENASA	M6071	Contratação realizada	2025
4	51	A0188	Contratar links de Internet via Satélite para doação - SENASP	Acompanhamento de aquisições de TIC	N5533	SENASA	M6005	Contratação realizada	2025
5	52	A0210	Contratar Telefonia satelital	Acompanhamento de aquisições de TIC	N5533	SENASA	M5995	Contratação realizada	2025

6	54	A0027	Adquirir rastreadores veiculares para doação	Acompanhamento de aquisições de TIC	N5533	SENASA	M6003	Aquisição realizada	2025
7	55	A0430	Contratar Serviço de Processamento e Armazenamento de Dados Multicloud	Acompanhamento de aquisições de TIC	N5533	SENASA	M6033	Contratação realizada	2025
8	71	A0181	Contratar solução de inteligência para parlatórios	Acompanhamento de aquisições de TIC	N0600	SENAAPPEN	M5921	Contratação realizada	2025
9	73	A0435	Adquirir Microscópio para realização dos exames de microcomparação balística com integração para possibilitar comunicação entre diferentes laboratórios para Doação - SENASP	Acompanhamento de aquisições de TIC	N3889	SENASA	M6041	Aquisição realizada	2026
10	98	A0567	Contratar Capacitação de TIC	Acompanhamento de aquisições de TIC	N5125	CGISP/STI	[Preenchimento CGGOV]	Contratação realizada	2025
11	99	A0568	Contratar Serviços de	Acompanhamento de aquisições de TIC	N5129	CGISP/STI	M6195	Contratação realizada	2025

			Inteligência Artificial						
12	113	A0357	Adquirir licenças de software para extração e análise de dados de dispositivos móveis - DEPEN	Acompanhamento de aquisições de TIC	N0426	SENAPPEN	M5923	Aquisição realizada	2025
13	114	A0131	Especificar e adquirir sistema de monitoramento para os presídios federais	Acompanhamento de aquisições de TIC	N0559	SENAPPEN	M5925	Aquisição realizada	2025
14	126	A0424	Contratar Solução Tecnológica de Hardware e Software para a Identificação Civil e Criminal	Acompanhamento de aquisições de TIC	N3881	SENASA	M6039	Contratação realizada	2026
15	127	A0405	Adquirir ATIC-PV - leitor biométrico com RFID	Acompanhamento de aquisições de TIC	N4029	SENAPPEN	M6043	Aquisição realizada	2026
16	128	A0399	Contratar Soluções de controle de acesso	Acompanhamento de aquisições de TIC	N4035	SENAPPEN	M6045	Contratação realizada	2026

17	139	A0498	Contratar serviço especializado para prover suporte, manutenção preventiva, corretiva e adaptativa da infraestrutura de rede Gigabit Passive Optical Network - GPON	Acompanhamento de aquisições de TIC	N4667	SENAPPEN	M6125	Contratação realizada	2025
18	140	A0524	Adquirir Terminal Hub	Acompanhamento de aquisições de TIC	N4673	CGISE/STI	M6127	Aquisição realizada	2025
19	156	A0562	Contratação de empresa para a prestação de serviços de TIC para a Escola Nacional de Serviços Penais.	Acompanhamento de aquisições de TIC	N5111	SENAPPEN	M6187	Contratação realizada	2025
20	157	A0563	Desenvolvimento de sistema de gestão escolar para para controle e gestão das ações educacionais ofertadas pela Escola Nacional	Acompanhamento de aquisições de TIC	N5113	SENAPPEN	M6189	Sistema desenvolvido	2025

			de Serviços Penais.						
21	168	A0005	Adquirir computadores e periféricos para doação - SENASP	Acompanhamento de aquisições de TIC	N5519	SENASA	M6277	Aquisição realizada	2025
22	170	A0030	Adquirir servidores para doação - RIBPG	Acompanhamento de aquisições de TIC	N5519	SENASA	M6277	Aquisição realizada	2025
23	171	A0465	Adquirir Microscópio óptico para captura de imagem para o processamento de amostras questionadas dos Laboratórios de DNA Forense para Doação - SENASP	Acompanhamento de aquisições de TIC	N5519	SENASA	M6061	Aquisição realizada	2026
24	172	A0431	Adquirir Tablet para Doação - SENASP	Acompanhamento de aquisições de TIC	N5519	SENASA	M6057	Aquisição realizada	2025
25	174	A0177	Contratar serviço de pesquisa cruzada de dados globais da internet	Acompanhamento de aquisições de TIC	N5527	SENASA	M5973	Contratação realizada	2025

26	175	A0189	Adquirir licenças Integrated Ballistics Identification System - IBIS	Acompanhamento de aquisições de TIC	N5527	SENASA	M5997	Aquisição realizada	2026
27	176	A0190	Adquirir sistema de segurança Integrated Ballistics Identification System - IBIS	Acompanhamento de aquisições de TIC	N5527	SENASA	M6001	Aquisição realizada	2026
28	177	A0216	Contratar Software para produção de inteligência em dados de fontes abertas	Acompanhamento de aquisições de TIC	N5527	SENASA	M5993	Contratação realizada	2025
29	178	A0217	Contratar Software para classificação de entidades	Acompanhamento de aquisições de TIC	N5527	SENASA	M5991	Contratação realizada	2025
30	179	A0220	Contratar Software para análise de criptoativos	Acompanhamento de aquisições de TIC	N5527	SENASA	M5985	Contratação realizada	2025
31	180	A0225	Contratar Software blockchain-darkweb-copiar sites	Acompanhamento de aquisições de TIC	N5527	SENASA	M5983	Contratação realizada	2025

32	181	A0362	Adquirir solução para Reconhecimento de Padrões em Bases Abertas - SEOPI	Acompanhamento de aquisições de TIC	N5527	SENASA	M6029	Aquisição realizada	2025
33	182	A0388	Adquirir Licença de Software PIX4Dmapper	Acompanhamento de aquisições de TIC	N5527	SENASA	M6069	Aquisição realizada	2025
34	183	A0425	Contratar Solução para coleta, processamento, análise e acompanhamento de dados	Acompanhamento de aquisições de TIC	N5527	CGSID/STI	M6037	Contratação realizada	2025
35	184	A0478	Adquirir Ferramenta para busca e localização de pessoas (físicas e jurídicas) e confirmação de óbitos	Acompanhamento de aquisições de TIC	N5527	SENASA	M6101	Aquisição realizada	2025
36	187	A5257	Contratação de licença de software de similaridade textual	Acompanhamento de aquisições de TIC	N5527	SENASA	M6197	Contratação realizada	2025
37	188	A5259	Contratação de licença para uso de plataforma de mídia indoor	Acompanhamento de aquisições de TIC	N5527	SENASA	M6199	Contratação realizada	2025

38	189	A0358	Adquirir licenças de software para extração e análise de dados	Acompanhamento de aquisições de TIC	N5527	SENASA	M5987	Aquisição realizada	2026
----	-----	-------	--	-------------------------------------	-------	--------	-------	---------------------	------

Fila de Execução pelo Demandante (Externo)

Prioridade Fila	Prioridade Geral	Ação	Descrição	Fila	Necessidades	Responsável	Código Meta	Indicador Meta	Prazo Meta
1	12	A5277	Contratação de APIs de Inteligência Artificial	Atendida pelo Requisitante	N5535	SENASA	M6209	Contratação realizada	2025
2	13	A5273	Desenvolvimento de aplicativo Sinesp CAD Mobile	Atendida pelo Requisitante	N5535	SENASA	M6205	Aplicativo desenvolvido	2025
3	22	A5275	Desenvolvimento de aplicativo Sinesp Segurança Mobile	Atendida pelo Requisitante	N5535	SENASA	M6207	Aplicativo desenvolvido	2025
4	25	A0118	Desenvolver sistema SINESP Auditoria	Atendida pelo Requisitante	N5535	SENASA	M5943	Sistema desenvolvido	2025
5	26	A6415	Contratar suporte para usuários de sistemas críticos - SINESP	Atendida pelo Requisitante	N5535	SENASA	M5949	Contratação realizada	2025
6	28	A0086	Contratar de sistema SINESP CAD	Atendida pelo Requisitante	N5535	SENASA	M5947	Contratação realizada	2025

7	29	A0087	Contratar sistema SINESP Delegacia Virtual	Atendida pelo Requisitante	N5535	SENASA	M5957	Contratação realizada	2025
8	30	A0088	Contratar sistema SINESP Infoseg	Atendida pelo Requisitante	N5535	SENASA	M5933	Contratação realizada	2025
9	31	A0089	Contratar sistema SINESP Integração	Atendida pelo Requisitante	N5535	SENASA	M5951	Contratação realizada	2025
10	33	A0092	Contratar sistema SINESP Segurança	Atendida pelo Requisitante	N5535	SENASA	M5941	Contratação realizada	2025
11	34	A0091	Contratar sistema SINESP PPE	Atendida pelo Requisitante	N5535	SENASA	M5955	Contratação realizada	2025
12	50	A0334	Integrar API TSE - (Gateway de API)	Atendida pelo Requisitante	N5533	SENASA	M6025	Implantação realizada	2026
13	53	A6293	Material para uso exclusivo da DFNSP, em Operações de Combate à Incêndios Florestais e nas Áreas que compreendem a Amazônia Legal.	Atendida pelo Requisitante	N5533	SENASA	M5915	Aquisição realizada	2025
14	116	A6413	Adquirir Injetores POE para alimentação	Atendida pelo Requisitante	N0565	SENAPPEN	M5929	Aquisição realizada	2025

			elétrica de todos os VoIPs						
15	129	A6417	Contratar Sistema de Controle de acesso facial	Atendida pelo Requisitante	N4043	SENAPPEN	M6049	Contratação realizada	2026
16	131	A6419	Contratar solução para implantação de solução de controle de acesso	Atendida pelo Requisitante	N4111	SENAPPEN	M6065	Contratação realizada	2026
17	144	A0536	Capacitação de servidores em soluções de TIC no âmbito da SENACON	Atendida pelo Requisitante	N4741	SENACON	M6143	Capacitação realizada	2025
18	150	A0500	Aquisição de cursos de capacitação nas áreas de T.I. para SENAPPEN	Atendida pelo Requisitante	N4935, N4935	SENAPPEN	M6165	Aquisição realizada	2025
19	154	A0556	Adquirir Licenças Autodesk AEC Collection com Plugins OF Elétrico e OF Hidráulico, Autodesk Build, e Orçafascio Prime	Atendida pelo Requisitante	N5089	SENAPPEN	M6183	Aquisição realizada	2025

20	161	A6393	Adquirir licenças do Sistema de Controle de Acesso – SCA e leitores biométricos para o MJSP	Atendida pelo Requisitante	N5419	SAA	M6241	Sistema evoluído	2025
21	165	A6363	Adquirir ferramenta de videoconferência para atendimento por telemedicina	Atendida pelo Requisitante	N5441	SENAPPEN	M6263	Aquisição realizada	2025
22	167	A6357	Contratar solução de reconhecimento de padrões em bases abertas	Atendida pelo Requisitante	N5503	SENAPPEN	M6269	Contratação realizada	2025
23	169	A6311	Adquirir tablet: Equipamento multiespectral para detecção de resíduos biológicos	Atendida pelo Requisitante	N5519	SENASP	M6057	Aquisição realizada	2025